



FENAFAR

4 DÉCADAS EM DEFESA DO FARMACÊUTICO, DA SAÚDE E DO BRASIL



**NÃO
FIOUE
SÓ
FIOUE
SÓCIO**

DIGA SIM

AO SINDICATO



SINDICALIZE-SE!

fenafar.org.br

APRESENTAÇÃO

O compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, que proporcione uma vida digna para seu povo, que tenha um Estado promotor e garantidor de direitos, que esteja assentada em valores culturais e sociais de inclusão, de respeito às diferenças e eliminação dos preconceitos está presente em toda a história da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

A Fenafar é uma entidade sindical, fundada em 1974, ainda sob o contexto da ditadura militar, e que foi se firmando e consolidando como expressão, clara, dos interesses da categoria farmacêutica, mas principalmente da defesa de uma Saúde Pública de qualidade para todos, condição indispensável para que as pessoas possam lutar por uma vida digna e por uma sociedade mais justa.

Compreender o papel histórico da nossa entidade e de suas lideranças é fundamental para traçar as ações do presente e projetar nossos objetivos futuros.

São quatro décadas de muita luta, muitos desafios, conquistas e derrotas, todas fundamentais para forjar o protagonismo crescente desta entidade que sempre esteve presente e atuante nas lutas específicas da categoria, mas também nas lutas gerais dos trabalhadores brasileiros em defesa de direitos, da democracia e da soberania nacional.

Nestes mais de 40 anos, defendemos a identidade do farmacêutico como profissional de saúde indispensável para promover as ações que envolvem o medicamento – desde a sua produção até a orientação correta para o usuário sobre o seu uso racional.

Contar a história da Fenafar, de suas lideranças e remontar a memória institucional da entidade é dar vida e sentido à luta dos dias atuais, em que a sociedade passa por um momento de crise de paradigmas, onde ressurgem com força ideias conservadoras e fascistas até, onde o pensamento neoliberal se coloca com força para impulsionar a redução do Estado, as políticas privatistas e de retirada de direitos.

Em momentos como estes, muitas vezes se perde a perspectiva em torno de projetos transformadores e libertadores. Não podemos ser tomados pelo desânimo e pela sensação de que perdemos. Por isso, o

resgate da memória é fundamental: entender o nosso papel histórico neste momento de crise, em que nossa geração tem a tarefa de impedir o desmonte da nação e o aumento das desigualdades.

É momento de resistir e lutar. E a nossa história está cheia de exemplos inspiradores para nos fortalecer e mostrar que a luta vale a pena. Que é possível, com a unidade da categoria farmacêutica e dos demais trabalhadores brasileiros, impedir retrocessos e obter conquistas.

O objetivo desta publicação é contar a nossa história e reverenciar a nossa memória e, com isso, contribuir para tornar nosso presente mais pulsante e vivo!

Boa leitura!

Ronald Ferreira dos Santos
Presidente

Sérgio Luiz Gomes da Silva
Diretor de Comunicação



DIRETORIA DA FENAFAR TRIÊNIO 2015/2018

Presidente: Ronald Ferreira dos Santos - SC
Primeiro Vice-Presidente: Fabio José Basílio - GO
Segunda Vice-Presidente: Veridiana Ribeiro da Silva - PE
Secretária Geral: Maria Maruza Carlesso - ES
Primeira Secretária: Elaine Cristina Câmara Pereira - RN
Tesoureira Geral: Célia Machado Gervásio Chaves - RS
Primeiro Tesoureiro: Ulisses Nogueira de Aguiar - PI
Diretoria de Comunicação: Sérgio Luis Gomes da Silva - PB
Diretoria de Formação Sindical: Luciano Mamede de Freitas Junior - MA
Diretoria de Relações Institucionais: Rilke Novato Públio - MG
Diretoria de Relações Internacionais: Gilda Almeida de Souza - SP
Diretoria de Organização Sindical: Débora Raymundo Melecchi - RS
Diretoria da Mulher: Maria Soraya Pinheiro de Amorim - BA
Diretoria de Educação: Silvana Nair Leite Contezini - SC
Diretoria de Assuntos Jurídicos: Isabela de Oliveira Sobrinho - AC
Diretoria de Saúde e Segurança do Trabalho: Eliane Araujo Simões - BA
Diretoria de Relações Trabalhistas: José Márcio Machado Batista - CE
Diretoria de Juventude e Direitos Humanos: Dalmare Anderson Bezerra de Oliveira Sá - SE
Diretoria da Região Norte: Cecília Leite Motta de Oliveira - AM
Diretoria da Região Nordeste: Lavinia Salete de Melo Maia Magalhães - CE
Diretoria da Região Centro-Oeste: Larissa Utsch Seba da Silva - MT
Diretoria da Região Sudeste: Júnia Dark Vieira Lelis - MG
Diretoria da Região Sul: Lia Mello de Almeida - PR

Suplentes

1. Angélica Anielli Laurindo de Souza - RR
2. Wendell Torres de Cerqueira - RJ
3. Maria do Socorro Cordeiro Ferreira - PI
4. Jorge Luiz Pereira de Araujo Mariano - DF
5. Ricardo Jorge Bouez Ribeiro - RO
6. Paulo Anderson Silva Gomes - AL
7. Maria Fani Dolabela - PA

Conselho Fiscal – Titulares

Sirlete Maria Orleti - ES
Josias Pina - MT
Cristiane Oliveira Costa - SE

Suplentes do Conselho Fiscal

Hariad Ribeiro Moraes - PB
Daniela Ester de Lima Xavier - RR
Alexandre Corrêa dos Santos Oliveira - MS

EXPEDIENTE

Esta é uma Publicação da **Federação Nacional dos Farmacêuticos**

Pesquisa, Texto e Edição

Renata Mielli - MTB 37012

Pesquisa de fotos

Adelir da Veiga e Ewerton Carvalho Pereira

Diagramação e Capa

Movimento Web e Artes Gráficas

SUMÁRIO

5

CAPÍTULO 1 (1974/1984)

SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO

11

CAPÍTULO 2 (1985/1994)

AS PRIMEIRAS GRANDES LUTAS E O PRIMEIRO CONGRESSO

27

CAPÍTULO 3 (1995/2004)

A RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL E UM NOVO PROJETO PARA O BRASIL

45

CAPÍTULO 4 (2005/2017)

A LUTA POR AVANÇOS NA SAÚDE E NA VALORIZAÇÃO DO FARMACÊUTICO

81

GALERIA DOS EX-PRESIDENTES

SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO

Em 1974, o Brasil estava asfixiado pela falta de democracia. A ditadura militar que se instalou no país com o golpe de 1964 tinha proibido a livre manifestação do pensamento. Os instrumentos de organização social como sindicatos, entidades do movimento estudantil e do movimento popular foram fechados. Nas artes e nas notícias predominava a censura, que tinha o objetivo de calar os setores que se opunham à ditadura ao mesmo tempo que buscava disseminar os "valores patrióticos" do regime. Brasil, ame-o ou deixe-o, diziam os generais.

Dez anos depois do golpe, as cicatrizes do regime de exceção já eram profundas. As pessoas, por mais amedrontadas que estivessem, precisavam voltar a respirar. Mesmo na mais profunda ilegalidade, muitos setores buscavam formas de se articular. Diversos segmentos profissionais, que sofriam com a desregulamentação e com as transformações provocadas pela industrialização, tomavam iniciativas para garantir direitos e retomar algum nível de organização.

Nas universidades, apesar de forte repressão contra o movimento estudantil, as semanas acadêmicas conseguiam de alguma maneira driblar o cerco. A farmacêuti-

ca e ex-presidente da Fenafar Célia Chaves entrou na universidade em 1972 e lembra um pouco daquele período. "Conseguimos, em 1974, fazer na escola a primeira semana acadêmica. Não podíamos oficialmente discutir política. O encontro tinha temas científicos, mas no fundo, nos bastidores, aproveitávamos para discutir questões políticas, já que o ambiente não era favorável a isso. Discutíamos, também, questões envolvendo o debate da saúde e a área da indústria farmacêutica. Uma preocupação forte que havia naquele momento era a questão do avanço das multinacionais que, aos poucos, foram comprando as indústrias nacionais que existiam. Havia cerca de 80% de empresas nacionais no setor e 20% eram multinacionais. Mas quando olhávamos a composição do capital essa relação se invertia. Então, era uma discussão ferrenha contra o capitalismo norte-americano".

Em função da desarticulação dos movimentos organizados, a discussão em torno do papel da farmácia e do profissional farmacêutico praticamente não existia. O único espaço existente, mas que ainda era incipiente, era o Conselho Federal de Farmácia, criado em 1960 pela Lei 3820/60.

Cenas de angústia na reitoria sitiada pela Polícia e ocupada durante dez horas por mais de 1 000 estudantes

ESTUDANTES EM RETIRADA ATACADOS PELA POLÍCIA



Repressão pela polícia, os estudantes tiveram de sair do campus de Marília em 1974. Os alunos, em fila indiana, são vistos aqui ao longo do RPPS.

Repressão na hora de sair resultou em 362 presos, incluindo mães, enquanto as táticas estratégicas foram bloqueadas por choque de FPM e da DOPS, que impediram o movimento de tráfego lançando bombas. Os que arrebentaram a portão dos fundos de UFPA conseguiram se libertar.

Ultima Hora

Apesar disso, em 1973, houve uma pressão da categoria que resultou na aprovação da Lei 5991 – que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. A Lei procurou disciplinar a presença do farmacêutico na farmácia, como uma resposta à mercantilização destes estabelecimentos em função da industrialização do medicamento. Mas essa legislação tinha limites, já que foi concebida a partir do viés comercial.

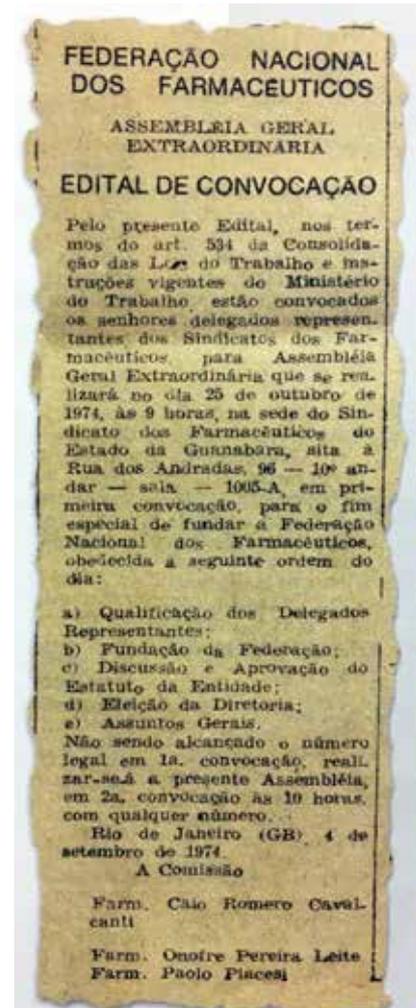
Em 1966, a criação do curso de Ciências Biológicas na modalidade médica acirrou o debate da categoria farmacêutica com os biomédicos. Este curso formava profissionais para atuar em várias frentes, entre elas os laboratórios de análises clínicas, no qual atuavam um grande contingente de farmacêuticos. Isso porque, com o afastamento dos farmacêuticos das farmácias, a categoria ingressou com força nos laboratórios de análises clínicas.

Apesar dos limites, a criação da Lei 5991/73 formalizou a situação do farmacêutico como empregado, já que antes da lei, o mais comum era o farmacêu-

tico como sócio ou proprietário do estabelecimento. A formalização do trabalho do profissional farmacêutico tornou ainda mais necessária a organização da categoria em sindicatos e, conseqüentemente, a criação da própria federação. Desta forma, é a partir deste momento, no contexto de um regime ditatorial – que reprimia fortemente a organização da sociedade – e de perda da identidade do profissional farmacêutico – pela pressão da indústria e da mercantilização e pelo embate com outras categorias – que surge a Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar.

O NASCIMENTO

Através de um edital publicado em 05 de setembro, os farmacêuticos Caio Romero Cavalcanti (presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Guanabara), Onofre Pereira Leite (Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de Niterói) e Paolo Orlando Piacesi (Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de Brasília) convocaram uma assembleia extraordinária de representantes de sindicatos



dos farmacêuticos para fundar a Fenafar. Estiveram presentes na assembleia – que aconteceu no Rio de Janeiro, no dia 25 de outubro de 1974 – os sindicatos de Pernambuco, Santa Catarina, Guanabara, Rio de Janeiro e Brasília. Esta assembleia elegeu uma diretoria provisória que tinha o farmacêutico Paolo Piacesi à frente.

Apesar de fundada, as atividades sindicais da nova entidade foram muito restritas em razão do contexto político que o Brasil vivia. Nos registros da Fenafar não constam documentos que comprovem atividades nos anos imediatamente seguintes à sua fundação.



As primeiras atividades de que se têm memória efetiva datam já do início da década de 1980, com o processo de retomada do movimento sindical nacional e o movimento pela redemocratização do país. Foi o período que o próprio Paolo Piacesi, com a ajuda de Caio Romero Cavalcanti e de Luiz Eduardo Gautério Gallo decidiram retomar a estruturação da entidade.

Após algumas reuniões que aconteceram ao longo de 1980/81, o Conselho de Representantes convocou eleições. Caio Romero Cavalcanti foi eleito o novo presidente da Fenafar, em 1981. Esta fase teve apoio decisivo do Conselho Federal de Farmácia, que na época era presidido por Márcio Antônio da Fonseca e Silva, de São Paulo, que formou uma comissão de assuntos sindicais para fazer reuniões e cuidar da mobilização dos sindicatos.

Foi neste ano que a Carta Sindical (documento que o

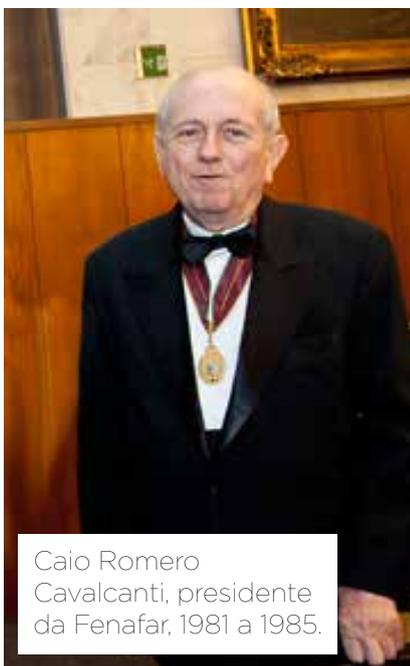


governo expede para autorizar o funcionamento das entidades sindicais) e o registro no Ministério do Trabalho foram obtidos pela Fenafar. Só muitos anos depois, em 1992, os documentos da Fenafar foram registrados em cartório.

Caio Romero Cavalcanti permaneceu na presidência da Fenafar até 1985. O ex-presidente da Fenafar, Francisco Edson Pereira (1988 - 1991), que era do Sindicato dos Farmacêuticos do Ceará, lembra de quando seu sindicato se filiou à Federação: “No início dos anos 80, quando eu entrei na Fenafar – que o sindicato do Ceará se filiou – ela era presidida pelo Caio Romero Cavalcante, do Rio de Janeiro, que era um cara extremamente conservador. A gente reunia a Fenafar mensalmente lá em Brasília, mas era uma coisa assim muito burocrática, muito formal”.

Norberto Rech, que concluiu o curso de Farmácia em 1982, recorda que naquele momento não havia um pro-

cesso aprofundado de debate sobre o papel da Fenafar. “Havia um conjunto de entidades farmacêuticas pulverizadas e que estavam lutando para que houvesse um engajamento dessas entidades no processo político que o país enfrentava. Por exemplo, em Santa Catarina, assim que nós concluímos o curso de Farmácia, em 1982, nós passamos a atuar no movimento profissional participando da Associação de Farmácia e Bioquímica do Estado de Santa Catarina. Havia em outros estados entidades similares. Nós enfrentávamos, naquele momento, uma grande dificuldade. Por conta da ação da ditadura, o quadro era de completa apatia dos sindicatos dos farmacêuticos nos diferentes estados da federação, incluindo Santa Catarina”. O motivo para tal “apatia” era o fato de a maior parte das entidades ter sofrido uma intervenção, “um processo de tomada dessas entidades que deveriam ser representativas dos trabalhadores, dos farma-



Caio Romero Cavalcanti, presidente da Fenafar, 1981 a 1985.

O EMBATE COM OS BIOMÉDICOS

A polêmica entre farmacêuticos e biomédicos se estendeu por toda a década de 70, até culminar em 1979 com a regulamentação da profissão dos biomédicos. “Exatamente em 1979, nos primeiros dias da minha atividade como calouro, fomos convocados para uma assembleia do curso de Farmácia da Universidade Federal de Santa Catarina para discutir o chamado projeto do Biomédico, que tinha sido apresentado na Câmara dos Deputados. Era um projeto altamente restritivo à atividade dos farmacêuticos,

especialmente no âmbito das Análises Clínicas, que era uma área não regulamentada, não privativa, e que com a criação dos cursos de Biomedicina procurou se estender para os biomédicos essa atividade. O que eles queriam naquele momento era que a atuação na análises clínicas fosse uma atividade privativa deles, o exercício na área de Análises Patológicas e Clínicas em geral. O meu engajamento no movimento estudantil de farmácia se deu a partir daí”, lembra Norberto.

cêuticos enquanto trabalhadores, mas que permaneceram na sua grande parte aderidos às ações que a ditadura implantou no país que foram, entre outras, a de silenciamento dos trabalhadores”, destaca Norberto Rech.

AÇÕES DA FENAFAR ENTRE 1980 E 1984

Neste período da redemocratização, as dificuldades em se reestruturar as entidades do movimento sindical eram bastante grandes. No caso da categoria farmacêutica, elas esbarravam no fato de, em muitos estados, a categoria ser numericamente pequena, o que trazia adicionalmente um problema financeiro para manter a atuação sindical. Compreendendo que o sindicato deveria ser o centro de gravidade da organização dos farmacêuticos, em 1983, a Fenafar decidiu

instituir um auxílio aos sindicatos filiados que passavam por dificuldades financeiras, cujo valor era de até 10% da receita indireta da contribuição sindical recebida pela Fenafar.

Ainda em 1983, a direção apoiou a formação do Grupo Interministerial da Indústria Farmacêutica, que coordenou o Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica para desenvolver a indústria nacional do setor.

Em 1984, dois projetos de lei que tramitavam no Congresso Nacional retiravam do farmacêutico a responsabilidade técnica pelas farmácias. A Fenafar procurou se mobilizar para impedir que fossem aprovados.

No Brasil, o ano de 1984 foi marcado pela Campanha das Diretas Já! A emenda Dante de Oliveira – como ficou conhecida a proposta que restituía ao país as eleições diretas – não foi aprovada. O novo presiden-

te seria mais uma vez eleito de forma indireta, por um colégio eleitoral. Dois candidatos disputariam a eleição: Paulo Maluf pelo PDS – Partido Democrata Social (ex Arena), e Tancredo Neves do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que representava a Aliança Democrática, numa chapa composta com o Partido da Frente Liberal – PFL, que tinha José Sarney na vice-presidência.

No final daquele ano, durante a campanha eleitoral dos dois candidatos – que seria decidida pelo voto de deputados, senadores e delegados de assembleias legislativas – mas que envolveu toda a sociedade brasileira, a Federação Nacional dos Farmacêuticos enviou ao então candidato Tancredo Neves, uma carta informando quais as expectativas da profissão com o novo governo. Tancredo era o candidato que representava o fim dos 21 anos da ditadura brasileira.

Toda esta efervescência política, a luta pela democracia e o embate entre dois projetos distintos que estavam postos para o país naquele momento (um de manutenção das políticas restritamente compensatórias, de não inclusão, porque estavam baseadas num princípio fundamental que era o desconhecimento do direito democrático; e outro de defesa da democracia, dos direitos dos trabalhadores e da soberania nacional) tiveram impacto na retomada do movimento sindical farmacêutico. “Esse debate foi enfrentado por quem vinha de um movimento político onde o debate da de-

mocracia era essencial, e nele estava embutida a necessidade de defesa dos direitos dos trabalhadores, a participação dos farmacêuticos na luta geral dos trabalhadores e consequentemente de representatividade das entidades. Isso ocorreu em todo o país, em todas as entidades, com graus variados. Portanto, foi um processo político que não se deu apenas com a categoria farmacêutica. Nós fomos vitoriosos nesse processo, porque conseguimos mobilizar a sociedade e sair de um momento onde se defendia apenas aspectos restritos da corporação farmacêutica e incluímos as nossas

discussões na pauta da saúde, na pauta dos trabalhadores e portanto construímos frentes de atuação política bastante amplas. Isso foi essencial para que nós pudéssemos ter um ganho de qualidade no movimento sindical. Esse processo foi o que possibilitou, não só enfrentar estes dois projetos que são ideologicamente distintos, mas ter capacidade de apresentar proposições no momento de redemocratização do país. Começou aí a institucionalização no processo de redemocratização do país, do debate das políticas que nós defendíamos e do papel do Estado que nós defendíamos.

Isso foi importante nesta década e possibilitou a reestruturação da Fenafar, a retomada dos sindicatos dos farmacêuticos e a definição de seu papel como entidade de defesa dos farmacêuticos como trabalhadores. Entidade que não atuava mais apenas sob o ponto de vista corporativo, mas que reconhecia o papel da corporação no contexto das lutas mais gerais e isso nos deu a capacidade das articulações necessárias para a construção de políticas e espaços de consolidação da democracia e eu acho que nós ajudamos neste processo”, avalia Norberto Rech, que presidiu a Fenafar entre 2000 e 2003.



Farmacêuticos pelas Diretas Já, Rio de Janeiro, 1988

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE FARMÁCIA

O ano de 1977 representa um marco para a organização dos estudantes de Farmácia no Brasil. Neste ano, estudantes de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) se reuniram em São Paulo para discutir a implantação dos recém criados cursos de Biomedicina. “O movimento estudantil da farmácia não tinha organização nenhuma. Só em 1977 conseguimos, em São Paulo, durante um Congresso Paulista de Farmacêuticos – evento que já existia e era muito forte – nos organizar (os estudantes). Passamos uma noite inteira na USP numa reunião que se transformou na organização dos estudantes de farmácia nacionalmente. Dali saiu a perspectiva de organização, de encontrar um rumo. Foi a partir de então que, em todos os anos, passou a acontecer os Encontros Nacionais de Estudantes de Farmácia - ENEF's, e que se estruturou a Executiva”, conta Célia que participou do encontro.

Célia registra, ainda, que além do debate sobre as análises clínicas, outro tema que estava “pegando forte” era a portaria dos 200 leitos para hospitais. Justamente em 1977. O ministro que assinou essa portaria contra nós, Paulo de Almeida Machado, foi ao Congresso e foi aplaudido!

Um ministro que tinha acabado de assinar um documento contra a categoria, contra a própria saúde – dizendo que hospital com mais de 200 leitos não precisava de farmacêuticos. Isso foi uma luta que só conseguimos resolver agora. Essa portaria só foi revogada em 2010, pela portaria 4283. Naquela época, nós estávamos muito longe de retomar a farmácia, mas os hospitais era uma luta que tínhamos. De ocupá-los”.

Em 1978, o ENEF aconteceu em Minas Gerais e, em 79, em Salvador-BA, consolidando assim o que viria a ser, anos mais tarde, a maior instância de deliberação do Movimento Estudantil de Farmácia (MEF), que é o Encontro Nacional.

Norberto Rech considera que “o movimento estudantil de farmácia desempenhou um papel essencial, não apenas na formação dos quadros que passaram a ter ação política na universidade ou fora dela, mas muito do movimento estudantil impulsionou a retomada de um movimento profissional que se referenciava muito na discussão de nossa identificação como profissional do medicamento.”

Isso se deu, na análise de Norberto, a partir da metade para o final da década de 70 e muito intensamente nos primeiros anos da década de 80. Foi um período em que o

movimento estudantil teve uma forte evolução política, “com um processo de elaboração absolutamente importante baseado na necessidade da retomada da identidade do farmacêutico como profissional do medicamento. Esse processo, no âmbito do movimento estudantil, gerou impactos nas mobilizações e ações políticas na categoria, ou seja, nos profissionais que já atuavam no mercado de trabalho”. Ele considera que partiu do movimento estudantil a articulação com os seguimentos de docentes envolvidos na luta política contra a ditadura e na luta para a formação de políticas públicas que atendessem às demandas do conjunto da população brasileira e que fossem políticas soberanas. Aliás, destaca Rech, “este assunto da soberania era uma pauta central aliada aos direitos dos trabalhadores. Isso gerou todo um processo de, ao ingressar no movimento farmacêutico depois da graduação, estes novos profissionais continuarem aprofundando os debates políticos em relação a questão da identidade do profissional farmacêutico, da formulação de políticas públicas com um manancial não só de informações, mas com uma capacidade de articulação política intensas”.

AS PRIMEIRAS GRANDES LUTAS E O PRIMEIRO CONGRESSO

Foi no dia 15 de janeiro de 1985 que o Colégio Eleitoral se reuniu para definir o futuro do Brasil. A nação acompanhou pelo rádio a sessão que deu a vitória a Tancredo Neves, que obteve 480 votos, contra 180 conquistados por Paulo Maluf. Contudo, o novo presidente sequer tomou posse. No dia 14 de março, véspera de assumir o cargo, o ex-governador de Minas Gerais teve de ser operado às pressas no Hospital de Base, em Brasília. Era o início de um pesadelo que durou dois meses até a

sua morte, anunciada em 21 de abril. A morte de Tancredo levou milhões de pessoas às ruas, que choraram a perda do sonho de redemocratizar o País.

Quem assumiu a Presidência da República foi o vice eleito em sua chapa, José Sarney. O país vivia uma profunda recessão econômica e uma inflação que alcançava a cifra de 224% ao ano. Apesar da perda de um importante líder, a Nova República trazia esperança à população.

Foi neste contexto que se iniciou um processo de mu-

dança na Fenafar. Edson Pereira lembra como foram as articulações para tentar romper com a visão conservadora que Caio Romero representava. “Formamos uma frente e começamos a desenvolver um trabalho para tentar substituir o Caio. Ele era muito seguro de si, contava com o apoio dos principais sindicatos do Brasil, mas ainda faltava fundar sindicatos em alguns estados. Aí eu conversei com o presidente do Sindicato do Rio Grande do Sul, o Gallo, e com o Luís Ramos, que era o presidente do sindicato do Distrito Federal. Realizamos

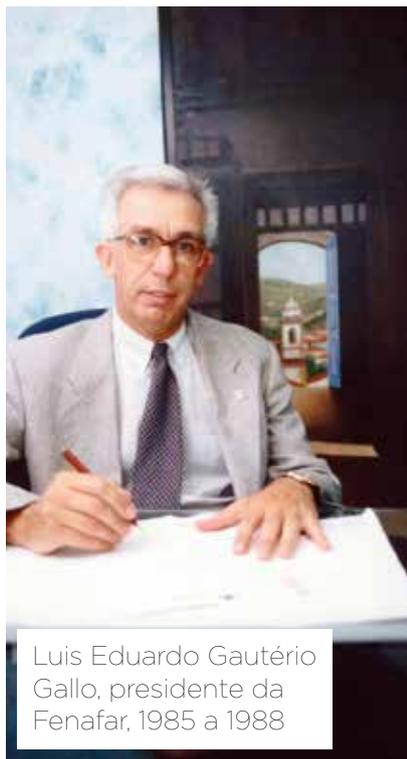


Funeral de Tancredo Neves, abril, 1985

um movimento e conseguimos arregimentar uma menina da Bahia, que era a Inalva Valadares. Então, nós conseguimos arregimentar o sindicato do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia e Rio Grande do Sul e com isso teríamos um empate. Tínhamos também o apoio do Sindicato de Goiás que era representado pela Marília Cunha. Nós conseguimos, num Congresso de Representantes dos Sindicatos que teve no Rio de Janeiro, em Niterói, pela pressão que nós fizemos em cima do Caio, que ele filiasse o sindicato de Goiás”.

A articulação que estava sendo feita para realizar uma mudança na Fenafar ainda não contava com a maioria dos sindicatos. Por isso, recorda Edson, “em Niterói, fomos conversar com o integrante da Paraíba – que estava sendo cooptado pelo Caio. Só que ele ficou interessado na nossa conversa e concordou com a ideia de tornar a Fenafar menos burocrática. Com isso, nós nos fortalecemos e elegemos uma nova diretoria da Fenafar, em 1985. Eu tinha muita força política nessa época, pelas articulações, mas preferi não ser indicado para a presidência, porque eu não tinha experiência nacional. Além disso, estávamos mobilizando o sindicato para uma campanha de regulamentação da profissão no Ceará, porque ela não era reconhecida como função pública”.

A eleição da diretoria aconteceu em Brasília. A chapa mudancista, com Eduardo Gallo à frente, saiu vitoriosa por dois votos. Edson Pereira ficou na vice-presidência.



Luis Eduardo Gautério Gallo, presidente da Fenafar, 1985 a 1988

Quando a Fenafar foi fundada, seu estatuto previa a existência da diretoria e do Conselho de Representantes como os espaços deliberativos da entidade. O Conselho de Representantes, que era composto pelos sindicatos filiados, se reunia uma ou duas vezes ano. “Daí que saíam as deliberações. As eleições refletiam um pouco essa estrutura. Era um colégio eleitoral formado por um representante de cada sindicato que votava na diretoria da Fenafar. Quando eu fui eleita presidente, foi dessa forma, por um colégio eleitoral. Era estatutário”, lembra Gilda Almeida que presidiu a Fenafar entre 1991 e 2000.

Para Gallo, sua gestão à frente da Fenafar foi marcada pela realização de encontros anuais de entidades farmacêuticas, que reuniam conselhos, sindicatos, associações, faculdades e diretórios acadêmicos para

debater os assuntos relevantes da profissão e do país.

Francisco Edson Pereira, que era vice-presidente da Fenafar na gestão de Gallo, lembra que “era uma época de muita efervescência política, devido ao fim da ditadura. Nós começamos a fazer um trabalho integrado, bem mais político e constatamos que o movimento farmacêutico tinha crescido. Foi então que a Fenafar realizou, no Ceará, o 4º Congresso dos Sindicatos dos Farmacêuticos. Foi um evento muito marcante. Antes deste congresso, eu já tinha participado de outros congressos, de cursos, com palestrantes, e não era algo assim puramente político. Nós abrimos para a participação de outros sindicatos, mesmo que não fossem filiados, e com a presença de outras categorias. Com isso, tivemos a participação de quase 700 pessoas. Trouxemos o pessoal da Organização Internacional do Trabalho – OIT para participar”.

Nesta retomada democrática, a atividade sindical se intensificou. Também foram aos poucos sendo abertos espaços de participação social no Congresso Nacional e o diálogo entre o Executivo e as entidades sindicais foi sendo reestabelecido. Edson lembra que foi um período no qual ele participou de muitas audiências públicas na Câmara dos Deputados, sobre os temas mais diversos.

“De patentes à política de assistência farmacêutica – porque o Brasil não tinha uma política de medicamentos”, disse Edson.

Também as questões da atuação sindical estavam em

processo de democratização. Uma importante decisão da Justiça do Trabalho, em 1985, contribuiu para estruturar a atividade sindical dos farmacêuticos. A Fenafar enviou aos seus sindicatos filiados um ofício comunicando que decisão da Justiça do Trabalho reconhecia que os sindicatos de profissionais liberais podiam representar seus associados empregados para fins de dissídio coletivo.

Também em 1985, a Fenafar começou a abordar a questão do zoneamento de farmácias, em virtude de vários projetos de lei apresentados e, alguns, aprovados em diversos municípios.

Edson conta que aquele foi um período que permitiu a retomada, de forma mais estruturada, das discussões sobre o papel do farmacêutico na sociedade e a relação disso com o debate mais geral sobre a saúde no país.

Na avaliação de Norberto Rech, foi neste período que começou a haver uma percepção da necessidade de fortalecer uma entidade nacional que re-

presentasse e articulasse a categoria farmacêutica. “Eu passei a ter a percepção da importância de uma Federação que congregasse esses sindicatos todos, em meados da década de 80, quando houve um grande movimento que viria ser preparatório para as grandes lutas em defesa do SUS e da política nacional de Saúde. Houve um chamamento para a composição de uma frente de entidades farmacêuticas que pudesse levar adiante as bandeiras dos farmacêuticos como trabalhadores. A partir daí, então, passou a estar presente a importância de se restituir, ou melhor, de se constituir legitimamente uma representação dos farmacêuticos a partir da unidade dos seus sindicatos no âmbito da Federação Nacional. Este processo foi bastante intenso”, afirmou.

Em setembro de 1985, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Entidades Farmacêuticas, em Brasília, para discutir: Política Nacional de Saúde; Constituinte e Legislação Sanitária; Ensino Farma-

cêutico e Formação Profissional; e Papel das Entidades de Classe. Entre as decisões tomadas destacam-se o apoio aos candidatos a deputados constituintes que se comprometessem com as reivindicações da profissão e dos trabalhadores em geral.

Em 1987, uma luta importante protagonizada pela Fenafar foi contra o projeto de lei do então deputado Samir Achôa, que mais uma vez pretendia tirar a obrigatoriedade de os estabelecimentos terem farmacêuticos como responsáveis técnicos.

8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

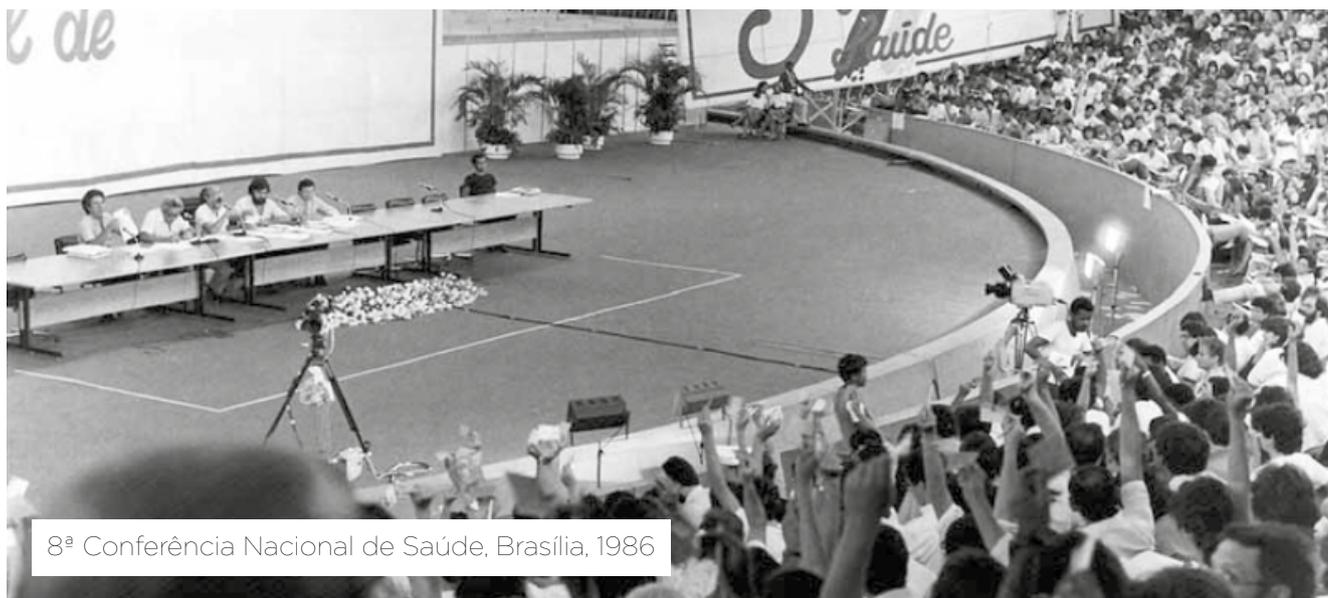
Em 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde foi um dos primeiros espaços institucionais pós redemocratização que contou efetivamente com a participação do movimento social e de representantes da sociedade civil.

A 8ª CNS entrou para a história como referência de participação social no debate e elaboração de políticas públicas, principalmente porque de suas discussões surgiram as propostas que posteriormente foram incorporadas na Constituição de 1988 e abriram o caminho para a criação do Sistema Único de Saúde.

Naquele contexto de luta pela reconstrução de um Estado Democrático de Direito, que colocasse definitivamente um ponto final na ditadura e já como eco das reivindicações do movimento pela Reforma Sanitária, o tema da 8ª CNS foi “Democracia é Saúde”. A afirmação partia de uma visão



Mesa de abertura da 8ª Conferência Nacional de Saúde, Brasília, 1986



8ª Conferência Nacional de Saúde, Brasília, 1986

de Estado que confrontava os postulados neoliberais e de estado mínimo.

Esta foi uma contribuição fundamental da 8ª Conferência Nacional de Saúde e que orienta, até hoje, a atuação dos movimentos sociais que lutam em defesa da saúde como direito, e do SUS como a política pública através da qual este direito é efetivado.

A Fenafar participou ativamente da construção desta formulação política. Edson Pereira lembra que apesar de um pouco desorganizada no início, a Fenafar conseguiu “articular os sindicatos e os farmacêuticos no Brasil. A pauta era a assistência farmacêutica, terapêutica integral para os usuários do SUS. Nós defendíamos de forma integral a universalidade, a gratuidade da saúde. Acompanhamos as propostas dos profissionais sanitários. Lá estava Davi Capistrano, o pessoal do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes). Sei que eles eram muito organizados. Já na época da abertura política, esse

pessoal estava dentro do Ministério da Saúde. Conseguiram organizar, no governo Sarney, a Conferência de Saúde e os sindicatos acompanharam as propostas deles, que por sinal prevaleceram na Constituinte. Foi bom porque reuniu em torno de 4 mil delegados nesta conferência. Tivemos reuniões para debater essas questões e outras fundamentais. Por exemplo conseguimos barrar a questão da patente, mas que depois voltou no governo FHC.

CONSTITUIÇÃO

Quando o Presidente José Sarney anunciou que iria convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, “começamos a nos preparar para intervir nas discussões da Constituição que estava sendo construída, para incluir o tema da assistência farmacêutica integral aos usuários do SUS”, explica Edson, dizendo que o assunto já estava em pauta entre a categoria que se preparava para participar da 8ª CNS. “A

Assistência Farmacêutica Integral foi uma proposta nossa, da Fenafar. Essa questão do SUS foi um debate que perpassou todos os sindicatos do Brasil, porque até então só havia a discussão do acesso à saúde pública, não tinha a questão da terapêutica. Nós conseguimos colocar em pauta e isso foi uma conquista para os usuários do SUS. A gente convidava deputados para apoiar nossas propostas. Fizemos muitos seminários na Câmara dos Deputados”, lembra Edson.

A exemplo da maioria das entidades da sociedade civil, a Fenafar participou de todo o processo de elaboração da nova Constituição, desde as eleições em 1986, até a promulgação da nova Carta Magna, em 1988. A Federação fez acompanhamento permanente dos projetos, reuniões com parlamentares, enviou propostas e fez manifestações em Brasília e nos estados, atuando em conjunto com as outras entidades do movimento social brasileiro.

“Nós realizamos encontros

para debater a política de assistência farmacêutica. Os debates eram sempre em torno de mobilizar a categoria, montar estratégias em cada Estado que tivesse sindicato, conselho ou associação, centros acadêmicos. A ideia era mobilizar os estados para que cada um mobilizasse os deputados e senadores. Aqui no Ceará, nós fizemos três congressos de saúde para levar propostas para as Conferências de Saúde”, conta Edson.

Norberto recorda a importância daqueles momentos que precederam a elaboração do Capítulo da Saúde na Constituição. “Nós fomos responsáveis – e eu participei daquele momento junto com outras pessoas como Gilda, Célia e outros –, por um grande debate nacional da categoria, que já vinha sendo organizado por esse conjunto de entidades que tentava produzir os documentos que subsidiaram os deputados constituintes, muito particularmente no que diz respeito ao capítulo da Saúde. Nós elaboramos um documento que foi entregue aos deputados constituintes e que se chamava *O farmacêutico e a nova carta constitucional*, com as reivindicações que os farmacêuticos faziam de forma mais ampla e não corporativa, numa defesa clara da necessidade de uma política de Assistência Farmacêutica para o país. Esse processo foi absolutamente definitivo para o envolvimento do movimento farmacêutico profissional e estudantil e na definição das bases para que nós pudéssemos ter Assistência Farmacêutica como parte da política pública no âmbito do Sistema

Único de Saúde. Nós participamos efetivamente do processo político de fundamentação para a criação e depois para a implementação do Sistema Único de Saúde no Brasil”.

Em 22 de setembro de 1988 foi aprovada a Constituição Cidadã, em turno único. A redação final foi transformada em Constituição com 315 artigos, dos quais 245 disposições permanentes e 70 provisórias.

Em 1988, Edson Pereira foi eleito presidente da Fenafar. Todo este período foi marcado por um aprofundamento da discussão sobre o papel do farmacêutico, não só nos sindicatos que estavam retomando seu funcionamento democrático, como dentro das universidades, que estavam discutindo que currículo poderia formar um farmacêutico que tivesse sua atuação voltada para a saúde, e também no movimento estudantil.



Francisco Edson Pereira, presidente da Fenafar, 1988 a 1991

Como desdobramento dos debates que antecederam a promulgação da Constituição de 1988 e que apontavam para a elaboração de uma política de Saúde que incluísse a Assistência Farmacêutica, aconteceu, em 1988, o 1º Encontro Nacional de Assistência Farmacêutica e Política de Medicamentos”. Gilda Almeida lembra que o congresso foi organizado pela CEME (Central de Medicamentos do Governo Federal, que depois foi extinta) à épo-



Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, 1988

ca dirigido pelo farmacêutico Jorge Washington, da farmácia do Hospital das Clínicas. “Tivemos um protagonismo muito grande. Os farmacêuticos e a Fenafar. Lembro da presença destacada do Norberto Rech, da Célia Chaves, do Manoel Roberto, do Pedro Rosalén. Inclusive tivemos uma participação boa do movimento estudantil, que na época era representado pelo Dirceu Barbano, pela Maria Eugênia Cury, muita gente que veio do movimento estudantil e só fez somar nessa questão”, destaca Gilda.

Também, em 1988, aconteceu o 5º Congresso Brasileiro dos Sindicatos Farmacêuticos que aprovou a “Carta de Blumenau”, em meio ao clima para a primeira eleição direta para presidente do Brasil, polarizada por Lula e Collor.

Para Gilda Almeida, foi um debate que apontava para a definição de um profissional cujo instrumento de trabalho era o medicamento, não as análises clínicas. Essa elaboração foi se aprofundando depois. “Eu acho que a gente pode dizer que esse período em que a Fenafar começou a fazer o debate, foi um período em que vieram pessoas com mais compromisso com a questão da saúde e que compreendiam melhor o papel do farmacêutico junto da sociedade. Qual é o papel social do farmacêutico? O debate veio nesse caminho. Foi aí que muita gente se deu conta da importância de lutar para retomar esse espaço que a gente tinha perdido, e entender porque perdemos o espaço”, lembra Gilda ao se referir à reduzida presença dos farma-



Aprovação da Constituição Cidadã, Brasília, 1988

cêuticos nas farmácias. “Não foi um problema do profissional que saiu porque quiz. Era necessário para a sobrevivência da indústria farmacêutica, inclusive as transnacionais”.

Houve um lobby do setor industrial junto à Educação que mudou o currículo dos cursos. Isso ocorreu no período do acordo MEC-Usaid (Ministério da Educação e a United States Agency for International Development), firmado entre Brasil e EUA, em 1969, para reformar o ensino brasileiro de acordo com os padrões impostos pelos EUA. Apesar do amplo debate, em 1961, estas reformas foram implantadas pelos militares após o golpe de 1964.

“O impacto desta mudança no currículo dos cursos de farmácia foi fortalecer as análises clínicas e afastar o farmacêutico da área do medicamento. Do ponto de vista do trabalho, isso tirou o farmacêutico do espaço aonde tinha o medi-

camento (e tinha-se o contato direto com a sociedade), colocando-o num espaço que dividia sua ação profissional. Esse debate se deu nesse período e foi crescendo. Era final da década de 80 e crescia a percepção de que todas as questões ligadas à nossa profissão tinham relevância nacional. A gente entendia que, para mudar essa realidade do profissional farmacêutico, do trabalho, era necessária uma articulação nacional”, destacou Gilda.

DEMOCRACIA NO BRASIL E NA FENAFAR

No início dos anos 90, com a proximidade do fim da gestão, Edson Pereira começou a articular a composição de uma nova diretoria. Ele dialogou com os sindicatos filiados na busca não só de alguém que tivesse as condições políticas de conduzir a Fenafar, mas que também pudesse dar suporte material para a

entidade. “Eu achava que o Sindicato da Bahia, que era um dos que postulavam a presidência, não tinha condições, à época, de assumir a questão econômica da Federação, a infraestrutura operacional. Foi então que nós fizemos uma opção pela Gilda Almeida, de São Paulo. A base da gente foi o sindicato do Distrito Federal, com o Luís Ramos”, lembra Edson.

Gilda relembra aquele momento. “O Edson precisava montar uma chapa. Ele e a Maria de Lurdes (que era vice-presidente da Fenafar) entenderam que era importante que o maior estado da Federação tivesse na cabeça da chapa, porque isso daria sustentabilidade não só financeira, como política para a Fenafar. Foi aí que eles me indicaram. Houve muito vai e vem no período. Mas isso ficou acertado e Edson conseguiu colocar São Paulo na presidência. Então, eu fui eleita presidente da Fenafar em 1991. Foi quando a gente conseguiu mudar a concepção sindical, entender que a questão nacional era importante, dar rumos”.

Ela avalia que foi neste período que se construiu uma visão classista do movimento sindical. “Foi quando debatemos os preceitos do movimento sindical classista para poder implementar dentro da Fenafar. Foi quando mudaram os estatutos e realizou-se o primeiro congresso e propusemos os princípios classistas”.

O BREVE GOVERNO COLLOR

O desafio para a nova presidente da Fenafar diante da conjuntura política do país era

fazer a mobilização social pelo Fora Collor.

Fernando Collor foi eleito em 1989, numa campanha acirrada e com forte peso da mídia. O novo presidente, nos seus primeiros 15 dias de mandato, baixou um pacote econômico (Plano Collor) que bloqueou o dinheiro depositado nos bancos (caderneta de poupança e contas correntes) de pessoas físicas e jurídicas (confisco). Entre as primeiras medidas para a economia, houve uma reforma administrativa que extinguiu órgãos e empresas estatais e que promoveu as primeiras privatizações, abertura do mercado brasileiro às importações, congelamento de preços e prefixação dos salários. Apesar da ofensiva econômica, Collor não conseguiu retomar o crescimento da economia e o país viveu uma das piores recessões de sua história.

CINCO ANOS DE LUTA CONTRA AS PATENTES

Foi neste período que Collor iniciou um movimento, a partir de pressões internacionais, para

aprovar uma Lei de Patentes no Brasil. Em abril de 1991, o governo encaminhou ao Congresso Nacional o primeiro anteprojeto da lei de patentes. A redação da proposta foi encomendada à OMPI (Organização Mundial de Propriedade Intelectual – situada em Genebra), em outubro de 1989, pelo então embaixador brasileiro em Washington e ministro da fazenda Marcílio Marques Moreira.

A pressão contra a proposta foi imediata. Veio da universidade, das indústrias nacionais, e do movimento sindical. A Fenafar se posicionou prontamente contra o projeto que atacava a soberania do país. Por isso, devido à forte pressão da sociedade civil, a Câmara dos Deputados retirou o pedido de urgência (outubro de 1991) e criou uma comissão especial para propor um projeto substitutivo.

Todo o debate acumulado desde 1985 pela Fenafar e pela categoria nos Estados tinha como centro a importância do medicamento.

Gilda Almeida lembra daquele processo de luta que foi protagonizado pela Fena-

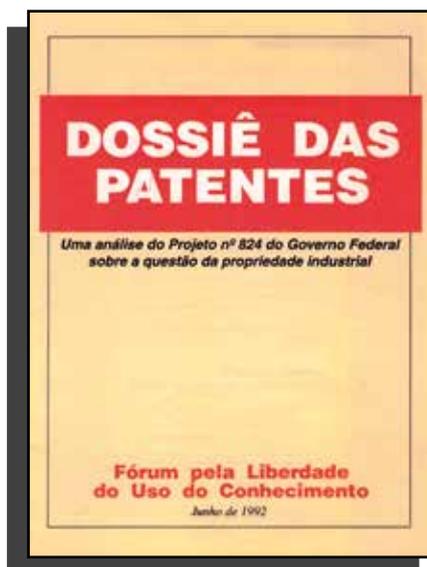


Fernando Collor em sua posse como presidente, Brasília, 1990



far. “Para nós o medicamento era uma questão de soberania nacional. Por isso, a Fenafar foi uma das dirigentes dessa luta contra a lei de Patentes. Ao lado de outras entidades formamos o Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento. Fazíamos debates em todo o país. Fomos em assembleias legislativas, em câmaras municipais, debatendo a necessidade de não se aprovar aquele projeto, que era nocivo. Ele não só avançava no patenteamento de produtos e processos farmacêuticos, como também sobre outros itens que eram de interesse da sociedade. Foi também muito polêmica a possibilidade ou não do patenteamento de células. Achávamos esse projeto nefasto. No início conseguimos barrá-lo. Patentes não é um assunto fácil de se massificar, mobilizar contra o projeto de lei. O tema exige mais conhecimento para conseguir envolver uma grande massa. O que fizemos foi tentar puxar os setores produtivos nacionais, setores de pesquisa, e o movimento sindical ligado a

esse tipo de negócio. Fizemos um esforço muito grande e até conseguimos envolver outros sindicatos de trabalhadores nessa luta. O Sintaema (Água e Esgoto de São Paulo) se envolveu ativamente conosco. O pessoal da pesquisa das universidades também. Várias entidades despertaram para o que isso significava. Envolvemos a UNE. Foi um grande movimento. Ficamos muito conhecidos no Congresso Nacional e na sociedade, que ficou sabendo o que era o farmacêutico, sua relação com o medicamento.



Isso ficou muito claro, porque foi para as mídias (TV, Revista) e foi para debates nas Câmaras (vereadores a senadores)”.

Luis Torres, vice-presidente da Fenafar neste período, reforça o papel destacado que a Federação teve na luta contra as patentes. “A Fenafar foi uma protagonista na defesa da ampliação da discussão da propriedade industrial. Eu fui em praticamente todos os estados do Brasil, representando a Fenafar, para participar de debates em universidade e mostrar o que representaria aquela lei que estava sendo imposta pelo governo norte-americano, no projeto de Lei de Propriedade Industrial. Esse foi um marco fundamental na história da Fenafar, que assumiu um papel principal. Claro que tínhamos outras entidades participando. Mas elaboramos documentos, fizemos inúmeras intervenções e nossa participação se destacou. A Fenafar tinha uma articulação em âmbito nacional, com os sindicatos, mas tínhamos também articulação em muitos estados com farmacêuticos que participavam do

Conselho Federal de Farmácia. Então isso foi importante para ajudar a travar a luta em defesa da categoria farmacêutica, pela valorização profissional”.

Apesar de toda luta de resistência contra o projeto, em 1996, a lei de Patentes acabou aprovada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, liderada pelo então ministro José Serra.

IMPEACHMENT

Pouco mais de dois anos após a posse do primeiro presidente da República eleito desde 1964, a sociedade se deparava com escândalos que envolviam diretamente Fernando Collor de Mello. Foi o início de uma série de manifestações, com milhares de pessoas ocupando as ruas do país para exi-

gir o afastamento do presidente. “A Fenafar teve uma participação ativa no impeachment, inclusive porque as maiores manifestações foram em São Paulo e a Fenafar estava muito presente aqui no Estado. Eu era presidente da Fenafar e do Sindicato naquele momento. Isso foi muito importante para nós, porque refletiu no nosso debate interno como teria que ser uma entidade sindical nacional. Ela tinha que ter um olhar mais político, da conjuntura, e das grandes questões nacionais e, também, o olhar nos problemas da profissão”, diz Gilda.

Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprova a admissibilidade do processo de impeachment contra o presidente Fernando Collor, que foi afastado do cargo. Seu

vice, Itamar Franco, assume a presidência da República provisoriamente. Mas em 29 de dezembro de 1992, Collor renuncia para tentar evitar sua cassação, mas não consegue. Em 30 de dezembro, o Senado cassa o seu mandato e ele fica inelegível por 8 anos.

GOVERNO ITAMAR

Itamar Franco fez um governo que buscou recuperar o diálogo com a sociedade e os movimentos sociais organizados, teve uma agenda de defesa do interesse nacional na economia e na indústria e tomou iniciativas de consolidação da democracia participativa.

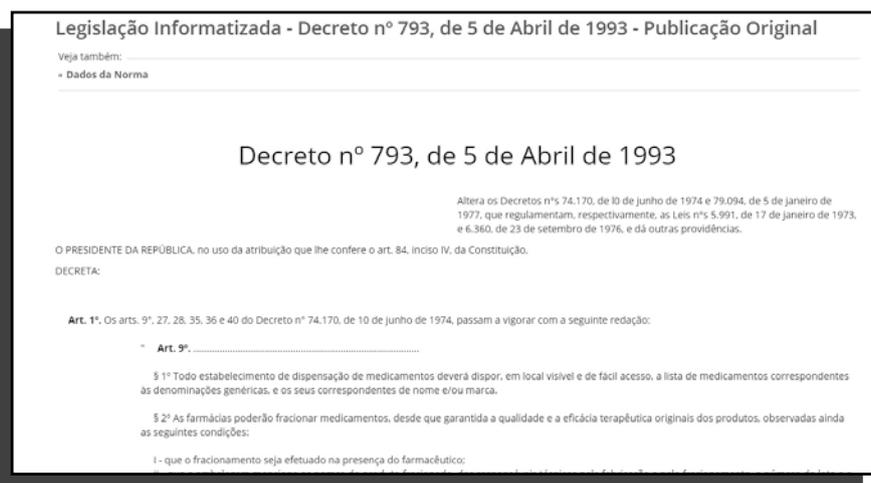
Um avanço importante para a saúde e para a categoria farmacêutica ocorreu no seu governo, quando em 1993, o



Manifestação pelo Fora Collor, São Paulo, 1992

então ministro da Saúde, Jamil Haddad, editou o Decreto 793, instituindo a denominação genérica dos medicamentos. Além de promover uma verdadeira transformação na dinâmica da comercialização de medicamentos no Brasil, o decreto definiu a presença obrigatória do farmacêutico, "Art. 27 – A farmácia e a drogaria terão, obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável. § 1º – O técnico responsável de que trata este artigo será o farmacêutico inscrito no Conselho Regional de Farmácia, na forma da lei. § 2º – Contarão, também, obrigatoriamente, com a assistência técnica de farmacêutico responsável os setores de dispensação dos hospitais públicos e privados e demais unidades de saúde, distribuidores de medicamentos, casas de saúde, centros de saúde, clínicas de repouso e similares que dispensem, distribuam ou manipulem medicamentos sob controle especial ou sujeitos a prescrição médica. § 3º – A presença do farmacêutico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento dos estabelecimentos mencionados no parágrafo anterior e no caput deste artigo".

Edson Pereira fala da importância do decreto, de suas limitações e da polêmica que causou naquele momento. "Foi uma tentativa de se colocar no Brasil os medicamentos genéricos. Convenceram o Itamar Franco. O decreto era muito cheio de falhas, mas foi um começo. Eu estava no Conselho Federal de Farmácia nesta época, mas o governo



não consultou o Conselho e isso resultou em uma briga interna muito forte. Eu intermediei umas discussões entre o Conselho e o pessoal da Vigilância Sanitária para aperfeiçoar o 793". Edson avalia que além dos problemas do texto do decreto, também houve muito boicote à iniciativa. "A questão de só genérico não seria aceita pelo setor industrial. Era um debate enorme. Tinha até a questão de onde ia ser colocado o nome do genérico na caixa. Só isso já era um grande debate. Lembro que inventaram até de colocar um lacre. Tinha erros,



mas foi um marco importante porque suscitou o debate e hoje nós temos os genéricos e bem aceitos pela população. Também houve a ofensiva da indústria farmacêutica, com propagandas negativas sobre genéricos, difundindo entre os médicos que o genérico não fazia o mesmo efeito e o maior propagandista de um remédio é um médico", conta Edson.

PL MARLUCE PINTO

Em 01 de abril de 1993, a Senadora Marluce Pinto apresentou o Projeto de Lei de Origem do Senado – PLS nº 41, que dava nova redação ao art. 15 da Lei nº 5991, de 17 de dezembro de 1973, que em sua ementa dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.

"Foi uma iniciativa para nos contrapor. Já havia uma luta da categoria para retomar seu lugar na Farmácia. Já não era mais a situação de aceitar simplesmente, assinar como farmacêutico. Esse projeto veio numa reação pra impedir que a

gente reassumisse a farmácia”, afirma Célia Chaves.

O projeto tramitou no Senado, mas Gilda se recorda que tomou um susto quando soube da sua aprovação, que aconteceu no dia 15 de dezembro de 1993. “Ele passou meio que na calada da noite pelo Senado. E a gente disse, nossa! Foi próximo do Natal. Foi no final do ano. E dissemos: temos que barrar esse negócio! O PL foi apresentado e aprovado no Senado. Quando ia para a Câmara a gente tomou conhecimento. A partir daí começamos a mobilizar as entidades. Como teve recesso em janeiro, fizemos um documento e entregamos para as entidades, onde afirmávamos: nós somos os profissionais do medicamento. Tirar o profissional do estabelecimento é como patentear e dificultar o acesso ao medicamento”.

A partir daí, lembra Gilda, “fizemos grandes mobilizações. Os estudantes (ENEFAR) tiveram participação fundamental. Principalmente no debate e na mobilização. A Fenafar foi protagonista, porque organizou a mobilização no país inteiro”.

Assim que o projeto de lei chegou à Câmara dos Deputados, em 1994, ele foi distribuído para as comissões da casa. A primeira foi a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Lá a relatora foi a deputada Rita Camata que apresentou um parecer rejeitando o projeto. O debate no âmbito desta comissão se estendeu por praticamente todo o ano de 1994. A Fenafar atuou intensamente junto à comis-



Deputada Federal Rita Camata, relatora do PL 4385/94 na Comissão de Seguridade Social e Família, 1994

são, mas o lobby em favor do projeto foi maior e a comissão rejeitou o parecer da deputada.

O 1º CONGRESSO FORTALECE A CATEGORIA E SUAS LUTAS

Toda esta mobilização, em particular no primeiro semestre de 1994, contra o Projeto de Lei 4385/94 da Senadora Marluce Pinto, ocorreu em conjunto com o processo de mobilização da categoria para o primeiro congresso da Fenafar. Vinte anos após a sua fundação, a Federação acompanhava os ventos da democratização e convocava a categoria para discutir a atuação política da entidade e eleger a sua diretoria.

Norberto ressalta que o amadurecimento político do movimento profissional farmacêutico foi sendo construído etapa a etapa, com a luta contra a ditadura e pela redemocratização e, a partir daí, “conseguimos ao final da década de 80

começo da década de 90 reestruturar o que nós entendíamos como sendo uma Federação e isso culminou no primeiro congresso da Fenafar, para redefinir o papel da entidade e dar-lhe uma característica de representação sindical dos farmacêuticos como trabalhadores”.

O 1º Congresso da Fenafar aconteceu em julho de 1994, na cidade de Praia Grande, litoral sul de São Paulo. O tema do Congresso foi: A saúde do Brasil tem remédio?, uma pergunta que relacionava a luta pela soberania nacional, pela defesa do recém constituído Sistema Único de Saúde e que apontava o medicamento como elemento chave neste contexto, e afirmando o farmacêutico como o profissional que detinha a tecnologia deste insumo de saúde, desde o seu desenvolvimento, fabricação e até a sua dispensação.

Vale lembrar que além da luta contra o projeto Marluce Pinto, 1994 foi um ano de muita turbulência para o movimento sindical em razão





1º Congresso da Fenafar reelege Gilda Almeida de Souza presidente, Praia Grande, 1994



do Plano Real, que provocou grandes perdas salariais para os trabalhadores e que, em sua medida provisória, incluiu a liberação da venda de medicamentos em supermercados, outra iniciativa que polarizou a atenção da Fenafar e dos sindicatos naquele momento. A Fenafar também conseguiu impedir isso. Neste período também por iniciativa e luta da Fenafar foi aberta no Senado Federal uma CPI sobre medicamentos. Não foi a primeira, nem a última CPI instalada no Congresso para debater medicamentos. Mas esta ocorreu às vésperas da realização do primeiro congresso da Fenafar, e foi alvo de bastante debate entre a categoria.

Todos estes temas – CPI dos medicamentos, PL Marluce Pinto, Lei de Patentes e os debates ligados à luta do movimento sindical diante da política econômica e dos ataques aos direitos trabalhistas deram o tom dos debates do congresso.

Gilda Almeida relembra o processo de discussão que desembocou na realização do primeiro congresso. “Tinha-

mos que realizar uma eleição, e achamos que o processo que vinha sendo utilizado estava ultrapassado, tínhamos que avançar na democracia da entidade e, também, no debate e na aprovação da política da Fenafar. Teria que ser construído mais democraticamente, não só uma diretoria de 10/20 pessoas. Deveria ser a construção de uma representação da maioria. A partir daí, estudamos congressos de outras categorias para chegar a esse formato – que teria delegado, por estado, de acordo com o número de profissionais de cada estado. Começamos assim. Tínhamos nesse congresso uma pauta de saúde e também sindical e de conjuntura. Instituímos para a Fenafar nesse processo o debate da política, entendendo que é a política que efetivamente orienta a sua ação sindical na área da saúde. Então a pauta do congresso foi Conjuntura política, Sindical e de Saúde, que é mais ou menos o que temos até hoje”.

Gilda diz que os sindicatos receberam a novidade com muita satisfação. “A categoria já

estava num momento diferenciado, prontos para a abertura, para respirar mais democracia. Foi uma boa participação, considerando o primeiro congresso nesse formato e as dificuldades que tínhamos”. Participaram do Congresso da Praia Grande 53 delegados.

Célia Chaves ressalta que participaram do 1º Congresso “não só os dirigentes, mas gente de base, que nunca tinha estado em diretoria de entidade, militância. Era a primeira vez que se reuniam todos os sindicatos, de todo o país e não apenas seus diretores”.

Na sua avaliação, o Congresso mudou a qualidade na atuação da Fenafar. “Dalí saiu um documento que orientou o caminho de atuação dos próprios sindicatos filiados (na época eram todos do país).

Alguns sindicatos não correram junto. Mas os mais organizados e estruturados, que estavam juntos também deram um salto de qualidade inquestionável” analisa Célia, que voltou à diretoria da Fenafar nesse Congresso. “Eu tinha estado por um mandato na década de 1980 no

Conselho Fiscal. Primeiro era pra ficar na suplência da diretoria, mas acabei entrando já como segunda tesoureira”.

Luiz Torres Neto foi eleito vice-presidente da Fenafar no 1º Congresso, em 1994. Ele se formou em 1986, na Universidade Federal de Pernambuco, e começou a atuar na associação e no sindicato dos farmacêuticos no final do curso. Para ele, “os congressos da Fenafar são os momentos mais importantes da Federação porque eles repassaram para a base da categoria, principalmente nos estados onde tínhamos maior influência, as discussões que fazíamos do ponto de vista político, da formação sindical, da reestruturação da nossa base profissional. O estímulo que a Federação dava para a participação dos Sindicatos nas conferências municipais, estaduais e nacionais de saúde”.

Para ele, a realização dos Congressos ajudou muito a fortalecer os debates e a ação da Fenafar. “Porque o debate era feito em cima de uma tese. Então a partir do momento que a gente tinha que elaborar a tese, ir para os estados discutir essa tese e depois aprovar essa tese, isso dava uma unidade para a nossa luta, para a nossa política e nossas intervenções. Então a gente tinha um forte apoio em alguns estados que tinham representação sindical e no Conselho Federal, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Pernambuco, Paraíba, entre outros, mas esse núcleo deu uma importância no conjunto para a gente fazer discussões que estrapolavam só as questões sindicais”.



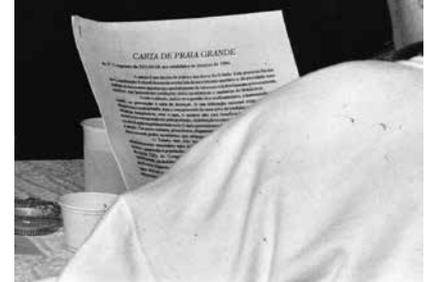
Luiz Torres Neto, vice-presidente da Fenafar, 1994 a 1997

Além de eleger a nova diretoria e aprovar o plano de ação da Fenafar, o congresso também aprovou a filiação da Federação à Central Única dos Trabalhadores – CUT. “A maioria compreendeu que não conseguiríamos fazer um movimento sindical desconectados com o movimento mais geral. Que para isso deveríamos estar vinculados a uma central. Aprovamos assim o vínculo a uma central sindical que na época foi a CUT”, recorda Gilda, que foi reeleita para presidir a Federação.

O farmacêutico recém-formado, Ronald Ferreira dos Santos, esteve presente no



Carta de Praia Grande, aprovada no 1º Congresso da Fenafar, 1994



1º Congresso. “Me formei em 1993 e fui trabalhar no mercado, numa farmácia e numa clínica de cirurgia plástica. Eu era o responsável pela farmácia da clínica. No mesmo ano eu já estava na diretoria do Sindicato. Aí, em 1994, já foi o 1º Congresso da Fenafar, em Praia Grande”, relembra.

Ronald vinha de uma intensa atuação política no movimento estudantil, que tinha uma tradição forte de defesa das questões políticas mais gerais. “Eu vinha do Movimento Estudantil, que tinha a característica de atuar através de campanhas, ou seja, de pegar um determinado mote e fazer desse mote um elemento de ação política unificada nacionalmente. Eu, chegando quente no Congresso da Fenafar, propus a campanha pelo uso racional do medicamento (aquela campanha da menininha sentada no chão). Eu cheguei empolgado e falei “ó, aqui o que precisa é ser um elemento que aglutine”. Eu já vinha da experiência da UNE, “precisamos colocar aqui uma questão, um elemento aglutinador, que possa reunir os interesses do Amazonas ao Rio Grande do Sul”. E a possibilidade concreta era uma campanha. O Congresso aprovou fazer

1º CONGRESSO APROVA OS PRINCÍPIOS DA FENAFAR

Além de aprovar as resoluções que orientaram a ação da Fenafar no período e de eleger uma nova diretoria, o 1º Congresso da Fenafar aprovou os Princípios da Fenafar que norteiam a entidade até hoje:

Sindicato de luta - Que prepare os trabalhadores para as lutas políticas, sindicais e econômicas, tendo como princípio básico a defesa dos interesses mais elementares da categoria: salário digno e vida digna.

Sindicato autônomo e independente - O sindicato deve estar desvinculado de partidos políticos, de empregadores, de instituições religiosas e de governos, resguardando sua identidade. Isso, porém, não significa omitir-se de ações políticas.

Sindicato unitário - Que represente toda a categoria, independentemente de suas posições políticas, partidárias, sociais ou religiosas. O sindicato não tem dono. É de todos os profissionais e a todos deve satisfação de seus atos.

Sindicato democrático - Que respeite as decisões tomadas em seus fóruns e abra espaço para que todas as ideias sejam debatidas, respeitando todas as opiniões que visam colaborar para o fortalecimento da categoria. As deliberações nunca devem ser tomadas pela cúpula, daí ser imprescindível a realização de assembleias, congressos, seminários, reuniões periódicas de diretoria e conselhos.

Sindicato organizado - Que desenvolva a luta de modo planejado, preparando sua estrutura (departamentos, representações regionais, delegados de base, etc.) e sua base para reagir aos ataques sofridos pela categoria por parte de empregadores e governo.

Sindicato politizado - que vincule a luta econômica à luta política, já que as duas andam juntas e uma depende da outra. Um sindicato que prioriza apenas a luta política pode causar o afastamento de suas bases, porque muitas vezes o trabalhador quer ver resultado imediato, de preferência resultado palpável nos ganhos salariais e outros benefícios. Mas, por outro lado, uma entidade que valoriza somente a batalha econômica não consegue elevar a consciência classista de sua base e não se faz notar pela sociedade, ficando à mercê das decisões políticas tomadas em “nome” e em prejuízo dos que se omitem.

essa campanha e, desde então, a gente vem de campanha em campanha”.

Na avaliação de Ronald Ferreira dos Santos, que atualmente está em seu segundo mandato como presidente da Fenafar, “aquele Congresso marcou a materialização dos princípios que orientam a Fenafar. Um deles, o principal, que é vincular a questão da luta específica da categoria com as questões mais gerais. Essa foi a marca daquele Congresso, é a marca da Fenafar, de fazer o vínculo das questões gerais, que acabam sendo as determinantes (os condicionantes da vida, das relações do trabalho), com as questões do dia a dia do fazer profissional, das condições do trabalho, desse universo, das dificuldades, do que precisa ser desenvolvido. O que me chamou atenção do Congresso foi justamente essa característica. E o tema que pegava bastante naquele Congresso da Fenafar, em contextos mais gerais, era essa questão da soberania. Havia uma agenda neoliberal surgindo com bastante força, e as questões vinculadas ao debate da soberania, da independência do desenvolvimento científico-tecnológico eram muito fortes”.

A LUTA CONTRA O PROJETO MARLUCE PINTO

O tema que polarizou os debates no primeiro Congresso da Fenafar foi como combater o projeto de Lei de autoria da senadora Marluce Pinto que já se encontrava em tramitação no Congresso Nacional.

Depois da derrota na Comissão de Seguridade Social e Família, o projeto deveria seguir para



Deputado Federal Ivan Valente, relator do PL 4385/94 na Comissão de Defesa do Consumidor, 1996

a Comissão de Constituição e Justiça, mas a Fenafar e outros setores organizaram um movimento para que antes o projeto fosse apreciado na Comissão de Defesa do Consumidor – CDC.

Quem lembra deste processo é o farmacêutico José Miguel do Nascimento, que presidiu o sindicato dos farmacêuticos de Santa Catarina na década de 90. “Todo o movimento realizado pela Fenafar foi no sentido de buscar um relator que apoiasse a posição da Fenafar. Então a Federação fez uma costura – a Gilda Almeida foi fundamental nesse processo como presidente – para levar este projeto para a Comissão de Defesa do Consumidor. Foi lá que conhecemos o Ivan Valente e ele ficou com a relatoria do projeto. Uma pessoa muito aberta, nós construímos uma relação de muito confiança. Foi então que surgiu o substitutivo elaborado por ele ao projeto original, com os princípios que estão até hoje sendo norteadores da Farmácia Estabelecimento de Saúde integrada ao SUS. Então nós, através da Fe-

nafar, fizemos todas as costuras, o Ivan nos assessorando, com a ajuda também de outros parlamentares, e conseguimos aprovar o substitutivo. Naquele momento, nós não imaginávamos que levariam 20 anos para conseguirmos aprovar o projeto”.

Gilda Almeida recorda que foi naquele período que a Fenafar entrou com mais força no debate da questão do farmacêutico.

“O profissional tinha que estar lá na farmácia, presente para prestar a assistência farmacêutica. E tinha que ser o farmacêutico. E aí os médicos, químicos, vieram e se envolveram para discordar desta ideia e dizer que qualquer um poderia lidar com medicamento. E foi um debate grande na sociedade. Envolvemos o consumidor, universidades, outras entidades de trabalhadores, movimentos de bairro, todo mundo que tinha relação com o medicamento. Aqueles que consomem o medicamento, que produzem, que pesquisam. Envolvemos a sociedade para ganhar esses atores para essa luta. Foi quando tentamos construir um substitutivo que não só atendesse à questão da Assistência Farmacêutica, mas que também tentasse ver



Manifestação contra o PL 4385/94 na esplanada dos ministérios, Brasília, 1996

a farmácia como um estabelecimento de saúde, não só um estabelecimento comercial”, recorda Gilda Almeida.

A partir de uma ampla mobilização da categoria, diálogo com vários outros segmentos e pressão sobre os parlamentares, a Fenafar conseguiu aprovar o substitutivo do deputado Ivan Valente em várias comissões. Gilda relembra os motes que contribuíram para sensibilizar a sociedade. “Os estudantes diziam: nós não vamos ter mercado de trabalho! E os profissionais: nós vamos perder o mercado de trabalho! E nós, das entidades, dizíamos – tudo isso e mais: a sociedade vai perder o acesso



Audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para aprovação do Substitutivo Ivan Valente, Brasília, 1997

ao medicamento, a orientação quanto ao uso racional, a atenção farmacêutica. Avançamos assim no debate, saindo só da questão profissional”.

Além do combate ao PL da Marluce Pinto, entre as resoluções do 1º Congresso estavam a luta contra as patentes e pela liberdade do uso do conhecimento, a luta contra a venda de medicamentos em supermercados. “Tínhamos ainda muita coisa a fazer e muita coisa a consolidar, como a democracia interna da Fenafar. Era uma visão nova do sindicalismo. Conseguimos fazer mais reuniões da diretoria, dar um suporte maior aos sindicatos - na estrutura por exemplo-, pois se a Federação são os sindicatos, e os sindicatos não estão estruturados, a Federação perde”.

A ELEIÇÃO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

No segundo semestre de 1994, o Brasil parou para participar da 2ª eleição presidencial pós redemocratização. Nove candidatos disputavam a eleição: Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL/PTB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT/PSB/PCdoB/



Norberto, Maruza, Paulo Boff, Maria de Lourdes, Branly e José Miguel, Brasília, 1997

PSTU/PCB/PPS), Enéas Ferreira Carneiro (Prona), Orestes Quércia (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Espiridião Amin (PPR), Carlos Antônio Gomes (PRN) e Brigadeiro Hernani Fortuna (PSC).

O processo eleitoral foi fortemente impactado pelo Plano Real – medida econômica adotada durante o governo de Itamar Franco e que conseguiu controlar a inflação e aumentar a capacidade de compra da população. A inflação acumulada entre janeiro e junho de 1994 foi de 857,2%. Com a criação da nova moeda, o Real, e os ajustes promovidos pelo plano econômico do então ministro da Fazenda do governo Itamar, Fernando Henrique Cardoso, a inflação no mês de julho caiu vertiginosamente, foi de apenas 6,08%, a menor em muitos anos.

Assim, naquele momento inicial, o Plano Real foi come-

morado pela população que elegeu em 03 de outubro de 1994, o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Programa Brasileiro de Estabilização Econômica se baseava em seis eixos, que seriam aprofundados durante o governo de FHC: privatização das empresas estatais, desindexação da economia, equilíbrio fiscal (corte de despesas e aumento de tributos); abertura econômica, (redução gradual de tarifas de importação e facilitação da prestação de serviços internacionais); política cambial para garantir a sobrevalorização do real frente ao dólar; e a adoção de políticas monetárias restritivas, como o aumento da taxa básica de juros (Selic). Estavam lançadas as bases para a adoção das políticas neoliberais que caracterizaram os oito anos do governo FHC.



Posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, 1995

A RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL E UM NOVO PROJETO PARA O BRASIL

O movimento social brasileiro de imediato se posicionou contra as políticas neoliberais que comprometiam a soberania nacional, enxugavam o Estado – que repassava a sua responsabilidade sobre a garantia de serviços e direitos básicos do cidadão à iniciativa privada –, geravam desemprego e ampliavam a miséria e as desigualdades no país.

Neste cenário, a Fenafar se posicionou imediatamente para defender o direito à saúde e os interesses e direitos da categoria farmacêutica. O processo de democratização dos espaços da Federação foram fundamentais para o desenvolvimento de uma luta que durou quase uma década.

Todo o processo de reposicionamento da Fenafar e dos sindicatos como entidades representativas dos profissionais

farmacêuticos permitiu que, ao longo da década de 90, “a Fenafar construísse um conjunto de formulações de caráter político e ideológico e um conjunto de estratégias e de ações para fazer o enfrentamento ao projeto neoliberal no país, e que depois se transformaram em políticas públicas muito particularmente com o governo FHC no final da década de 90. Esse processo recompôs um debate nacional, que foi ideológico, entre uma



Fenafar nas ruas contra o projeto neoliberal, Ouro Preto, 1999

concepção de Estado neoliberal de um lado, desresponsabilizado com as questões que têm impacto para o conjunto da sociedade, absolutamente voltado para o mercado; e de outro lado um conjunto de forças políticas antagônicas, que defendiam um Estado não só democrático, mas um Estado que não tivesse características neoliberais, que fosse provedor das condições para que as políticas públicas voltadas para a garantia dos interesses do país, das pessoas e da sociedade pudessem ser implementadas (políticas públicas no âmbito da saúde, do desenvolvimento, da ciência e tecnologia, da educação)”, avalia Norberto Rech.

Duas lutas polarizaram a atenção da Fenafar na segunda gestão da farmacêutica Gilda Almeida à frente da entidade: a continuidade da luta contra o projeto de Lei das Patentes – liderada pelo Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, do qual a Fenafar era parte – e a luta contra o projeto Marluce Pinto, que dispensava a presença dos farmacêuticos nas drogarias.

Para se contrapor à lógica mercantil do projeto Marluce Pinto, a Federação construiu toda uma elaboração que pas-

sava pela centralidade do medicamento como objeto principal do trabalho do farmacêutico, o debate com a sociedade sobre o papel do farmacêutico na prestação da Assistência Farmacêutica, tendo como um dos pilares a correta orientação para o uso do medicamento, e a visão de farmácia como um estabelecimento para a prestação de um serviço de saúde essencial, o da assistência farmacêutica.

Ronald Ferreira dos Santos faz uma análise do contexto e da evolução deste debate no interior da categoria, que tinha como foco a discussão sobre a centralidade do trabalho como atividade econômica que gera valor. “Na verdade, todo o debate sempre esteve associado à questão do trabalho farmacêutico, de agregar valor ao trabalho farmacêutico, porque quem vai qualificar essa atividade econômica é o trabalho, o serviço que está sendo disponibilizado. Então, quando surgiu essa questão da dispensa do profissional farmacêutico – que foi o que trouxe o projeto da Marluce Pinto, que afirmava que essa atividade econômica não precisa do trabalho do farmacêutico –, o que nós fizemos foi justamente reafirmar o

contrário. Desenvolvemos uma ampla campanha para dar uma resposta justamente à retirada do trabalho qualificado, da atividade do farmacêutico. O que a senadora tentou fazer ao lançar esse projeto foi consolidar o status comercial das farmácias e do medicamento como mercadoria. Nós não aceitamos aquilo, o que estava em jogo não era apenas a questão do farmacêutico na farmácia, mas sim de transformar esse profissional e consolidar o seu papel social. E isso foi realizado em conjunto com os Sindicatos, porque colocava o desafio de demandar mais do farmacêutico. Então, a valorização dessa atividade, de qualificar e fazer alguma coisa diferente, essa elaboração aconteceu como um desdobramento da luta contra o projeto da Marluce Pinto. Aquilo nos deu a oportunidade de trazer a contradição, e nós trabalhamos muito bem isso. Embora com fluxos e refluxos bastante grandes ao longo desses 20 anos”.

Um abaixo-assinado organizado pela Fenafar em conjunto com a Enefar levou para o Brasil todo a discussão da luta em defesa da presença do farmacêutico na farmácia. Em junho de 1996, a Fenafar, a Enefar e





Entrega das 80 mil assinaturas do abaixo-assinado contra o PL 4385/94 na Comissão de Defesa do Consumidor, Brasília, 1997

outras entidades da categoria levaram esse abaixo-assinado a Brasília, com 80 mil assinaturas contra o PL 4385/94.

A campanha desenvolvida pela Fenafar contra a Lei de Patentes contribuiu de forma indiscutível para ampliar a visibilidade da entidade e aproximar da Federação outros farmacêuticos. Foi o que aconteceu com a farmacêutica Veridiana Ribeiro. Formada pela Universidade Federal de Pernambuco em 1975, Veridiana começou a ter uma atuação política durante o curso de graduação, quando fez parte da diretoria do Diretório Central dos Estudantes de Farmácia. Depois, passou a fazer parte do quadro de funcionários da universidade, trabalhando no Hospital Universitário. Ela atuou no movimento negro e no movimento sindical da universidade. "Não discutia muito os assuntos da categoria farmacêutica e do movimento sindical dos farmacêuticos, porque atuava no movimento dos servidores universitários. Mas no início da

década de 1990, tomei contato com o debate sobre as patentes. Foi nesse momento que eu tive o meu primeiro contato com a Fenafar. Quem levou esse debate para dentro da universidade foi o colega Luis Torres. Ele foi a principal referência dessa luta para mim. Também o deputado federal de Pernambuco Renildo Calheiros, que tinha uma atuação muito forte neste tema", conta Veridiana.

Em agosto de 1996, a Fenafar realizou com outras entidades o Seminário Nacional so-

bre Política de Medicamentos, cujo tema central foi "Assistência Farmacêutica: Acesso aos Medicamentos e Qualidade de Vida – Rumos e Perspectivas no Brasil". Este evento foi promovido em parceria com a ENSP/Fiocruz, a Unicef, a Opas/OMS, a Sobravime, o Conass e o Conasems e representou iniciativa importante no processo de preparação para a 10ª Conferência Nacional de Saúde. A partir dos marcos conceituais gestados ao longo do tempo, a Fenafar teve protagonismo importan-



te na 10ª Conferência na mesa complementar sobre “Política Nacional de Medicamentos” o que possibilitou a explicitação de concepções fundamentais para a formulação de uma política de assistência farmacêutica para o Brasil.

REFORMA CURRICULAR

A discussão sobre a Reforma Curricular dos cursos de Farmácia levou muitos anos. Começou em meados dos anos 80, a partir do debate provocado com a criação do profissional Biomédico e da disputa pela atuação nas análises clínicas com o farmacêutico.

Quem resgata um pouco dessa longa história é a farmacêutica Maria Eugênia Cury, que presidiu a Federação entre 2003 e 2006. “Entre na Universidade em 1983. Quando cheguei ao terceiro ano da faculdade comecei a me interessar pelo diretório acadêmico e a participar. Havia um grupo de professores que defendia que as análises clínicas não deveriam ser a única opção para os farmacêuticos. Havia a necessidade de se fazer um resgate da profissão em termos da farmácia, do domínio do medicamento, existia uma lacuna que ninguém estava ocupando. As farmácias estavam só nas mãos de proprietários, e os farmacêuticos só assinavam a responsabilidade técnica, na maior parte das vezes nem apareciam nos estabelecimentos. Era o comum, o que todo mundo fazia. Então, eu já no Centro Acadêmico, ajudei a organizar, em 1986, uma jornada farmacêutica na univer-



sidade. Tudo o que as pessoas iriam trazer pra discutir na jornada seria a questão das análises clínicas. Pensamos em convidar as pessoas que estavam à frente do Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo, para não termos só a visão técnico-científica na Jornada. Convidamos, na época, o Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo, que era presidido pela Gilda Almeida. Com a discussão da Reforma Sanitária, um grupo de professores farmacêuticos que participaram da 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, começou a debater: qual o papel dos farmacêuticos nesse processo? Ai começa a discussão da Assistência Farmacêutica e, a partir daí, discutiu-se que havia a necessidade de uma reforma no Ensino de Farmácia no Brasil, porque do jeito que estava era totalmente direcionado para a atuação ou nas análises clínicas ou na indústria como técnico. Havia toda uma crítica de que não tínhamos formação humanística, mais holística, que precisaríamos ter. Então, aconteceu um pré-encontro de ensino farmacêuti-

co organizado pela Enefar, em Ouro Preto, e se deflagrou essa discussão. Nesse meio tempo eu me formei, em 1987. E logo, em 1988, ingressei na PUC-Campinas como professora assistente. O debate sobre o currículo mostrava que tínhamos que direcionar a profissão para que ela compreendesse o medicamento e tivesse as análises como opção (não exclusiva dos farmacêuticos). Mas esse era um pensamento contra hegemônico. Levamos ao encontro essas propostas de ensino, que foram amplamente debatidas. Nesse meio

BOLETIM DA
Fenafar
edição nº 10
fevereiro/96

Órgão de Divulgação da Federação Nacional dos Farmacêuticos

SEMINÁRIO CONCLUI PROPOSTA DE CURRÍCULO A SER LEVADA AO MEC

No mês de outubro de 1995 foram realizados em Lacerdópolis (SP) o 1º Seminário Nacional de Currículo de Farmácia e o 4º Encontro Nacional de Reforma Curricular. O evento contou com a participação de representantes de 15 Federações Estaduais de Farmacêuticos (Fenafars) e do Conselho Federal de Farmácia (CFF), tendo como objetivo discutir a proposta de integração farmacêutica sobre o currículo selecionado para os cursos de Farmácia de país.

O local de realização do evento (cidade próxima a Brasília) foi escolhido a partir do planejamento de que o Conselho Federal de Farmácia poderia fazer um aporte de recursos, incluindo secretários, membros do Conselho e representantes de instituições de ensino.

Apesar de todos os obstáculos, que começaram logo após a realização do Seminário, o trabalho foi concluído e a proposta de currículo foi encaminhada ao MEC.

Os diferentes grupos de estudo elaboraram propostas curriculares para a área de Farmácia, e que representaram um avanço qualitativo significativo em termos do objetivo proposto. Todavia, vários problemas organizativos e de infraestrutura não possibilitaram que os mesmos fossem realizados como planejado.

Apesar de todos os obstáculos, que começaram logo após a realização do Seminário, o trabalho foi concluído e a proposta de currículo foi encaminhada ao MEC.

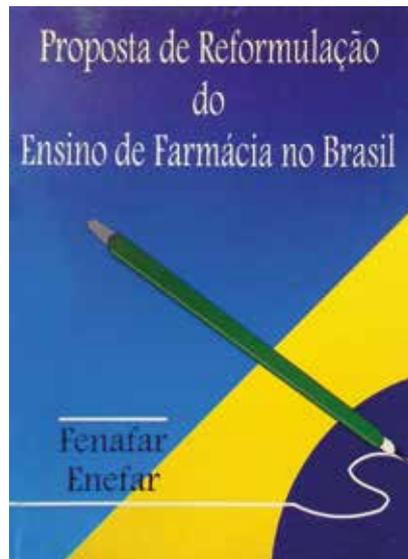
Processo iniciado em 1995 para a elaboração do currículo de Farmácia, em Brasília, em 1996.

Foto: [ilustração de uma reunião]

tempo a Fenafar começou, em uma das reuniões do seu Conselho de Representantes, a se apropriar dessa discussão. De outro lado, também o Conselho Federal de Farmácia, a partir da sua comissão de ensino. Inicialmente era uma discussão na academia. A Fenafar me convidou para fazer uma apresentação sobre o que estávamos trabalhando e passei a ter uma maior relação com a Federação. A Gilda estava na presidência. Nessa reunião, a Fenafar decidiu que isso deveria ser uma bandeira da Federação. Eu comecei a ser convidada para reuniões de representantes, a frequentar os sindicatos. Ao final de 10 anos de discussões (começou lá no pré-encontro em 1986), em 1996, a Fenafar, junto com a Enefar, fecha um documento para ser entregue ao MEC com a proposta de uma mudança no ensino farmacêutico. As diretrizes curriculares. Toda a discussão da mudança nas diretrizes curriculares dentro do MEC foi fruto da proposta do plano de educação de Darcy Ribeiro”.

Célia Chaves recorda que a discussão sobre as novas diretrizes curriculares para os cursos de farmácia estava muito focada na questão do farmacêutico como profissional de saúde. “Porque antes o currículo que vigia desde 1969 pela Resolução 4/69 do Conselho Federal de Educação – que foi elaborado durante a ditadura no contexto do acordo MEC-USAID – era da alienação total, da desorganização e despolitização dos estudantes com a reforma universitária. Fi-

cávamos isolados, nem entrávamos no curso, era o básico, não tinha identidade para profissão. A grande discussão era sair dessa lógica. Nosso curso era muito técnico. Tinha um viés da escola alemã (química) e um pouco da escola americana (que até tinha um pouco de atenção e cuidado). Mas era muito pouco. Era um curso meramente técnico. Formava técnicos alienados que rezavam pela cartilha. Não discutia, não questionava as coisas. Isso



nos angustiava. Em 1983, quando eu ingressei na Universidade como docente era essa a discussão. A gente questionava essa formação, de um profissional que não dava conta de ser um profissional de saúde. Foi em cima disso que aconteceram as discussões para se reestruturar o currículo. Esta foi a orientação que nós concluímos e saiu aquela publicação da Fenafar com a Enefar fazendo uma proposta de modificação da estrutura curricular, mas que acabou não sendo aprovada pelo MEC”.

Célia recorda, também, que a partir do debate sobre o currículo foi possível identificar as diferentes posições que foram se cristalizando na profissão farmacêutica: uma com o CFF à frente e a outra capitaneada pela Fenafar. “Nessa discussão de currículo a Fenafar estava praticamente isolada. Era junto com alguns estudantes, mas não todos na época. Tínhamos uma concepção, e o restante da categoria girava em torno dos conselhos (CFF e dos regionais) e, infelizmente, também de alguns sindicatos e de alguns estudantes. Aquele foi um momento em que ficou bem clara a divisão que havia na categoria, as diferenças de concepção no ensino se refletem na profissão também, é decorrência. Sem dúvida, grande parte das discussões que tivemos apareceram. As concepções era diferentes e, ao longo dos anos, todas apareceram e em vários momentos se materializaram em concepções bem antagônicas”, avalia Célia.

A proposta de redação para as novas diretrizes curriculares para os cursos de Farmácia elaborada pela Fenafar e entregue ao Ministério da Educação foi finalizada nas plenárias finais do 7º Seminário Nacional sobre Currículo de Farmácia e do 4º Encontro Nacional de Reforma Curricular, realizados em Luiziânia (GO) e Florianópolis (SC). No entanto, a que foi considerada pelo Ministério da Educação e deu origem às novas diretrizes curriculares foi a proposta apresentada pelo Conselho Federal de Farmácia, aprovada em um encontro realizado em Brasília.



2º CONGRESSO DA FENAFAR – COM O NEOLIBERALISMO NÃO EXISTE QUALIDADE DE VIDA

Em 1997, acontece o 2º Congresso da Fenafar. Naquele momento os efeitos nocivos da política neoliberal já tinham se alastrado pelo país: desemprego, terceirização e precarização das relações de trabalho, redução do aparelho do Estado, impactando de forma negativa na oferta dos serviços públicos, em particular no caso da Saúde.

Nesse contexto, cresce a luta em defesa do SUS e se aprofunda o debate em torno da construção de uma Política Nacional de Assistência Farmacêutica, dando continuidade às discussões que a categoria – liderada pela Fenafar – vinha fazendo nos últimos anos a respeito da centralidade do trabalho do farmacêutico e do medicamento.

No documento que subsidiou o debate do 2º Congresso dizia: “Ao reduzir-se a concepção de saúde à presta-

ção de serviços, a questão da qualidade passa a ser analisada apenas sob os aspectos do gerenciamento, dos aparatos tecnológicos envolvidos”. E mais a frente conclui: “a garantia do exercício da cidadania passa pela defesa do direito à saúde e à qualidade de vida, transcendendo a defesa apenas do Sistema Único de Saúde e exigindo um modelo de Estado que garanta a diminuição das desigualdades sociais e a eliminação da exclusão, princípios negados por modelos econômicos da internacionalização do capital. Portanto, a defesa do SUS exige ações concretas de enfrentamento do projeto neoliberal em implantação no país, caracterizado pelas políticas de privatização das atividades das estatais, de redução da ação reguladora e disciplinadora do Estado nos campos da economia e das relações de trabalho e da política clara de abertura da economia para o capital internacional”.

Gilda Almeida lembra que naquele momento em que se realizava o 2º Congresso “a Fenafar já tinha uma cara de movimento sindical democrático, de luta, independente, isso apareceu com muita clareza para a categoria. Recordo que tínhamos um grande contingente de delegados. Os sindicatos participaram mais. Havia assembleias para tirar delegados”.

Mas as diferentes concepções sobre a profissão farmacêutica que foram se explicitando nos últimos anos acabaram levando a um afastamento de alguns sindicatos que não concordavam com a linha da Fenafar. “Por

nosso projeto político ter sido vitorioso e existir outro projeto dentro da Fenafar, o racha ficou cristalizado. Por isso, alguns sindicatos como Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal nem participaram do congresso de 1997. Eles mandaram uma carta dizendo que estavam se desfiliando da Fenafar. Nós já estávamos no congresso. A Maria de Lourdes (do Paraná) foi a portadora da notícia. A carta foi colocada debaixo da porta do quarto dela, no hotel em que estávamos hospedados para o Congresso. Ela pegou a carta e nos levou. Estávamos no processo de debate e construção das resoluções das propostas e fomos surpreendidos com isso. Foi quando houve o racha com saída desses sindicatos e depois a fundação da Federação Interstadual de Farmacêuticos - Feifar”.

Gilda disse que no fundo não se surpreendeu, porque ela já vinha percebendo essa divisão. “Nós entendíamos que dentro da Fenafar deveriam estar todas as concepções e o debate deveria ser aberto. E votar quando houvesse polêmicas, colocando em prática a questão democrática.

Tinha que se discutir um projeto político dentro da Fenafar. Qual é o projeto? A visão mais avançada venceu. A outra concepção, que achava que devia se discutir mais a questão profissional, do salário, do mercado (que tinha uma visão corporativa da profissão – o enaltecimento do farmacêutico, sem compreender seu papel social efetivamente), ou seja, uma visão elitista, e que naquele momento era minoritária dentro dos espaços da Federação, então eles decidiram sair”.

Maria Eugênia avalia que

“quase 10 anos depois, ainda existia uma disputa na categoria sobre se a Assistência Farmacêutica deveria ser o centro da discussão fundamental da profissão ou não. Nesse contexto, além de defender a centralidade da Assistência Farmacêutica, a Fenafar traz para a categoria toda uma discussão de que a entidade deveria tomar posições do ponto de vista mais estratégico da sociedade. Das questões internacionais e nacionais que aconteciam e dos processos eleitorais. Tinha quem defendesse que a entidade não podia tomar posição perante os vários candidatos à presidência da República. Nessa disputa, no Congresso de Fortaleza, soubemos dessa história de que estava sendo criada uma outra Federação. Isso tomou um pouco conta do debate do Congresso. Nesse congresso, já começávamos a debater se a entidade deveria tirar uma posição de apoio à candidatura Lula, entendendo que a Fenafar tinha que se posicionar frente a dois projetos para

o país. Tinha toda a crítica contra o neoliberalismo, que estava em seu auge no Brasil”.

DESAFIOS PARA FORTALECER A FENAFAR

Gilda Almeida, eleita para o seu 3º mandato à frente da Fenafar, avalia que “o Congresso decidiu que estávamos no caminho certo. ‘Não podemos rachar’. O sentimento de unidade era muito grande. Nosso objetivo era fazer de tudo para não rachar, mas a gente entendia que a saída de alguns já estava cristalizada. Lembro que no seminário de planejamento o Caio foi muito crítico, dizendo que só queríamos discutir política, que não discutíamos a categoria. E isso não era verdade. Tivemos protagonismo em todas as lutas da categoria.

Assim, a nova gestão mantinha como um dos seus principais desafios a luta contra o PL da Marluce Pinto, que ainda estava na Câmara. A luta era para aprovar o substitutivo do Ivan Valente. Era um embate muito forte com o comércio varejista. Era muita demanda. Foi nesse

período que a Federação decidiu ter uma assessoria parlamentar, o que foi muito importante para a estruturação da Fenafar.

Foi então que, em 01 de outubro de 1997, após anos de exaustivos debates e manifestações, a luta dos farmacêuticos obteve uma vitória importantíssima: a aprovação do substitutivo do deputado Ivan Valente na Comissão de Defesa do Consumidor. O projeto, no entanto, ainda tinha um caminho a percorrer, e teria ainda que passar pela Comissão de Constituição e Justiça. A partir daí, inúmeros outros projetos que tratavam do tema foram apensados à tramitação do substitutivo do deputado Ivan Valente. Foram necessários dezessete anos de muita luta em torno desta pauta.

FENAFAR PRESENTE

Diante da saída de alguns sindicatos da base de filiados da Fenafar, outro desafio que se colocava era o de fortalecer os sindicatos e a Federação. “Realizamos um debate muito grande. Fizemos a primeira plenária estatutária, que manteve o Congresso como instância de eleição da diretoria. Houve um forte debate interno, porque havia um setor que defendia eleições diretas. Tivemos que viajar pelo país para construir qual seria a melhor forma para estruturar a Fenafar. Isso tomou muito tempo da Fenafar”, lembra Gilda Almeida.

Nesse processo, os articuladores da divisão da Fenafar, que precisavam de no mínimo cinco sindicatos para fundar uma nova Federação, conseguiram cooptar os estados do Mato Grosso, Pará e Alagoas.



Abertura do 2º Congresso da Fenafar, Fortaleza, 1997



Posse da Diretoria eleita no 2º Congresso da Fenafar, Fortaleza, 1997

Com a divisão consolidada, a Fenafar intensificou o contato com os estados e os sindicatos. “A gente queria ver de perto que federação a categoria queria construir. Foi então que surgiu o projeto Fenafar Presente, que levou uma caravana da diretoria da Fenafar para percorrer todo o país durante o ano de 1999, para marcar as comemorações dos 25 anos da Federação.

Este também foi um período em que a Fenafar se fortaleceu institucionalmente e passou a ter presença em Conselhos e Fóruns de discussão sobre Saúde e Farmácia.

Maria Eugênia ressalta que este processo de ampliação da democracia interna da Fenafar também foi fundamental para atrair a confiança da categoria e dos sindicatos. “Quando a Federação passa a fazer seu Conselho de Representantes com regras claras, a ter um Conselho Fiscal efetivo, que analisa

as contas da entidade, quando nós passamos a mostrar como administrávamos o dinheiro, a discutir coisas que quase não

eram debatidas anteriormente, isso criou uma relação de confiança com os sindicatos. A Federação passa a ser um suporte estratégico dos sindicatos. Começamos a discutir capacitação para os membros dos sindicatos, cursos de formação. A formação que antes era muito técnica, passa a ser de formação sindical”.

Em 1994, a Fenafar se filiou à Central Única dos Trabalhadores – CUT, o que foi importante para, de acordo com Maria Eugênia, “começarmos a dar para os sindicatos a noção que somos também trabalhadores, e que os sindicatos deveriam brigar pela melhoria das condições de trabalho do profissional. Todo farmacêutico é trabalhador. Não é só profissional liberal. Então, essa filiação começa a dar uma nova cara para os sindicatos. É nesse processo também que é criada a Feifar, que entende que o caminho que a



Fenafar estava tomando era de politizar demais a categoria e de que eles iriam resgatar o “caráter corporativo” da profissão.

Outro aspecto importante que a filiação da Fenafar à CUT trouxe, foi a oportunidade de a Fenafar ter mais participação em outros espaços do movimento sindical. “Teve uma época que eu fui da diretoria da Confederação Nacional de Seguridade Social. Era uma participação da Fenafar. O Norberto também tinha sido. Eu fui tesoureira da CNTSS. Passamos a fazer a discussão da política da seguridade social, que teve muito impacto no combate à política neoliberal, e para o debate de um projeto para o país. A Fenafar passa a ser uma referência nisso. Conseguimos incluir nessa discussão a questão da Assistência Farmacêutica, porque ela estava fora. Os farmacêuticos passam a ter respeito nesse debate. Passamos a participar ativamente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), com conselheiro, a partir do ano 2000. Eu fui conselheira representando a Federação e em seguida o Ronald. Passamos a lidar com outras categorias profissionais de forma mais intensa neste processo”,



Atividade Fenafar Presente, Goiânia, 1999

destaca Maria Eugênia.

Gilda reforça essa análise. “A participação da Fenafar na CUT abriu muito espaço para nós. Passamos a ter assento nos conselhos de saúde e a gente compreendia que havia enfermeiros, assistente sociais, médicos, o que nos exigia ter uma política ampla, de respeitar os espaços das profissões. A relação era boa por conta da nossa política. Começamos a ser muito conhecidos, a partir da luta das patentes e fomos num crescente”.

Outro tema que a Fenafar passou a tratar com prioridade foi a formação dos sindicatos, para que eles pudessem desenvolver as negociações sa-

lariais. “Essa era uma debilidade que tínhamos. Como fortalecer os sindicatos para que eles cumprissem seu papel? A existência deles é para negociar o salário, a convenção coletiva. É da essência do sindicato. A dificuldade é que muitos sindicatos não tinham estrutura e nem cultura. Começamos a realizar cursos com o pessoal para eles entenderem o papel do sindicalismo, do trabalho. Tivemos dificuldades. Ainda hoje essa dificuldade persiste nos sindicatos menores, apesar de já termos avançado muito. Isso se dá porque as coisas não são imediatas. Você põe uma semente hoje, amanhã rega e o resultado disso é um crescer. Os sindicatos de hoje são fruto de um trabalho iniciado lá atrás”, avalia Gilda Almeida.

Em 1999, a Fenafar também dedicou atenção especial ao debate sobre os medicamentos genéricos. Dando continuidade às suas posições desde a publicação do decreto 793, pelo então presidente Itamar Franco, a Fenafar se posicionou quando o governo Fernando Henrique Cardoso, e o seu ministro da



Atividade Fenafar Presente, Aracaju, 1999



Atividade Fenafar Presente, Porto Alegre, 1999

Saúde, José Serra, enviaram ao Congresso o projeto de lei dos medicamentos genéricos.

Rilke Novato Públio, vice-presidente da Fenafar por 4 gestões ressaltava que a Fenafar defendia os medicamentos genéricos. “A gente entendia que, ainda que em um governo neoliberal, a gente deveria fazer a defesa do medicamento genérico por conta da sua importância, por possibilitar o acesso e possibilitar o desenvolvimento da indústria nacional, embarcamos nessa luta, fizemos cartilhas, espalhamos pelo país inteiro”.

Gilda lembra da polêmica, desde a edição do decreto 793. “A indústria farmacêutica fez muita pressão e conseguiu inviabilizar o decreto. Aí o deputado Eduardo Jorge fez um projeto de lei sobre genéricos, bebendo em toda a elaboração que tínhamos feito. E foi para a Câmara ser debatido. O Serra era o ministro. Ele transformou a questão dos genéricos como sendo dele e desvirtuou todo o projeto, alterando o papel do medicamento genérico. Aí ele também introduziu na prática a questão de patentes: vai ser medicamento genérico aquele que perder/expirar a patente. Tinha que esperar. Nós nos

contrapomos. A Fenafar interviu neste debate, mesclando as questões inerentes da categoria, com o medicamento (que interessa a sociedade) e com a questão política de soberania. A Fenafar teve protagonismo muito grande nesse embate”.

Um pouco antes da Lei dos genéricos, o governo federal também criava, por lei, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa.

EM 2000 O 3º CONGRESSO – TRABALHANDO PELA SAÚDE DO BRASIL

No processo de construção do 3º Congresso, foi-se consolidando uma transição para a presidência. Gilda Almeida já estava no 3º mandato e não iria mais continuar. O nome que surgia com força, pelo protagonismo que teve nos processos de elaboração das propostas da Fenafar, era do vice-presidente, Norberto Rech.

O slogan do terceiro congresso “Trabalhando pela Saúde do Brasil”, espelha exatamente essa aproximação, citada acima, do profissional farmacêutico com o mundo do trabalho, com a sua condição

de trabalhador e profissional da área da Saúde, num contexto de defesa da Saúde Pública.

“No ano 2000 eu fui candidato, numa composição de forças políticas importantes dentro da Federação. Fui eleito presidente da Federação com um conjunto de companheiros que se mantiveram na diretoria da Fenafar. Fui o responsável pelo processo de representação formal da Fenafar, mas num coletivo de pessoas e de forças políticas que deram sequência ao debate que já havia desde o primeiro congresso da Federação”, ressaltava Norberto.

As resoluções do 3º Congresso ressaltam a importância da unidade “do movimento sindical farmacêutico em nível nacional”. Aquele congresso foi um momento de sedimentação de toda a evolução da elaboração política da Fenafar. Foi um evento que fez uma grande reflexão política do papel do farmacêutico como um profissional da saúde e do seu compromisso com as lutas por condições dignas de vida e trabalho para todos. Reforçou a centralidade da luta por uma política nacional de Assistência Farmacêutica. Também ressaltou a necessidade de se aprofundar a democracia das entidades sindicais.

Em dezembro de 2000 acontece a 11ª Conferência Nacional de Saúde, que contou com uma expressiva participação de farmacêuticos. É nesta conferência que se aprova a realização da 1ª Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica e Política de Medicamentos, fruto da ação e elaboração protagonista da Fenafar.



Norberto Rech eleito presidente no 3º Congresso da Fenafar, Rio de Janeiro, 2000



Plenária do 3º Congresso



Diretoria eleita no 3º Congresso

Outra decisão importante da 11ª Conferência Nacional de Saúde foi a realização de uma conferência temática setorial em vigilância sanitária.

2001: UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

O avanço das políticas neoliberais no Brasil e na América Latina já deixava, nessa altura do campeonato, um rastro de destruição de direitos, de miséria e exclusão social. O movimento social no Brasil e nos países vizinhos iniciaram, então uma articulação internacional para realizar, em Porto Alegre, um grande evento para denunciar o neoliberalismo e mostrar que era possível construir um outro mundo. Foi assim que surgiu o Fórum Social Mundial (FSM). A primeira edição do FSM aconteceu em janeiro de 2001.

A Fenafar esteve presente no FSM em 2001 e, a partir deste, participou de todas as outras edições. Foi então que a federação passou a ter uma articulação internacional contra o projeto neoliberal e estabelecer relações com os movimentos sociais de outros países e, em particular, na área da Saúde.

Foi neste processo que a Fenafar realizou a Primeira Caravana de Saúde para Cuba.

Neste período, a Fenafar também intensificou o funcionamento dos seus espaços de decisão, realizando com maior frequência as reuniões do Conselho de Representantes e da Diretoria.

A I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária aconteceu em duas etapas: a Estadual, até



Maria Eugênia Cury coordenando mesa da 1ª Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília, 2001

30 de outubro, e a Nacional de 26 a 30 de novembro de 2001. Maria Eugênia lembra do processo que estava sendo construído naquele momento.

“A principal resolução da Conferência foi que a Anvisa não existisse. O que estava em discussão não era só a criação, mas que Agência estava sendo criada. O que aconteceu é que com o tempo e a eleição do Lula, a intenção de transformar essa agência num órgão apartado, que nem seria subordinado ao Ministério da Saúde ou às políticas de saúde foi modificado. Foi aquela Conferência, aqueles debates contra o projeto neoliberal que fazem hoje a Anvisa se submeter estrategicamente ao Ministério da Saúde, ser parte da política da saúde. Ela tem uma autonomia do ponto de vista da execução financeira e técnica de vigilância, mas ela é vincula-



1ª Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília, 2001

da à questão mais estratégica. Se não houvesse a eleição do Lula, tudo poderia ser diferente”, avalia Eugênia.

Já em 2002 se constituem a Comissão Organizadora e os grupos temáticos para preparar a 1ª Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica. O presidente da Fenafar, Norberto Rech, participou do grupo de trabalho.

Em 2002 a Fenafar se soma ao movimento social para derrotar o projeto neoliberal. “Atuamos decididamente no processo político de definição da nova presidência do país, ou seja, no embate político. Nós tínhamos uma concepção de Estado que era absolutamente distinta da que os neoliberais que estavam no poder no Brasil tinham. Nós apoiamos a frente de esquerda e a frente nacional que apoiou Lula para a Presidência da República. Não foi a primeira vez, partiu de 1989. Mas novamente a Federação apoiou decididamente a candidatura Lula. Fizemos um debate interno a respeito de quais eram nossas proposições para as políticas públicas do governo – não apenas do campo da Saúde, mas para a Educação, Ciência e Tecnologia, para o desenvolvimento, para o campo das garantias das liberdades democráticas e das políticas de interesse do conjunto de tra-

balhadores. Participamos do processo eleitoral naquele momento”, ressalta Norberto.

Foi através do projeto Fenafar Debate o Brasil que a federação promoveu debates em vários estados para discutir os problemas de saúde pública no Brasil, abordando quatro grandes temas: 1) A precarização da saúde pública em contrapartida à mercantilização da saúde; 2) Lei de Patentes; 3) Lei dos Genéricos e 4) Epidemias no Brasil (dengue, febre amarela e outras), como omissão do Poder Político.

O POVO NO PODER

Em 27 de outubro de 2002, depois de uma campanha eleitoral em que o candidato do PT liderou a disputa em todas as pesquisas de intenção de voto, Luis Inácio Lula da Silva se elegeu com quase 53 milhões de votos para a presidência da República. José Serra, candidato pelo PSDB que disputou com Lula no segundo turno, obteve 20 milhões de votos a menos. Foi uma grande vitória das forças progressistas no Brasil e que dava seguimento a um processo de vitórias de governos democráticos e populares em toda a América Latina.

O protagonismo da Fenafar nos debates sobre políticas públicas de saúde para o Brasil foi imediatamente reconhecido, como lembra Norberto. “Ao final de 2002, quando Lula foi eleito, fui chamado como representante da Fenafar para fazer uma avaliação da área da saúde – particularmente sobre medicamentos e assistência farmacêutica – para o processo de transição de governo. Naquele mo-

mento, fizemos um diagnóstico da situação farmacêutica e dos medicamentos no Ministério da Saúde, que retratou claramente as políticas de desresponsabilização do governo Fernando Henrique com o setor. Para se ter uma ideia, identificamos no Ministério da Saúde a inexistência da Assistência Farmacêutica – havia uma pequena gerência de assistência farmacêutica, mas que não tinha nenhum poder de decisão, não tinha locus adequado para tomada de decisão no contexto do Ministério da Saúde, e tínhamos um total de 23 programas diferentes que tratavam de medicamento em diferentes áreas do Ministério. Tudo isso sem articulação, com orçamentos extemporâneos, gestões que não se conversavam”, conta.

Foi diante deste diagnóstico

que se desenvolveu uma série de propostas da equipe de transição para a Saúde. Norberto conta como foi.

“Naquele momento, fizemos uma proposta para o então presidente eleito – que tomara posse em janeiro de 2003 – num grupo grande coordenado pelo Humberto Costa, que depois viria a ser Ministro da Saúde. Apresentamos esse diagnóstico e fizemos uma sugestão ao presidente da República de que o Ministério da Saúde tivesse uma Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Nós tínhamos entendimento – fruto de duas décadas do mais intenso debate realizado pela Fenafar – de que a Política Nacional de Assistência Farmacêutica é intersetorial e tem que ter diretrizes que tra-

tem da política Industrial, da política Econômica, da política de Ciência e Tecnologia, da política de Educação e que têm impacto no campo da Saúde. Dentro desta secretaria deveria estar um Departamento de Assistência Farmacêutica, que seria o responsável por reunir todas as áreas que tratassem de medicamentos e assistência farmacêutica no Ministério da Saúde, e que fosse capaz de apresentar uma proposta de diretrizes políticas para o enfrentamento dos problemas que tínhamos nessa área, considerando que a assistência farmacêutica não era só a disponibilização de medicamentos na rede de atenção à saúde. Era mais do que isso – não só a presença do medicamento como tecnologia, mas o conjunto de ações voltadas à



Posse do 1º mandato do Presidente Lula, 2003

saúde das pessoas. E que essa política tinha como resultado os impactos do que viesse a ser definido como política pública no âmbito do desenvolvimento industrial do setor farmacêutico. Isso foi aprovado pelo presidente na época”, descreve.

Depois da posse e já nomeado ministro da Saúde, Humberto Costa foi o responsável por implementar as propostas que o grupo da saúde apresentou na transição. “Como resultado de todo este processo, eu fui chamado para ser o primeiro Diretor de Assistência Farmacêutica e Secretário Adjunto dessa Secretaria de Ciência e Tecnologia, cujo titular foi o doutor José Roberto Hermógenes. Ele é uma figura importante na luta pela criação de um sistema público de saúde, é um sanitarista de primeiríssima qualidade, médico vindo

do enfrentamento da ditadura, de formulação de políticas públicas, do embate político entre essas duas políticas de estado absolutamente distintas, e que passou a ser o secretário de C&T do Ministério da Saúde, levando uma contribuição imprescindível para o conjunto dos secretários naquele momento. Nós conseguimos, a partir daí, institucionalizar aquelas propostas e diretrizes que havíamos discutido no movimento farmacêutico, capitaneado pela Federação Nacional dos Farmacêuticos. Nesse processo, houve uma ampliação dos espaços políticos, essa ampliação se deu pela ação política e pela capacidade de formulação que demonstramos no decorrer daquele período. Havíamos iniciado, desde 1989, uma grande demanda no âmbito do Conse-

lho Nacional de Saúde, instância de deliberação máxima do Controle Social do SUS, muito particularmente pela representação dos trabalhadores, para que fosse realizada a 1ª Conferência Temática de Assistência Farmacêutica. E o governo Fernando Henrique, com toda sua estrutura, negava essa possibilidade e impedia a aprovação no Conselho Nacional de Saúde que isso acontecesse”, relembra Norberto Rech.

Ronald Ferreira dos Santos olha para aquele processo como o produto dos choques entre visões distintas sobre a centralidade do trabalho no fazer do profissional farmacêutico, que foi o que distinguiu a Fenafar desde o início da década de 90. “A construção das regras de divisão da riqueza produzida, em qualquer sociedade capitalista, se dá com os empresários se apropriando dessa riqueza e distribuindo para os trabalhadores alguns benefícios além do salário, que são os benefícios da previdência, da seguridade, da saúde. Então, a formulação da Fenafar em torno da agenda sindical – de que o farmacêutico é um profissional de saúde, de que o medicamento é um insumo essencial para garantir o direito à saúde e que a farmácia precisa ser um estabelecimento vinculado à garantia do direito à saúde – foi uma construção política que visava fortalecer a divisão dessa riqueza produzida em benefício do trabalho, não para o benefício do empresário. Ou seja, uma agenda de reivindicação do campo mais popular e que se somou às demais agendas que leva-



Norberto Rech, 1º Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde



Veridiana Ribeiro,
vice-presidente,
gestão 2015 a 2018

ram à eleição de Lula, em 2002. Aquele processo foi resultado de um acúmulo de forças políticas e sociais durante a década de 1990, somado ao desgaste e à inefetividade da receita neoliberal, que permitiram com que essas forças conseguissem apresentar formulações, conseguissem validar na sociedade essas formulações para que minimamente o interesse dos trabalhadores, o interesse da maioria da sociedade fossem atendidos”.

Veridiana Ribeiro também salienta a importância do governo Lula para o avanço da valorização do farmacêutico. “No governo Lula muitos espaços do ministério passaram a ser ocupados por farmacêuticos. A criação do Departamento de Assistência Farmacêutica foi fundamental e qualificou o debate sobre o tema. Houve um investimento e uma valorização da visão sobre a farmácia e o papel do farmacêutico. Inclusive, foi só a partir daí que o farmacêutico passou a ser

visto como profissional importante no sistema de saúde. Não à toa, foi nesse período que se realizou a Conferência de Medicamentos e Assistência Farmacêutica”.

José Miguel do Nascimento reitera a importância das lutas concretas desenvolvidas pela Fenafar na década de 90 para a formulação das propostas de políticas públicas que a Federação apresentou ao governo e que foram implementadas. “Nós tínhamos uma visão de que as políticas em curso durante os anos FHC estavam erradas. Eram insuficientes tanto para a saúde quanto para as questões específicas. A demonstração disso foi toda a elaboração da Fenafar para as questões do ensino de farmácia, da formação do profissional, do medicamento e do papel do farmacêutico. Todo esse conteúdo construído pela Fenafar nos levou a ter a oportunidade de participar do governo Lula, já com o debate feito. Quando o Norberto che-

gou no DAF (antes até, quando propõe a criação do DAF) no início do governo Lula, toda essa discussão já estava feita. Nós já sabíamos o que queríamos, o que era para fazer. Diferente de outras áreas que o novo governo ainda tinha que discutir. No caso da contribuição da Assistência Farmacêutica ela já vinha sendo gestada há muito tempo e o debate do projeto 4385/94, da Marluce Pinto, foi ruim por um lado, mas foi bom por outro, porque o que ela colocou ali nos levou a construir uma linha nova e que se colocaram como importantes para a sociedade do ponto de vista da profissão”.

4º CONGRESSO AJUDANDO A CONSTRUIR UM NOVO BRASIL

Entre os dias 1 a 3 de agosto de 2003, em Brasília, aconteceu o 4º Congresso da Fenafar. Norberto Rech já tinha assumido o Departamento de Assistência Farmacêutica do Mi-



José Miguel Nascimento Junior, um dos formuladores do substitutivo Ivan Valente, durante audiência pública, Brasília, 1996

nistério da Saúde e uma nova liderança farmacêutica deveria assumir a presidência da entidade, num contexto de luta política novo, inédito, que era o de um país governado por forças políticas e sociais que eram oriundas do movimento popular, do movimento sindical.

A farmacêutica Maria Eugênia Cury foi eleita para conduzir a entidade entre 2003 e 2006. Ela recupera os principais desafios que estavam colocados para a sua gestão. “Nessa época, o grande debate era: uma primeira gestão, com a Fenafar sendo uma liderança da categoria com o governo que ela tinha contribuído para eleger. Tínhamos que dar consequência ao fato de termos de forma explícita apoiado Lula contra o projeto neoliberal. Então a questão que se colocava era: o que significava participar do movimento sindical sendo que o novo governo era oriundo do movimento sindical, com apoio do movimento sindical, com colegas ocupando novos espaços? Lideranças da Central Única dos Trabalhadores indo para a mesa nacional de negociação do SUS, para negociar interesses dos trabalhadores e, encontrar do outro lado, alguém que até ontem estava com você na discussão sindical. Era desafiador viver nessa nova fase. Eu avalio que a Federação passou bem por esse processo, soube conduzir essa questão. Foi um período em que várias contradições vieram à tona. Nunca tivemos a perspectiva de que a eleição de Lula resolveria todos os problemas. Pelo contrário. Sempre tivemos a percepção de que – ganhou-



Maria Eugênia Cury, eleita presidente da Fenafar no 4º Congresso, Brasília, 2003



Mesa de debate com Rilke Públio e Maria de Lourdes Soares no 4º congresso



Grupo de trabalho no 4º Congresso



Plenário 4º Congresso



Democracia na Fenafar. Votação para diretoria no 4º Congresso



Norberto Rech ao passar a presidência para Maria Eugênia no 4º Congresso da Fenafar com os novos diretores eleitos

-se uma eleição mas o projeto político do país ainda continuava em disputa. Esse processo começou a criar alguns atritos com a própria forma de condução do movimento sindical mais geral, que a própria CUT passa a ter e que, depois, vai culminar com a saída da Fenafar da CUT”.

Para Maria Eugênia, aquele foi um período de consolidar todo aquele processo de aproximação com os sindicatos, da formação política. “A gente rodou praticamente todo o país visitando vários sindicatos, fazendo discussões”.

A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Com o novo governo, uma outra perspectiva de participação se abre para a sociedade. O governo passa a realizar conferências temáticas para ouvir e organizar a sociedade para participar da elaboração e acompanhamento de políticas públicas. “Um dos pilares, uma

das questões estruturais que conquistamos na Constituição e no SUS é a responsabilidade social, é a questão da participação popular. Temos aqueles princípios do sistema, da universalidade, da integralidade, da equidade, mas um que é essencial, que é vital para ele ter perenidade e continuar sendo esse espaço de seguridade, de responder à demanda, principalmente dos trabalhadores, é a questão da participação popular. E a Assistência Farmacêutica é um exemplo concreto disso. Foi a partir do exercício da participação popular, que tivemos as várias conferências, inclusive a 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica. Houve um conjunto de conferências no início do governo Lula que conseguiu formular, construir, enraizar conceitos que permitiram o acúmulo de forças para mudar um pouco o quadro e o papel do medicamento, da assistência do farmacêutico e da farmácia na sociedade brasileira. Até chegarmos ao ponto de mudar substancialmente o setor público.

A 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, realizada em setembro de 2003, teve um protagonismo importante da Fenafar. Maria Eugênia Cury, Célia Chaves e Rilke Novato participaram da Comissão Organizadora da Conferência. Norberto Rech, também, representando o recém-criado Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde. Célia Chaves coordenou a relatoria da Conferência e o vice-presidente da Fenafar, Rilke Novato, coordenou a plenária final.

Para Norberto, a conferência “foi um absoluto sucesso, com a realização de grandes etapas municipais, estaduais e uma conferência nacional com mais de 3 mil delegados escolhidos na base. Nela houve um conjunto de debates que não foram só de farmacêuticos, foi um debate pela definição de diretrizes para uma política nacional de medicamentos e de assistência farmacêutica que pudessem nortear as políticas públicas. Nossa proposta, que foi absolutamente vencedora na Conferência, só o foi porque ela veio

Deputada Jandira Feghali, Rilke Públio e Clair Castilhos na Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, Brasília, 2003



sendo construída ao longo da década anterior num processo coletivo, não corporativo, que envolveu o conjunto das representações dos trabalhadores e particularmente dos segmentos da saúde. A partir de 2003, portanto, com a definição da Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, conseguimos definir os eixos estratégicos dessa política”, avalia Norberto.

O protagonismo da Fenafar neste processo foi definidor, na análise de Norberto Rech.

“Nada disso poderia ter acontecido se não tivéssemos o embate político que tivemos em defesa da soberania nacional e contra a ditadura, pela democracia, pela formação dos farmacêuticos e pela retomada de nossa identidade como profissionais farmacêuticos, como profissionais da saúde e a inclusão desta pauta no conjunto das lutas dos trabalhadores. A Fenafar teve papel estratégico e capitaneou esse processo ao longo dessas décadas. Por isso, a entidade é a que pode hoje dizer que, junto com outras, tem uma história de ação política invejável para muitos países do mundo. Com toda certeza só foi possível porque ela gerou um debate baseado na democracia, baseado na necessidade que os espaços democráticos fossem garantidos, mas associado também à reflexão teórica, o debate de suas formulações no conjunto de forças políticas no país – o que possibilitou que isso se tornasse realidade. A Federação tem esse grande mérito”, conclui Norberto.

Muitas lutas foram desenvolvidas neste período. A Fe-



Maria José, Gilda Almeida, Norberto Rech, Jussara Cony e Célia Chaves, na Conferência



Maria do Socorro, Iolanda Sousa, Lima Neto e José Liporage, delegados da Conferência

narfar manteve sua presença no Conselho Nacional de Saúde, que inclusive aprovou, em 2004, a proposta da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, frutos das formulações e debates realizados na Conferência de 2003. A Federação também participou com destaque do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde (Fentas) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT, da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS e das Câmaras Setoriais de Medicamentos e Propaganda da Anvisa.



A LUTA POR AVANÇOS NA SAÚDE E NA VALORIZAÇÃO DO FARMACÊUTICO

Em 2005, uma das principais conquistas obtidas no campo da Saúde e da política de medicamentos foi o Decreto 5.348/2005 (posteriormente substituído pelo decreto 5.775/2006) que instituiu o fracionamento de medicamentos. A Fenafar defendeu amplamente a medida em várias audiências públicas realizadas sobre o tema por todo o país.

No esteio do debate sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica e sobre o fortalecimento da Política de Medicamentos

do governo, a Fenafar passou a discutir de forma mais enfática a necessidade de se criar meios para garantir a inserção do farmacêutico nas equipes do Programa de Saúde da Família. Fruto deste trabalho, se definiu as diretrizes da assistência farmacêutica na atenção básica.

A Fenafar também protagonizou, no ano de 2005, o movimento nacional contra o Ato Médico, que reuniu mais de 50 organizações da sociedade que se colocavam contrárias à supremacia da medicina sobre as demais profissões da saúde.

Além de atuar ativamente para contribuir com a cons-

trução das políticas de Saúde para o Brasil, a Fenafar também tinha o olhar para a necessidade de trocas de experiência no sentido de fortalecer a integração Latino-americana. Assim, a Fenafar também passa a fazer parte do Fórum Permanente do Mercosul, grupo de trabalho vinculado ao Ministério da Saúde, com a participação de profissionais de saúde para discutir o exercício da profissão da saúde nos países do Mercosul. Neste espaço, leva suas análises e elaborações sobre o direito à saúde, o papel do farmacêutico e da Assistência Farmacêutica.



Maria Maruza Carlesso, representante da Fenafar na reunião do Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde, Brasília, 2013

POR UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS



Em 2005, a Fenafar retoma com força o debate sobre a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução de salário. Em 2002, foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6.277/2002, de autoria do deputado José Carlos Coutinho. Durante a sua tramitação na Câmara, o projeto obteve pareceres favoráveis na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e na Comissão de Constituição e Justiça, e seguiu para o Senado, onde o projeto foi renomeado como Projeto de Lei de origem da Câmara dos Deputados – PLC 113/2005.

A jornada de trabalho de 30 horas semanais faz parte de um processo de reconhecimento da dedicação e da importância dos farmacêuticos que, muitas vezes em condições absolutamente adversas, atendem com dedicação à população

usuária. O conhecimento do farmacêutico sobre medicamentos, a facilidade de acesso a esse profissional pela população e a necessidade social do farmacêutico desempenhar um papel mais relevante que o de um simples elo intermediário entre o medicamento e o usuário, propicia as condições favoráveis para as mudanças nas condições e regime de trabalho desse profissional. Ao farmacêutico é, em todo o mundo, cobrada a postura de um novo profissional de saúde, integrado ao sistema de saúde e diretamente relacionado ao usuário de medicamentos e serviços de saúde.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em junho de 2005, em parceria com a Frente Parlamentar de Combate à Violência Contra a Mulher da Assembleia Legislativa de São Paulo e com o Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo, a Fenafar lançou sua campanha nacional “Vio-

lência Contra a Mulher – Vamos apagar esta mancha da nossa História”, durante uma audiência pública que debateu o projeto de lei 4.559/2004 do governo federal que instituiu políticas públicas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Este projeto foi aprovado, em 2006, e batizado como Lei Maria da Penha, em referência à farmacêutica cearense Maria da Penha, vítima de violência doméstica.

Maria Eugênia considera que esta foi uma campanha que merece destaque na trajetória da Fenafar. “A maioria da categoria farmacêutica é composta de mulheres. Mulheres que ainda sofrem como trabalhadoras com a violência do trabalho, e sofrem com a violência doméstica. Na sociedade brasileira, as estatísticas sobre violência contra a mulher são cada vez piores. Pensando do ponto de vista da Assistência Farmacêutica, fazendo uma ligação com a violência, as mulheres são as maiores vítimas do uso irracional dos medicamentos. Tem a





Diretoria Eleita no 5º Congresso da Fenafar, Guarulhos, 2006

violência velada ainda, de que a mulher cuida da família, trabalha fora, exerce cargo de chefia com salário menor, e essa vida toda de trabalho, e tem outra violência: ela ainda tem que ser responsável pela questão doméstica. E essas mulheres são submetidas ao aumento de peso, e à imposição de um tratamento medicamentoso que é absolutamente perigoso e violento. Elas têm depressão e não podem ficar deprimidas. São as maiores consumidoras de antidepressivos. Isso tudo para mim são violências que a mulher sofre.

Um grande desafio para nós, farmacêuticas e que atuamos no movimento sindical, é hoje fazer essa relação. Desse tipo de violência com a questão da Assistência Farmacêutica, do nosso trabalho, nosso papel, e entrar com uma campanha nesse sentido”.

**5º CONGRESSO
DA FENAFAR –
DESENVOLVIMENTO
COM VALORIZAÇÃO DO
TRABALHO E SOBERANIA
PARA O BRASIL AVANÇAR
COM JUSTIÇA SOCIAL**

A Fenafar chega no seu 5º Congresso, nos dias 11, 12 e 13 de agosto de 2006, exercitando de forma dinâmica a sua independência com relação ao governo, predicado que deve caracterizar toda organização sindical. Nos três primeiros anos, apoiou medidas adotadas no campo da Saúde, da ampliação da participação social, dos avanços democráticos, no campo dos direitos trabalhistas, mas criticou veementemente as opções conservadoras que o governo adotou na área econômica.

Nos debates do Congresso, reconhecia o caráter “contraditório do governo, que se equilibra entre a ortodoxia da política macroeconômica e

as medidas de cunho social e progressista”. Como o fórum máximo de deliberação da entidade acontecia às vésperas da eleição presidencial que colocaria mais uma vez em confronto dois projetos distintos de país, apontava: “A Fenafar não pode ter dúvidas quanto a defender o projeto em andamento, que, embora não executado em sua essência, tem possibilidade de avançar rumo ao progresso e impedir um retrocesso. Ao mesmo tempo, é dever de todos os farmacêuticos cobrarem do presidente e de sua equipe econômica uma postura mais firme em favor do povo, das forças produtivas, do movimento sindical e de todos



Célia Chaves, eleita presidente da Fenafar no 5º Congresso da Fenafar, Guarulhos, 2006



Grupo de Trabalho durante o 5º Congresso da Fenafar

que o elegeram confiando em mudanças mais consistes”, dizia o documento que subsidiou as discussões do Congresso.

Na plataforma de lutas aprovada no 5º Congresso, estava a defesa do desenvolvimento do mercado interno, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, a defesa de uma política permanente de valorização do salário mínimo, entre outras.

O tema do congresso refletia a posição da Fenafar de pressão sobre o governo para ampliar direitos. “Desenvolvimento com valorização do Trabalho e Soberania para o Brasil Avançar com Justiça Social”.

Neste congresso, a farmacêutica Célia Chaves foi eleita para a gestão 2006-2009. Foi uma gestão que retomou de forma mais

enfática a luta pela aprovação do Substitutivo do Dep. Ivan Valente ao Projeto de Lei 4385/1994. Durante o 5º Congresso foi relançada a Campanha: Farmácia estabelecimento de Saúde. Uma das resoluções do Congresso foi a construção de uma jornada de luta pela aprovação do substitutivo e pela aprovação do projeto de lei das 30 horas.

Paralelamente ao seu 5º Congresso, a Fenafar realiza – em conjunto com a Associação Brasileira de Farmacêuticos (ABF) – o 1º Simpósio Nacional de Assistência Farmacêutica, com o objetivo de aprofundar os debates sobre a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. “Foi uma estratégia para atrair outros profissionais que não participam das lutas sindi-

cais, pretendíamos reforçar a discussão da assistência farmacêutica junto a categoria de forma mais ampla. Isso foi muito positivo, porque de fato conseguimos atingir colegas que não atuavam no sindicato, mas que tinham interesse em discutir os desafios da profissão e da assistência farmacêutica. Como o Simpósio ocorreu paralelamente ao Congresso, esses profissionais também participaram de debates do Congresso sobre conjuntura, os desafios para fortalecer a Fenafar e os Sindicatos e, com isso, acabamos aproximando mais gente para a luta da categoria”, explica Célia.

A Fenafar realizou, logo após o Congresso, o 1º Seminário de Planejamento Estratégico da diretoria, com o objetivo de dar mais clareza e detalhar, a partir da definição de prioridades, como encaminhar as resoluções aprovadas no Congresso.

“Com o planejamento foi possível acompanhar os projetos e prioridades de forma mais organizada e passamos atuar de forma menos voluntarista, com metas a serem cumpridas. Isso nos ajudou muito, tanto é que a partir daí incorporamos a realização de seminários de planejamento em outras gestões”, diz Célia.

A REELEIÇÃO DE LULA

A campanha presidencial de 2006 foi realizada, pela primeira vez na história do país, com uma vantagem das forças políticas progressistas no pleito eleitoral. Os quatro anos do governo foram marcados por iniciativas importantes no campo da distribuição e geração de



1º Simpósio Nacional de Assistência Farmacêutica Guarulhos, 2006

renda, com recordes de criação de postos de trabalho e uma inédita ampliação de instrumentos de participação social.

Por outro lado, a direita e os partidos de oposição não conseguiam apresentar propostas políticas para o país que tivessem apelo social. Assim, optaram por atacar o governo fazendo denúncias de corrupção, articulados e organizados pelos meios de comunicação, a partir de 2005, com o escândalo do mensalão.

Esse processo, que buscou atingir o coração do Palácio do Planalto, já que teve como alvos centrais os ministros José Dirceu e Antonio Pallocci teve impactos importantes no cenário político e eleitoral. Ambos foram afastados e passaram a ser réus no Supremo Tribunal Federal.

Mesmo assim, Lula saiu na frente nas pesquisas de intenção de voto, em segundo lugar, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Se em 2005 a popularidade de Lula foi atingida pelas denúncias, 2006 foi um ano de recuperação da sua imagem. Em dezembro de 2005 ele tinha 28% de aprovação. No início de agosto ela chegou a 45% e foi a 52% em pesquisa realizada nos dias 21 e 22 daquele mês, o que lhe dava, pela primeira vez, aprovação recorde na série histórica de pesquisas do Datafolha sobre avaliação dos presidentes brasileiros a partir de 1990.

Apesar de não ter sido vitorioso no primeiro turno, de ter sido duramente criticado por ter faltado ao debate promovido pela Rede Globo, a aprovação a Lula oscilou positivamente ao longo do mês de outubro,

durante a campanha para o segundo turno, chegando a 51% no levantamento realizado nos dias 16 e 17 e à repetição de recorde na pesquisa dos dias 23 e 24, ao chegar a 53%.

No primeiro turno, Lula ficou na frente com 46,6 milhões de votos, enquanto Alckmin seguiu para o segundo turno com 39,9 milhões. O segundo turno deu a vitória a Lula com 58,2 milhões de votos, o que correspondia a 60,83% dos votos válidos.

EM 2007, FENAFAR REFORÇA LUTA POR MAIS CONQUISTAS PARA OS FARMACÊUTICOS

Com a reeleição e um ambiente de ampla aprovação das políticas de inclusão social, ampliação de direitos e democracia, a Fenafar intensificou sua ação junto ao novo parlamento e ao governo para tentar garantir que as lutas da

Fenafar pela valorização profissional e pelo fortalecimento do SUS pudessem ser alcançadas.

Os ventos democráticos que sopravam no país a partir de 2003 e o protagonismo que a Fenafar exerceu na elaboração das políticas públicas de saúde e Assistência Farmacêutica abriram um amplo leque de debates e espaços institucionais de participação social.

A Fenafar manteve sua participação ativa nos mais variados eventos e fóruns institucionais que tiveram como foco o debate da saúde, do trabalho e das questões específicas da Assistência Farmacêutica. Participou da relatoria da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu entre 14 e 18 de novembro de 2007, em Brasília, onde teve papel de destaque.

“Depois da publicação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, a Federação passou a ocupar muitos espaços, nas comissões das mais variadas,



Plenária do 5º Congresso da Fenafar

A ESCOLA NACIONAL

Em 2007, a Fenafar reorganiza a Escola Nacional dos Farmacêuticos. Célia retoma a importância daquela decisão. “Foi importante especialmente para os farmacêuticos. A Escola é o espaço para se discutir questões em que a Federação não é o canal. A Escola tem que discutir as questões da formação profissional. Ela não é técnica-científica, é de formação política. E é a grande carência que nós temos. Apesar de fazermos uma avaliação do profissional, que tem uma deficiência técnica e científica, a carência de formação política é muito maior. Apesar de ser necessário ter uma melhor formação profissional, o problema que temos e que impacta na não valorização profissional dos farmacêuticos, o que dificulta obtermos conquistas, em grande parte, estava na deficiência da formação política do profissional. Ele não tem formação

política nenhuma, nenhuma concepção da sua importância – nem como profissional e muito menos como cidadão -, como ser político. Para ser cidadão, minimamente tem que discutir política. Então é essa a grande deficiência. E a Escola tem desenvolvido esse papel muito bem. Com os eventos ela ganhou qualidade. Ela faz com que a gente tenha uma penetração nos espaços onde a Fenafar não tinha. Ao mesmo tempo, traz gente para o convívio da Federação, que talvez não viessem (muita gente da academia, de serviços de saúde) e que estão participando da Federação e fazendo ela ter esse papel importante de difundir essa necessidade de formação do profissional. Temos atuado mais com o profissional, mas também queremos mostrar que isso podia já estar acontecendo na escola”, avalia Célia.



DOS FARMACÊUTICOS

QUALIFICAR O FARMACÊUTICO FAZ BEM À SAÚDE



ANTES

**Escola
Nacional dos
Farmacêuticos**



DEPOIS

**ESCOLA
NACIONAL DOS
FARMACÊUTICOS**

no Conselho Nacional de Saúde, entramos em tudo quanto foi comitê. Todo lugar em que se discutia saúde, medicamento, assistência farmacêutica, tinha alguém da Fenafar”, recorda Célia.

Para a ex-presidente da Fenafar, “a participação da entidade nesses espaços é importante porque é uma forma de influenciar a fazer políticas, discutir ideias. Se você não está lá, não dá para dizer qual é a posição da sua entidade. É uma oportunidade, uma tentativa de a gente tentar melhorar legislações, políticas, tudo. É fundamental estar lá, inclusive para impedir retrocessos, descobrir que há coisas equivocadas, tentar des-

construir, impedir que coisas erradas aconteçam minimamente. E, se possível, construir coisas positivas, fazer avançar políticas públicas na área da saúde, medicamento, que é o mínimo que a gente pode influenciar”.

NAS RUAS PELA FARMÁCIA ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

Em 2007, a Federação retoma com força a campanha Farmácia Estabelecimento de Saúde, mobilizando a categoria nos estados para realizar debates, audiências públicas em Câmaras Municipais e Assem-

bleias Legislativas e aprovando moções em favor do projeto. A Fenafar intensifica o diálogo com os parlamentares, realizando cafés-da-manhã em Brasília para pautar o debate sobre a importância da aprovação do substitutivo ao PL 4385/94. Também se reuniu com os presidentes da Câmara no período, com os ministros da Saúde e Relações Institucionais.

No início de 2008, a Fenafar realizou uma reunião do seu Conselho de Representantes, que contou com a participação do deputado federal Ivan Valente (PSol-SP) – autor do substitutivo ao PL 4385/94. O conselho aprovou a realização de uma mobilização nacional

Farmácia é lugar de saúde, não de comércio

Fazer da farmácia um estabelecimento de saúde – uma atitude de interesse social e não apenas um comércio lucrativo – tem sido uma das principais lutas da Fenafar, dos sindicatos dos farmacêuticos de todo o país, das entidades de estudantes de farmácia e outras entidades farmacêuticas. Construir um futuro mais seguro, também é transformar o modelo de gestão das farmácias, com o devido controle do uso de medicamentos, atendimento adequado e buscando a racionalidade e uma assistência farmacêutica integral.

Um breve histórico da luta pela Farmácia Estabelecimento de Saúde

O debate sobre esse tema se intensificou nos últimos 15 anos, quando a então senadora Marlene Pinto apresentou um Projeto de Lei para alterar a Lei 5991/73, que dispõe sobre o controle de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos.

O objetivo da senadora era eliminar a obrigatoriedade da presença do farmacêutico nos estabelecimentos que tenham a disposição de medicamentos. De acordo com seu projeto, a presença seria obrigatória apenas para as farmácias onde se processa a manipulação. Nos outros estabelecimentos, a responsabilidade técnica poderia ser do farmacêutico, do oficial de farmácia ou, ainda, do auxiliar de farmácia portador de diploma de curso profissionalizante de nível médio.

Institucionalmente, a Fenafar – ao lado de outras entidades – se mobilizou. Em 1996, após intensos debates, uma moção foi aprovada em plenário e foi apresentada, na forma de substitutivo, pelo Deputado Federal Ivan Valente, indutor do projeto original na Comissão de Defesa do Consumidor. O substitutivo ao PL 4385/94 foi aprovado em 1997 e, desde então, aguarda para ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados.

Em sua origem teríamos o substitutivo: “Farmácia é um estabelecimento de saúde e uma unidade de prestação de serviços de interesse público, articulada com o Sistema Único de Saúde, destinada a prestar assistência farmacêutica e orientação sanitária individual e coletiva, onde se processa a manipulação e/ou dispensação de medicamentos magistrais, oficiais, farmacopéuticos ou industrializados, eméticos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos, plantas medicinais, produtos fitoterápicos e corantes”.

Mais que lutar da natureza do estabelecimento farmacêutico, o substitutivo ao PL 4385/94 é um instrumento essencial na luta e no debate pela implantação de uma Política Nacional de Assistência Farmacêutica no Brasil.

A Campanha Farmácia Estabelecimento de Saúde

A luta pela aprovação do substitutivo ao PL 4385/94 foi ganhando força e impulsionou a criação da campanha Farmácia Estabelecimento de Saúde, desenvolvida pela Fenafar e por todas as entidades organizadas nessa luta.

A campanha visa ampliar o diálogo desde importante luta com a sociedade, aprofundando a discussão sobre o papel e a importância das farmácias. A população precisa ter seus direitos fundamentais respeitados. A farmácia cabe a responsabilidade de estabelecer os padrões sanitários inalteráveis de qualidade de produtos e de prestação de serviços básicos sobre cuidados da saúde e de prestação de serviços essenciais.

O medicamento é um bem essencial à vida e o papel crucial de ser tratado como simples mercadoria. Hoje, as farmácias – com potentes recursos – são pontos de venda de todo tipo de mercadoria (alimentos, bebidas, livros, doces) e o medicamento é apenas um entre eles. Essas distorções resultam em perdas consideráveis de farmácias e drogarias, inclusive ao consumo desnecessário e irracional de medicamentos. O que se vê nos balcões, longe de ser um atendimento qualificado feito por um profissional de saúde, é o incentivo à compra de medicamentos, a “empurraempurra”, feita pelo balconista. O acesso inadequado aos medicamentos ocorre através de diversos perfis à saúde. No Brasil, aproximadamente 20 mil casos por intoxicação com medicamentos são computados a cada ano.

É preciso mudar essa situação! Vamos aprovar o substitutivo ao PL 4385/94

Mudar esta situação tem sido objeto de ação política das entidades farmacêuticas. Na luta pela transformação da farmácia em estabelecimento de saúde, a luta pela implantação de uma Política Nacional de Assistência Farmacêutica, ambas ancoradas na Constituição de 1988 que, ao definir a saúde a condição de direito fundamental do cidadão, coloca ao Estado a responsabilidade de adoção de políticas públicas para garantir a saúde e o pleno atendimento da população.

A aprovação do substitutivo ao PL 4385/94 pode dialogar com uma política de saúde do Brasil. Por isso, nos últimos dias 11 de junho, a Fenafar realizou uma grande reunião em Brasília, para mostrar ao governo, aos deputados e a população que é preciso cobrar um voto e aprovar o substitutivo. Neste dia também, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica que será coordenada pelo deputado federal Alceu Baragatti (PCdoB-BA) e que já conta com a adesão de mais de 120 parlamentares.

Para o presidente da Fenafar, Célia Chaves, “as condições para aprovar algum dispositivo legal, que efetivamente mude o modelo da farmácia em uma loja, tirando-a desse foco comercial e transformando-a num verdadeiro estabelecimento de saúde, onde o profissional farmacêutico vai poder exercer plenamente a sua atividade e a população vai receber uma assistência farmacêutica digna”.

Farmácia não é um simples comércio. Sua vida não tem preço.

Veja participar dessa luta com a gente! Produza os deputados do seu Estado, os senadores e exija que esse importante projeto para a saúde seja votado e aprovado. Veja em nosso site: www.fenafar.org.br

EXPEDIENTE
 Jornal da Federação Nacional dos Farmacêuticos
 Presidente: Célia Chaves
 Diretor de Comunicação: Rosal Peres
 Diretores Regionais: Nereide Matt
 Diretores Estaduais: José Carlos Soares

ENDEREÇO
 Rua Barão de Ruy Barbosa, 239
 11. Andar - Centro - 01005-000
 Cidade São Paulo - SP
 Fenafar/Fax: (11) 2269-1191 - 2267-9128
 www.fenafar.org.br

Ato da Campanha Farmácia Estabelecimento de Saúde em frente à Câmara dos Deputados, 2008



Audiência com Ministro Temporão sobre a Campanha Farmácia Estabelecimento de Saúde, Brasília, 2008



Presidente da Fenafar, Célia Chaves, entrega camisa da Campanha ao Ministro Temporão

da categoria, em Brasília, pela votação do projeto.

O ato, que aconteceu em 11 de junho de 2008, contou com a presença de mais de 1000 participantes (entre profissionais e estudantes). Neste dia, os farmacêuticos ocuparam a Esplanada dos Ministérios e concentraram-se na Catedral de Brasília, de onde seguiram em passeata até o Ministério da Saúde. Lá, uma comissão do ato foi recebida pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que na ocasião se comprometeu em ajudar na luta pela transformação da Farmácia em Estabelecimento de Saúde. Os farmacêuticos seguiram até o Congresso Nacional.

Célia reitera a importância daquela retomada. “Tivemos dois atos sobre a retomada da farmácia como estabelecimento de saúde. Primeiro em 2008. Foi a retomada lá de 1997. Foi marcante porque a gente conseguiu colocar o farmacêutico na rua, principalmente o estudante, tivemos apoio do ministro de saúde, do parlamento, lançamos a frente parlamentar. Houve mobilização e conseguimos audiência com o presidente da Câmara da época, demos visibilidade para a causa. Com aquele movimento fizemos o projeto voltar a andar (mesmo com emendas ruins, que foram derrubadas). Ai ele acabou parando de novo. O segundo movimento já não foi tão importante, decisivo, não teve o mesmo impacto”.

Na mesma data, aconteceu o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica, assinada por mais de 120 deputados. A coordenadora da Frente, a farma-

cêutica e deputada federal pelo PCdoB da Bahia, Alice Portugal, foi uma das deputadas que mais contribuíram com o debate sobre as pautas da categoria na Câmara.

PRESSÃO PELAS 30 HORAS

Durante os anos de 2006 e 2007, a Fenafar realizou uma intensa campanha de mobilização junto à categoria para que o projeto não fosse votado nas comissões do Senado sem a realização de uma audiência pública, onde pudessem ser ouvidas todas as partes interessadas na matéria. Procurado pela Federação, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) entrou com pedido de audiência conjunta nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). A solicitação foi aprovada, mas entrou na fila de audiências a serem realizadas e até o início de 2009 não havia sido convocada.

A Fenafar realizou visitas e audiências a todos os gabinetes de senadores, líderes das bancadas partidárias e do governo para requerer apoio à matéria. As visitas também foram estendidas aos escritórios dos senadores nos estados, envolvendo a represen-



Exposição dos 35 anos da Fenafar durante o 6º Congresso. Salvador, 2009

tação dos farmacêuticos locais e também parlamentares e poder público em alguns estados.

No campo sindical, na reunião do Conselho de Representantes da Fenafar, realizada em dezembro de 2008, os conselheiros presentes aprovaram por unanimidade a desfiliação da Fenafar da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL. A desfiliação foi consequência de um processo longo de desgaste entre a Fenafar e a CNPL, uma vez que avaliava-se que essa confederação já “não representava a categoria farmacêutica e seus interesses. A desfiliação foi uma decisão tomada consensualmente.

No lugar da CNPL, a Fenafar ingressou na Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados – CNTU, uma confederação nova que tem propostas de ação mais voltadas para a diversidade na nossa categoria.

6º CONGRESSO “A BANDEIRA DO FARMACÊUTICO É A SAÚDE DO BRASIL”

O 6º Congresso da Fenafar aconteceu na cidade de Salvador, e marcou as comemorações dos 35 anos da Fenafar. A Federação desenvolveu uma campanha para divulgar seu aniversário. No 6º Congresso



Diretoria eleita no 6º Congresso da Fenafar, que reelegera Célia Chaves presidente

uma exposição em forma de painéis contando a história da Fenafar foi apresentada e depois levada para outros estados. No final daquele ano, um jantar em São Paulo finalizou as comemorações.

Para marcar o aniversário da Fenafar, algumas homenagens à homens e mulheres que contribuíram para a construção da entidade foram feitas. Entre os homenageados a farmacêutica e uma das fundadoras da Fenafar, Maria de Lourdes. Muito emocionada, ela falou da importância de se registrar os 35 anos da Federação. “Este momento é alvissareiro. Eu me sinto muito feliz em estar participando da comemoração dos 35 anos da Fenafar, porque realmente, eu sou uma das fundadoras, a única presente neste evento. A Federação representou um marco na história da farmácia brasileira. Foi a partir daí que a nossa profissão cresceu, se desenvolveu, derrubou barreiras que poderiam impedir o seu avanço. A coragem daqueles que participavam da diretoria da federação fez com que ela se tornasse o que ela é hoje. Estou muito emocionada, porque não esperava que isso fosse acontecer. Vim participar como sempre participo, na condição de segunda vice-presidente da gestão que se encerra, e contribuindo dentro das minhas possibilidades, sendo lá do Paraná. Fiquei surpresa com a homenagem a mim e a esta luta que representamos nestes anos todos, como se eu tivesse ganho uma loteria. A gente vê que alguma coisa que fizemos surtiu efeito desejado, não foi por acaso que trabalhei



Votação na plenária final do 6º Congresso da Fenafar

tanto e batalhei, fiz por amor a minha profissão e pelo desejo de vê-la crescer cada vez mais. Vejo exatamente o quanto crescemos e conquistamos para os farmacêuticos”, disse após a homenagem.

O slogan do congresso foi “A bandeira do farmacêutico é a Saúde do Brasil” e procurava expressar a centralidade do farmacêutico na luta em defesa da saúde, mas também na luta por um Brasil soberano, mais justo socialmente. Este congresso reconduziu Célia Chaves à presidência da Fenafar para a gestão 2009-2012.

Era o ano de 2009 e o mundo estava vivendo os impactos iniciais de uma das maiores crises econômicas da história do capitalismo. O documento que subsidiou os debates para este congresso apontava: “Originada no centro do sistema financeiro internacional, a crise tem entre suas consequências a demissão de um exército de trabalhadores em todo o mundo, as previsões apontam que cerca de 20 milhões de postos de trabalho serão fechados em 2009. Cerca de 100 milhões de pessoas foram jogadas na situação de pobreza em 2008. Essa crise poderá abalar ainda mais

a atual ordem econômica, financeira e geopolítica mundial, hegemônica pelos EUA”.

No Brasil, os impactos da crise que devastou países da Europa e levou empresas à falência foi sentida de forma mais branda, ou nas palavras do então presidente Lula, uma marolinha. Mas a Fenafar já expressava sua preocupação com o cenário de dificuldades na economia, e ao lado do movimento sindical levantou a palavra de ordem “os trabalhadores não vão pagar pela crise”, em resposta as demissões que já começavam a atingir setores da economia nacional. A Federação participou das manifestações sociais por mudanças na política macroeconômica, pela redução da taxa de juro, controle do câmbio, redução substancial do superávit primário, controle de fluxo de capitais e mais investimentos nas áreas sociais.

O que o 6º Congresso apontava como diretriz para a ação da Fenafar era a luta para intensificar o processo de mudanças que fizesse o país avançar para a partir de reformas estruturantes como: “a reforma tributária progressiva e distribuidora de renda;

URM

A luta pelo Uso Racional de Medicamentos ganhava cada vez mais corpo. Tanto que, em 2005, é realizado o 1º Congresso do Uso Racional de Medicamentos.

Em 2006, a Fenafar em parceria com a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) e a Anvisa iniciam uma ação conjunta para coibir a propaganda de medicamentos, que resultou na realização do Seminário Nacional Sobre Propaganda e Uso Racional de Medicamentos, que aprofundou o debate sobre medidas para proibir a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação e também para regular a divulgação de folhetos promocionais.

Esse processo culminou no lançamento do Comitê para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, em 13 de março de 2007, instituído oficialmente pela portaria GM no 1555, em 27 de junho. A Fenafar tem assento na titularidade e suplência do Comitê, que é composto por gestores e entidades organizadas de profissionais da saúde e também da sociedade civil.

Rilke Novato aponta o papel da Fenafar na concretização das ações pelo uso racional do medicamento. “A Fenafar, através de suas discussões, contribuiu sobremaneira para que o Ministério na época, através de sua Diretoria da Assistência Farmacêutica, recém-criada em 2003, criasse o Comitê do Uso Racional de Medicamentos. Eu lembro que a Federação provocou o diálogo com a Anvisa e a Federação Nacional dos Médicos, até correr o país, por outras



Seminário Sudeste sobre Propaganda e Uso Racional de Medicamentos, Rio de Janeiro, 2006

regiões, que foi a discussão de Brasília sobre os cuidados com os medicamentos, o uso racional dos medicamentos, a prática farmacêutica, que envolvia tanto o prescritor quanto o farmacêutico, vigilância sanitária, etc. Essa combinação do conhecimento teórico com alguns colegas que vinham da vida acadêmica aliada à experiência, vivência e a orientação muito clara da profissão feita pelos colegas que militavam no movimento sindical e do trabalho foi fundamental para que a gente oportunizasse uma nova visão sobre o profissional e sobre a profissão. Nossa Federação contribuiu de forma marcante para que houvesse no Brasil um novo direcionamento sobre o consumo de medicamentos, as atividades do profissional e a responsabilização da profissão perante a sociedade”.

A Fenafar manteve sua participação nos eventos sobre este tema por todo o Brasil. Esteve, desde então, presente nos Congressos Brasileiros sobre o Uso Racional de Medicamentos:

II Congresso URM –

2007 – Florianópolis/SC:

“Incorporando o uso racional de medicamentos na agenda da saúde do Brasil;

III Congresso URM – 2009 –

Fortaleza/CE: *“Incorporando o uso racional de medicamentos às práticas profissionais em saúde”;*

IV Congresso URM – 2012 –

Salvador/BA: *“Incorporando o Uso Racional de Medicamentos no contexto da atenção à saúde”;* e

V Congresso URM – 2014

– São Paulo/SP: *“O uso racional de medicamentos e a segurança do paciente”.*



Participação da Fenafar no Seminário Sudeste sobre Propaganda e Uso Racional de Medicamentos, Rio de Janeiro, 2006

as reformas agrária e urbana, a reforma política democrática, ampliando a participação do povo nas decisões dos rumos do país; a ampliação e consolidação do Sistema Único de Saúde, universalizando o acesso à Saúde; ampliação dos programas sociais de geração de emprego e renda, tão necessários para ajudar a tirar milhões de pessoas da faixa de miséria em nosso país”.

Para a agenda específica da atuação da Fenafar, as diretrizes aprovadas no 6º Congresso e depois detalhadas no seminário de planejamento estratégico, apontavam para que a federação desse prioridade ao acompanhamento do PL 4385/94 (Câmara dos Deputados) que transforma a farmácia a um estabelecimento de saúde; PLC 113/2005 (Senado Federal), que reduz a jornada de trabalho dos farmacêuticos para 30 horas semanais; PL 5359/2009 (Câmara dos Deputados), que busca a garantia de um piso fixado em lei para a categoria farmacêutica. A luta pela regulamentação da EC 29 e as questões envolvendo a inserção do farmacêutico nos serviços de atenção básica. A gestão realizou diversas audiências em Brasília com parlamentares, Ministros e com representantes de vários ministérios e da Anvisa para debater os temas acima e outros de interesse da categoria.

Em 2008, o presidente Lula sancionou a Lei 11.648 legalizando as centrais sindicais, que até então não eram reconhecidas oficialmente. Naquele momento, seis centrais obtiveram registro junto ao Ministério do



Conclat realizada no Pacaembu, São Paulo, 2010

Trabalho: Central Única dos Trabalhadores – CUT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, União Geral dos Trabalhadores – UGT, Força Sindical – FS, Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB. Diante deste cenário, a Fenafar apontava que era fundamental construir uma agenda comum para evitar a fragilização da luta dos trabalhadores. Por isso, uma das resoluções do 6º Congresso era a realização de uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – Conclat, que acabou acontecendo em junho de 2010. A Fenafar participou da Conclat, que reuniu em São Paulo cerca de 25 mil participantes, representando 5 mil sindicatos de trabalhadores.

Os presentes na Conferência aprovaram a carta Pelo desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho. Nela, os sindicalistas reiteraram a necessidade de lutar “por um sistema de promoção e proteção social associado ao trabalho que te-

nha na organização sindical um agente estratégico. Lutamos para fortalecer a presença e a representação das organizações sindicais, no local de trabalho, para possibilitar a negociação coletiva, no setor privado e público, garantir o direito de greve e a solução ágil dos conflitos; questões fundamentais à conquista de um sistema democrático de relações do trabalho”.

Uma agenda da classe trabalhadora em torno de seis eixos foi aprovada na Conclat: 1) Crescimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno; 2) Valorização do trabalho decente com igualdade e inclusão social; 3) Estado como indutor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental; 4) Democracia com efetiva participação popular; 5) Soberania e integração internacional; e 6) Direitos Sindicais e Negociação Coletiva.

Ainda neste período, uma importante conquista para a luta dos trabalhadores brasileiros foi a aprovação, pelo Conselho Nacional de Saúde, da Política Na-

PATENTES E O ACESSO AOS MEDICAMENTOS

Outro tema que a Fenafar retoma após a realização do seu 5º Congresso é o das patentes. Com intuito de retomar a trajetória de lutas da Fenafar em defesa do acesso universal a medicamentos, em 4 de julho de 2007, a entidade requereu à Rede Brasileira pela Integração dos Povos – Rebrip assento em seu Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual e teve seu pedido deferido. A partir de então, os debates sobre as questões de patentes e as ações da Fenafar nesse campo se intensificaram.

Resultado disso foi o ingresso pela Fenafar, em parceria com a Rebrip, de representação junto à Procuradoria Geral da República visando à propositura de uma ação direta de inconstitucionalidade aos artigos 230 e 231 da Lei de Propriedade Industrial Nº 9.279/96. “O Procurador Geral na época era Antonio Fernando Barros e Silva de Souza. Ele aceitou nosso pleito e encaminhou ao STF a ação. No Supremo a relatoria foi distribuída para a Ministra Carmén Lúcia, mas ainda não foi a julgamento”, recorda Célia.

A ADIN foi protocolada em 24 de abril de 2009, junto ao Supremo Tribunal Federal, com o pedido de inconstitucionalidade das patentes pipeline. Vários são os argumentos levantados para sustentar a inconstitucionalidade das patentes pipeline na ADIN 4234, como violação ao princípio da novidade absoluta, do direito à saúde, do interesse público, interesse social, do devido processo legal, função social da propriedade, princípio da isonomia, entre outros.

Os artigos questionados permitem a revalidação de patentes de produtos que já se encontram em domínio público, mas que anteriormente não eram protegidos, em detrimento direto ao princípio da novidade. Além disso, a patente Pipeline permite que as indústrias ingressem com o pedido de reconhecimento de patentes de produtos estrangeiros sem análise técnica e anuência prévia da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) como é exigido para o registro de produtos nacionais, ou seja, para os produtos estrangeiros são aceitos os requisitos para concessão de patente do país de origem. Este tratamento de pedido de patente diferenciado entre nacional e estrangeiro afronta o Princípio da Isonomia.

A partir daí abriu-se nova etapa na luta contra a propriedade do conhecimento, contra os monopólios privados sobre a produção de fármacos e insumos que já deveriam estar sendo produzidos em larga escala, não fosse o dispositivo das patentes pipeline.

cional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, voltada para garantir uma atenção integral da saúde do trabalhador e da trabalhadora e a redução da mortalidade provocada por acidentes de trabalho. A Fenafar participou, também, da Conferência Nacional de Seguridade Social, nos IV e V Fórum Nacional de Assistência Farmacêutica e em tantos outros espaços de diálogo sobre um projeto avançado de saúde para o Brasil ocuparam posição central na agenda de ações desenvolvidas pela Fenafar neste período.

A luta contra as patentes pipeline e o acompanhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade se manteve na pauta política da Federação, que participou de vários eventos sobre o tema.

Continuaram nesta gestão as ações para colocar na pauta da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4385/1994, com mobilizações em Brasília, diálogo intensivo com congressistas e representantes do governo para sensibilizar os poderes

Executivo e Legislativo sobre a importância deste projeto para a sociedade brasileira.

Duas atividades foram realizadas com a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica por iniciativa da Fenafar, uma em abril de 2010 e outra em março de 2011.

A atuação junto à Frente foi muito importante para in-



Rilke Públio, Célia Chaves e Ronald Ferreira, na caravana pela aprovação do substitutivo ao PL 4385/94, Brasília, 2010



Estudantes e farmacêuticos na caravana pela aprovação do Substitutivo ao PL 4385/94, Brasília, 2010

tensificar a agenda da Fenafar junto aos deputados e nas articulações para tentar colocar na pauta o PL 4385/94. Em dois momentos o projeto chegou a ser incluído, pelo colégio de líderes, na lista dos projetos a serem votados, no final de 2009 e em março de 2010.

Uma grande mobilização com a participação de mais de 60 entidades e cerca de 2 mil pessoas foi promovida pela Fenafar em 12 de maio de 2010

para pressionar o Congresso a votar o PL 4385/94. Nesta ocasião, a Fenafar foi recebida pelo então ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Mas o projeto não foi posto em votação.

Se o substitutivo ao Projeto de Lei 4385/94 permanecia sem perspectiva de votação na Câmara dos Deputados, uma iniciativa importantíssima para

enfrentar a mercantilização do medicamento foi adotada pela Anvisa, com a edição da RDC 44/09, que foi construída a partir de um amplo debate entre a Anvisa e organizações sindicais, de saúde e usuários. A Fenafar e seus sindicatos participaram ativamente desse processo.

Desde a sua publicação, os proprietários de estabelecimentos de farmácia iniciaram uma cruzada política e jurídica contra a aplicação da resolução da Anvisa. De um lado governo e sociedade se mobilizaram para estabelecer regras para dispensação dos medicamentos em estabelecimentos comerciais e de outro os grupos privados se organizaram para impedir a aplicação destas regras.

O segundo semestre de 2009 e parte do ano de 2010 foram marcados por essa disputa, que se iniciou com a obtenção pela Abrafarma de liminar na Justiça contra proibição de venda de produtos de conveniência nos estabelecimentos de farmácia e a exigência de levar todos os medicamentos para trás do balcão. Posteriormente, a liminar foi cassada e as obrigações previstas pela resolução mantidas.

Além da RDC 44/09, também foram adotadas medidas para combater a automedicação com a publicação das novas regras para venda de antibióticos e o combate ao uso dos anorexígenos. Para a Fenafar, todas essas medidas contribuíram para reforçar a luta pela transformação da farmácia num estabelecimento de saúde, onde a população fosse orientada ao uso racional do medicamento, contribuindo



Posse da presidenta Dilma Rousseff, 2011

para a resolutividade das ações de saúde e para a redução dos casos de intoxicação.

Outra frente de atuação que contou com a presença da Fenafar foi discutir a implantação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, a partir da Lei 12.305/2010. Entre os vários aspectos previstos nesta lei, está o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o desenvolvimento sustentável e o controle social. É no escopo desta lei que se colocou em debate uma política para o descarte de medicamentos vencidos domiciliares. Sob a coordenação do Ministério da Saúde e da Anvisa e com a participação de representantes do movimento social – entre os quais a Fenafar – do setor empresarial

e do Poder Público se constituiu, em maio de 2011, um Grupo de Trabalho Temático (GTT) para debater o descarte de medicamentos. O objetivo do GTT era elaborar proposta de logística reversa de resíduos de medicamentos, dentro dos parâmetros estabelecidos pela PNRS, subsidiando a elaboração do Edital de chamamento para Acordo Setorial, dando embasamento para a tomada de decisões pertinentes ao tema. A Fenafar participou ativamente do GTT e contribuiu para difundir a discussão sobre o descarte de medicamentos junto aos sindicatos e aos farmacêuticos. Este foi, inclusive, o tema do painel realizado pela Federação durante o Fórum Social Temático 2012, em Porto Alegre, que

contou com a presença de debatedor internacional.

2010 - UMA MULHER É ELEITA PARA PRESIDIR O BRASIL

Depois de dois mandatos presidenciais, Lula não podia mais concorrer e escolheu para ser sua candidata a então Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff que disputaria a eleição com o ex-governador paulista, o tucano José Serra.

A disputa foi mais acirrada do que na eleição de 2006. Dilma nunca tinha participado de uma eleição. Mas a aprovação do governo federal, os programas sociais e o bom desempenho da economia garantiram a presença de Dil-



ma no segundo turno. No dia 31 de outubro de 2010, Dilma ganhava sua primeira eleição com 55,7 milhões de votos, correspondentes a 56,05% dos votos válidos. O Brasil superava mais um tabu em sua história, primeiro o de eleger um torneiro mecânico para presidir o país, em seguida o de alçar uma mulher ao cargo mais alto da República.

Dilma tomou posse em 01 de janeiro de 2011, mas não demorou para que a direita, derrotada pela terceira vez nas urnas, iniciasse uma campanha sem trégua de ataques ao governo e de tentativas de desestabilizar o país.

Foi neste ambiente que a Fenafar se preparava para enfrentar a luta por mais recursos para a Saúde, cobrando da nova mandatária o compromisso firmado durante a campanha eleitoral de regulamentar a Emenda Constitucional 29. Este também seria um ano de intensos debates sobre a Saúde, com a realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

FENAFAR PERCORRE O BRASIL PARA PREPARAR A 14ª CNS

A Fenafar colocou como prioridade, neste período, a preparação dos farmacêuticos para intervir positivamente nas discussões da 14ª Conferência Nacional de Saúde. Realizou cinco Encontros Regionais de Farmacêuticos em parceria com a Escola Nacional de Farmacêuticos. Os encontros reuniram centenas de profissionais e estudantes de farmácia.

Os farmacêuticos brasileiros foram a única categoria profissional que, com base na pauta proposta para a 14ª CNS, realizou atividades preparatórias aos debates da conferência. “Essa iniciativa da Escola Nacional dos Farmacêuticos com apoio da Fenafar se revestiu em

um patrimônio político inestimável, pois gerou reconhecimento por parte do próprio governo sobre as demandas e reivindicações da categoria farmacêutica. A realização destes encontros reitera o compromisso da Fenafar e de seus sindicatos com a construção de uma ação política com foco na defesa da saúde, da assistência farmacêutica e da valorização profissional”, avaliou Ronald Ferreira dos Santos.

Entre as propostas aprovadas no relatório final da 14ª CNS, algumas vieram da contribuição da Fenafar a partir do que foi debatido nos Encontros, com destaque para a inserção do programa de Assistência Farmacêutica e acompanhamento farmacoterapêutico no SUS; ampliação do orçamento para a Assistência Farmacêuti-



Fenafar debate Patentes e Soberania com a participação de Amit Sen Gupta no FSM. Belém, 2009



Participação da Fenafar no FSM, Porto Alegre, 2010

SOU MULHER, SOU FARMACÊUTICA, TENHO DIREITOS!

Na trajetória da Fenafar, várias campanhas foram desenvolvidas com foco nas questões da Mulher. Campanhas pelo fim da violência e pela participação da mulher na política marcaram a história da Federação.

Seguindo esta tradição, a diretoria da Fenafar lançou em maio de 2010 a campanha “Sou Mulher, Sou Farmacêutica, Tenho Direitos!”, com o objetivo de conscientizar a categoria e a sociedade sobre os direitos das mulheres, denunciar abusos e contribuir para a melhoria dos indicadores de trabalho nos espaços hoje ocupados pelas mulheres.

Um dos fatores que motivou a campanha foi o fato de a categoria farmacêutica ser composta em sua maioria por mulheres,

respondendo por 70% dos profissionais em atuação. Porém, mesmo com o predomínio feminino, o mercado ainda diferencia salarialmente homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. São exigidas, muitas vezes, nas seleções que as farmacêuticas tenham boa aparência, o que é explicitamente uma postura discriminatória. As mulheres enfrentam mais dificuldades de ascensão profissional em cargos de poder, ainda lhes são negados direitos como o da amamentação, entre outros absurdos que expõem as profissionais a situações humilhantes e constrangedoras durante a jornada de trabalho.

A campanha rapidamente contou com a adesão dos sindicatos e foi bem acolhida pela categoria, mostrando a pertinência para a abordagem deste tema pela Fenafar. Atividades de lançamento da campanha foram realizadas em vários estados e uma cartilha com orientação sobre os direitos das mulheres trabalhadoras foi produzida e amplamente distribuída.

A cartilha da campanha apresenta o título principal em letras grandes e cor-de-rosa. O fundo é uma ilustração colorida com rostos de mulheres e elementos de laboratório farmacêutico. No canto inferior esquerdo, há o logotipo da Fenafar e informações de contato. No canto inferior direito, o slogan da campanha é repetido em uma caixa de texto.

**SOU MULHER
SOU FARMACÊUTICA
TENHO DIREITOS**

Fenafar
Federação Nacional dos Farmacêuticos
Rua Barão de Rondonópolis, 117 - Vila
Industrial - São Paulo - SP
Cidade - São Paulo - SP
Fone/Fax: (11) 2058-7161 - 2052-8126
www.fenafar.org.br

**SOU MULHER
SOU FARMACÊUTICA
TENHO DIREITOS**

**UMA CAMPANHA DA FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS FARMACÊUTICOS E SEUS SINDICATOS FILIADOS**

PRIMAVERA DA SAÚDE - A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DA EC 29



A luta por mais recursos para a saúde sempre esteve no DNA da Fenafar. E a luta pela regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 foi uma das mais importantes realizadas nesta gestão da Fenafar, em particular no ano de 2011, com a Primavera da Saúde.

A EC 29 fixou a vinculação dos recursos orçamentários que seriam destinados à saúde pelas três esferas de governo,



incumbindo o Congresso Nacional de regulamentar a matéria de forma a assegurar que os recursos fossem, efetivamente, empregados no SUS. Pelo texto aprovado, ficou estipulada uma norma transitória determinando que a União deveria destinar para a saúde, no ano 2000, 5% a mais sobre o valor de 1999 e, nos anos seguintes, que esse valor fosse corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Os Estados seriam obrigados a destinar 12% do seu orçamento; e os municípios, 15%. A EC 29 teria vigência até 2004, quando deveria ser promulgada a Lei Complementar regulando a matéria em definitivo.

Depois de 11 anos da aprovação da EC 29, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 306 de 2008 para regulamentá-la só foi colocado em pauta e votado em função da pressão do movimento social, que organizou o movimento que foi chamado de Primavera da Saúde. A Fenafar foi uma das entidades que coordenou esta articulação que tinha caráter amplo e suprapartidário.





ca com inclusão de práticas integrativas; inclusão do farmacêutico na equipe mínima da Estratégia de Saúde da Família.

PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL

Em consonância com a política de fortalecimento dos laços de solidariedade internacional entre os trabalhadores, a Fenafar participou do II e III Encontro Sindical Nostra América, da Cúpula dos Povos na América Latina e Caribe, em Cuba, e do Congresso da Federação Sindical Mundial, na Grécia.

A Fenafar participou de todas as edições do Fórum Social Mundial. No FSM de Dakar-Senegal, organizou a mesa Acesso de Medicamentos através dos Sistemas Públicos de Saúde. Na edição que aconteceu na cidade africana de Nairóbi, no Quênia, organizou o debate "Uma outra assistência farmacêutica é possível", centrado na discussão sobre a produção e acesso de medicamentos, principalmente no campo de anti-retrovirais, para as centenas de milhares de pessoas que vivem na África infectadas pelos vírus do HIV e por outras doenças negligenciadas. No FSM em Belém realizou o debate Soberania x Patentes, um debate sobre vida e morte, com a presença de Amit Sen Gupta, da Índia. Em 2010, promoveu na edição gaúcha o debate Patentes e Transnacionais x Soberania "Brinquedos não Salvam Vidas" e, no FST 2012 realizou a atividade "O que fazer com os resíduos químicos do mundo", sobre o descarte de medicamentos.



Plenário do 7º Congresso da Fenafar, Florianópolis, 2012



Silvana Nair Leite, presidente da Escola Nacional dos Farmacêuticos, fala na abertura do 7º Congresso da Fenafar

7º CONGRESSO: VALORIZAR O TRABALHO DO FARMACÊUTICO CONTRIBUI PARA A SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

O sétimo congresso da Federação Nacional dos Farmacêuticos começou a ser preparado no início de 2012, já num clima de bastante tensão política no país e no mundo. Manifestações de indignados em várias partes da Europa e nos Estados Unidos denunciaram, em 2011, as políticas de arrocho salarial, redução de direitos trabalhistas e a onda de desemprego que atingiu países como a Espanha, Grécia, Alemanha, França, Portugal e Itália. Sete governos foram derrubados ou derrotados pelas urnas neste período. Nos EUA, homens e mulheres em protesto contra o capitalismo ocuparam Wall Street e outros pontos do país, num movimento que ganhou adeptos em outros países. Occupy passou de uma manifestação local a uma palavra de ordem mundial. Enquanto isso, a América Latina vivia um momento de afirmação de experiências políticas centradas na adoção de políticas soberanas e de integração da região como o Mercosul, a criação da Unasul, do Banco do Sul e da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos – CELAC.

Apesar da crise internacional, a economia do Brasil ainda apresentava bons resultados, o ritmo de geração de emprego e renda se mantinham e as políticas sociais continuavam



Ronald Ferreira dos Santos, eleito presidente da Fenafar no 7º Congresso



Delegados e Delegadas exercendo o direito de voto no 7º Congresso da Fenafar



Diretoria Eleita no 7º Congresso da Fenafar, Gestão 2012 a 2015

contribuindo para a redistribuição de renda. No entanto, a Fenafar já apontava naquele momento que “para o Brasil seguir num ritmo de crescimento econômico sustentável é preciso fortalecer o setor produtivo nacional, com medidas que privilegiem a produção e não o mercado financeiro, e aprofundar a política de valorização do trabalho como componente indispensável de um Projeto Nacional de Desenvolvimento”, e criticava cortes no orçamento que já anunciavam problemas. “O corte de 55 bilhões de reais no orçamento da União para a ano de 2012 vai na contramão do desenvolvimento e de uma política que tenha como foco a produção e não o rentismo. Os impactos em áreas essenciais como Saúde e Educação são enormes, com contingenciamentos de R\$ 5,4 bilhões e R\$ 1,9 bilhões respectivamente”, dizia o caderno de debates do 7º Congresso.

Realizado em Florianópolis, o 7º Congresso elegeu para a presidência da Fenafar o far-

macêutico Ronald Ferreira dos Santos. Ele relembra os principais desafios colocado para a sua gestão que se iniciava. “Assumi num momento em que a Fenafar tinha acumulado forças em várias frentes, mas precisávamos dar alguns saltos de qualidade. Sabe quando chega nos 100º e precisa daquele salto? Então, em algumas questões tínhamos que dar esse salto para a entidade e para a categoria. Tínhamos que ampliar a presença do farmacêutico no Sistema Único de Saúde, no setor privado, lutar para ter uma remuneração melhor e mais poder de decisão, garantindo o lugar social do farmacêutico na relação com o medicamento e com a sociedade. Também havia outras questões da nossa atuação na farmácia privada que precisávamos avançar, como a questão da luta pela transformação da farmácia em estabelecimento de saúde, valorizar outras áreas que têm uma presença importante do farmacêutico, a luta pela re-

dução da jornada e pelo piso salarial nacional, e no aspecto sindical ampliar a base de sindicatos da Fenafar e fortalecer os sindicatos.

Foi um período em que a diretoria da Fenafar investiu fortemente na realização dos encontros regionais de farmacêuticos, encontros setoriais – como o encontro de assessorias jurídicas dos sindicatos e realização de importantes seminários envolvendo a categoria e o debate da Assistência Farmacêutica.

2013 – O ANO QUE NÃO ACABOU

Se em 2009 o então presidente Lula dizia que uma das mais graves crises econômicas que atingiram o centro da economia capitalista chegava ao Brasil como uma “marolinha”, em 2013 os impactos da crise atingiram o país como uma grande ressaca. As políticas econômicas anticíclicas adotadas para evitar desemprego e manter o funcionamento da



Manifestação em Brasília, 2013



Reunião do Conselho de Representantes da Fenafar, Ouro Preto, 2014

economia já não produziam os efeitos esperados. O governo começa a adotar medidas mais duras na economia, contingenciando recursos de políticas sociais e reduzindo os investimentos em infraestrutura.

Este cenário aliado à campanha diária e sistemática dos meios de comunicação contra o governo desembocaram em grandes mobilizações no mês de junho de 2013. As jornadas de junho, como ficaram conhecidas as manifestações, começaram com atos em São Paulo contra o aumento de R\$ 0,20 centavos nas passagens de ônibus. Foram duramente criticadas pela mídia num dia, mas no outro, os principais jornais do país começaram a insuflar os atos e pautá-los com bandeiras anti-governo e com o Fora Dilma. Começava, ali, a se criar o discurso e construir uma percepção de que o país beirava ao caos.

Foi num contexto de mobilizações contra o governo e em sua defesa que a Fenafar buscou equilibrar sua posição política, defendendo as políticas de Assistência Farmacéutica, pressionando o governo para não cortar, mas sim, ampliar os recursos

para o SUS e criticando as iniciativas que atacavam direitos dos trabalhadores e da sociedade.

2014 – FENAFAR 40 ANOS DE LUTA EM DEFESA DA SAÚDE E DO BRASIL

O clima de beligerância política cresceu em 2014, ano de eleições presidenciais. A Fenafar manteve firme seu posicionamento a favor de um projeto de desenvolvimento econômico e social de fortalecimento do papel do Estado como indutor de políticas públicas e garantia de direitos. Programas sociais importantes no campo

da saúde, como o Mais Médicos, sofreram forte bombardeio, em particular de setores da categoria dos médicos, e foram defendidos pela Fenafar e pela sociedade.

Foi o ano das comemorações dos 40 anos da Fenafar, com atividades e festividades marcando a história de luta da Federação por todo o país, começando em abril, com jornada para comemorar os 175 anos da Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e os 40 anos da Fenafar. As comemorações ocorreram durante o Conselho de Representantes da Federação. Com a participação de representantes



Reunião em Ouro Preto aprovou a Carta Theodoro de Castro



Realização de 16 Oficinas de avaliação dos 10 anos da Política Nacional de Assistência Farmacêutica pelo Brasil, 2014

de 19 sindicatos de farmacêuticos, 17 filiados e 2 não filiados, foram realizados debates sobre a situação política nacional e internacional, discussões sobre as várias campanhas em defesa da saúde e da valorização da categoria. Ao final, foi aprovada por unanimidade a Carta Antônio Theodoro de Castro, estudante da Universidade Federal do Ceará que cursou até o 4º ano de Farmácia e foi diretor da Casa do Estudante Universitário. Theodoro de Castro foi obrigado a se transferir para o Rio de Janeiro, devido às perseguições políticas que sofreu por participar do movimento estudantil. Matriculou-se, então, na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRJ, onde continuou a participar das atividades estudantis em 1969 e 1970, militando também no PCdoB. Com o recrudescimento das perseguições políticas, Antônio foi deslocado em 1971 para o Araguaia, onde deu a vida na luta contra a ditadura militar. “Escolhemos homenagear Carlos Theodoro de Castro porque naquele momento o país se mobilizava para debater os 50 anos do Golpe Militar. Ao homenageá-lo, a Fenafar presta a sua homenagem a todos os homens e mulheres

que lutaram pela liberdade e democracia”, ressaltou Ronald Ferreira dos Santos.

Em 2014, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica completava 10 anos e a Federação, que foi uma das elaboradoras dos conceitos dessa política, realizou em parceria com a Escola Nacional dos Farmacêuticos, um amplo debate com a categoria, com os usuários do SUS, com representantes do controle social da saúde para avaliar a aplicação dessa política, identificar problemas e apontar desafios. As Oficinas da PNAF ocorreram em 16 estados e depois culminaram num importante seminário e num relatório que foi entregue ao Ministério da Saúde.

No segundo semestre, o Bra-

sil passava por uma das campanhas presidenciais mais acirradas de sua história. A Operação Lava Jato, criada em março de 2014 para apurar denúncias de corrupção, se transformou na principal plataforma eleitoral da oposição. No início da disputa eleitoral, as candidaturas de Dilma Rousseff, Aécio Neves polarizavam a disputa. Mas em 13 de agosto um acidente aéreo matou o governador de Pernambuco e candidato à presidência pelo PSB, Eduardo Campos, mudando o quadro das eleições. Marina Silva assumiu a condição de candidata e embolou o meio de campo, chegando a aparecer nas pesquisas de intenção de voto à frente do candidato do PSDB, Aécio Neves. Numa das cam-



Manifestação pelo Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, São Paulo, 2015

Manifestação contra o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, São Paulo, 2015



panhas mais sujas da história, Dilma e o tucano Aécio vão para o segundo turno. E, novamente, a mídia – desta vez a revista Veja – tenta interferir no resultado da eleição. O semanário dos Civitta antecipou a sua edição para quinta-feira com uma capa acusando Dilma e Lula de corrupção. No dia 26 de outubro, ainda antes da divulgação pública da totalização dos votos em função do fuso horário do Acre, Aécio Neves comemorava sua eleição. Mas com a contabilização dos votos do norte e do nordeste, Dilma sai vitoriosa da disputa por uma margem de 3,28% de votos.

Desde este dia, a oposição

iniciou uma campanha sistemática de deslegitimação das eleições. Aécio chegou a dizer que não reconhecia o resultado das urnas. Depois, iniciaram um processo para impedir a posse de Dilma.

2015 – UM ANO DE MUITA LUTA E UMA GRANDE CONQUISTA

Desde a sua posse em 01 de janeiro de 2015, a presidenta reeleita Dilma Rousseff passou a ser bombardeada diariamente. A direita foi às ruas pedir o impeachment da presidenta, em março de 2015. E já foi num ambiente

de ataque à democracia e de crescente discurso de ódio e intolerância aos movimentos sociais que se desenrolaram importantes debates para a categoria farmacêutica e para a Saúde no Brasil.

A 15ª Conferência Nacional de Saúde se construiu neste cenário de intensa luta política. Também neste ano a Fenafar preparava para o início do segundo semestre o seu 8º Congresso. O presidente da Fenafar, Ronald Ferreira dos Santos, conta que o momento de muita instabilidade e crise exigia um investimento na unidade dos trabalhadores e da categoria. “Tínhamos que agir naquela conjuntura difícil. Sozinhos não iríamos a lugar nenhum. Também não podíamos cair no ativismo. Nossa intervenção na 15ª Conferência precisava ser qualificada, principalmente pelos ataques que o SUS vinha sofrendo. Então reproduzimos a experiência que tivemos na ocasião da 14ª Conferência, em 2011, e realizamos encontros de farmacêuticos para discutir e preparar nossa intervenção na Conferência de Saúde. Realizamos 19



Encontros Estaduais Preparatórios a 15ª Conferência Nacional de Saúde e 8º Congresso da Fenafar



Fórum Nacional de Luta Pela Valorização da Profissão Farmacêutica, Brasília, 2016



encontros estaduais para discutir propostas da categoria a serem apresentadas nas etapas municipais, estaduais e nacional da 15ª Conferência Nacional de Saúde”.

Os encontros aconteceram nas cinco regiões administrativas do país, e também organizaram a categoria para o 8º Congresso da Fenafar que aconteceria no início de agosto.

Em torno de 5 eixos temáticos da Conferência, os mais de 800 participantes reunidos pelos encontros discutiram os

desafios da categoria farmacêutica vinculados à luta pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde e da implementação de uma Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Os cinco eixos que estruturaram os debates foram a discussão da conjuntura política nacional; trabalho, educação e organização sindical; e um eixo de Saúde e Assistência Farmacêutica que foi dividido em três focos: Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção

de Qualidade; Financiamento do SUS e Relação Público-Privado; Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde.

“A Fenafar fez preparatórios para as conferências de Saúde e isso foi fundamental. Antes dessa iniciativa, o farmacêutico ia participar e debatia lá o que queria. Agora não, a gente vai alinhado com um debate produzido coletivamente, isso é muito melhor. Não só as questões dos Congressos da própria Fenafar, mas as várias iniciativas de debate que a Fenafar desenvolve para qualificar a intervenção da categoria nos mais diferentes espaços são fundamentais”, avalia Veridiana Ribeiro. Também foi neste ano que se constituiu o Fórum Nacional pela Valorização da Profissão Farmacêutica, outra aposta na força da unidade perseguida pela Fenafar. Foi uma iniciativa que pela primeira vez depois de décadas conseguiu reunir e articular a Fenafar, o Conselho Federal de Farmácia, a Federação Interestadual de Farmacêuticos (Feifar – aquela organização que nasceu



Ronald Ferreira dos Santos durante reunião do Fórum



Delegação feminina da Fenafar na reunião do Fórum

de uma cisão da Fenafar no 2º Congresso, realizado no Ceará), a Associação Brasileira de Ensino de Farmácia (Abef), a Executiva Nacional dos Estudantes de Farmácia (Enefar) e outras entidades farmacêuticas para definir uma pauta comum de ação institucional e tentar aprovar matérias de interesse da categoria no Congresso Nacional.

Célia Chaves participou da reunião que constituiu este Fórum e chamou a atenção para a mudança no interior dos conselhos regionais de Farmácia. “Nunca houve reunião como essa, com essa perspectiva de trabalho em conjunto. Foi importante, mas ainda há sérios entraves que esbarram na concepção. Ao longo dessas décadas, com o desenvolvimento de tantas campanhas, como a campanha do uso racional de medicamentos, a questão das patentes, da discussão do currículo e da nova concepção da formação do profissional, tudo isso foi mudando os conselhos de farmácia. Eles deixaram de ser aquelas entidades meramente burocráticas. Vários conselhos regionais começaram a ser comandados também por essas

pessoas, que participavam da Federação e do movimento sindical. Portanto, com outro olhar, outra concepção. E fizeram os conselhos assumirem seu papel fiscalizador e de garantir esse papel do farmacêutico na farmácia (não só de assinar) mas de fazer diferença. Isso mudou em muitos estados”.

A primeira ação definida pelo Fórum foi lutar pela aprovação do substitutivo do deputado Ivan Valente ao PL 4385/94. A avaliação das entidades era a de que havia condição de aprovar o Projeto. Várias ações institucionais foram realizadas pelas entidades farmacêuticas tendo



Fábio Basílio, vice-presidente da Fenafar, 2015 a 2018

como foco os parlamentares, a categoria, e também o setor patronal. Destas ações elaborou-se a Emenda Substitutiva ao PL 4385/1994.

O farmacêutico Fábio Basílio se formou em 1998. Começou sua atuação nas lutas em defesa da categoria na Associação Farmacêutica de Goiás – Afago, onde teve o primeiro contato com a Fenafar. Ele acompanhou de perto todo esse processo representando a Fenafar em Brasília. “Quando o substitutivo entrou na pauta eu passei a ir a Brasília toda semana, de terça à quinta, algumas vezes de segunda à sexta-feira. Eu ficava no Congresso Nacional o dia inteiro acompanhando esse processo pela Fenafar, reunido com parlamentares e lideranças. Havia uma disputa de interesses muito forte em torno deste projeto. Éramos os farmacêuticos de um lado e as grandes redes e as pequenas farmácias do outro. Quando a gente ia conversar com o deputado, ele já estava cooptado pelo lobby dessas empresas. E o interesse privado queria que nas farmácias pudesse vender de tudo, que não fosse obrigatória a presença do farmacêutico. Mas com muita força e união da categoria, fizemos um movimento muito bonito, com um dia de manifestação em Brasília com mais de 5 mil pessoas, unindo o Brasil todo. Foi então que o Fórum propôs uma emenda aglutinativa de plenário, modificando o substitutivo e contribuindo para o andamento da proposição. Fizemos reuniões com o Ministro da Casa Civil, com o ministro das Relações Institucionais da Presidência da República. O



Sessão da Câmara dos Deputados que aprovou a Lei 13.021/2014. Farmacêuticos e parlamentares comemoram a conquista depois de mais de 20 anos de luta. Brasília, 2014

projeto teve pareceres favoráveis do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e da Anvisa. A partir daí as coisas começaram a andar. Até o momento em que conseguimos aprovar o projeto na Câmara e depois no Senado”.

Em 8 de agosto de 2014 foi transformada na Lei Ordinária nº 13.021/2014, com vetos parciais.

“A Fenafar tem uma característica fundamental: em momento nenhum, sem abandonar nossa opção pela luta dos trabalhadores, houve o cerceamento do debate. Em momento nenhum houve cerceamento das liberdades para o debate e perspectivas de gerar articulações políticas que pudessem gerar avanços significativos. Se conseguimos votar a emenda aglutinativa, é porque a Federação Nacional dos Farmacêuticos junto com outras entidades e outros seguimentos conseguiu no processo político institucional dentro da Câmara dos Deputados gerar um entendimento dos representantes da sociedade (portanto não é uma questão corporativa) de que isso é importante como política pública. Essa é uma das características que a Federação tem e

deverá cada vez mais avolumar em termos da sua ação política: gerar alianças possíveis, não se afastando da perspectiva de defesa dos interesses da nação brasileira e dos trabalhadores”, avalia Norberto Rech.

Para Veridiana Ribeiro, segunda-vice presidente da Fenafar na gestão 2015-2018, a Federação “foi decisiva no processo da aprovação da Lei 13.021. Foi a fenafar que deu o norte para garantir a aprovação da lei”.

Esta importante conquista, veio acompanhada da Medida Provisória 653, que colocou ressalvas sobre as condições de funcionamento das pequenas e microempresas. Desde a publicação da MP, a Fenafar condenou a medida e atuou nas ruas e no parlamento para impedir que ela fosse mantida. Foi uma luta titânica, travada contra interesses políticos e econômicos com grande poder fora e dentro do Congresso Nacional e, também, com representantes dentro do governo. Esse trabalho teve como ponto fundamental a unidade das entidades farmacêuticas em torno do Fórum Nacional pela Valorização da Profissão Farmacêutica.

“Essa MP foi encabeçada por um lobby das pequenas empresas, cujo porta-voz era o ministro Afif Domingos. Foi daí que vieram os vetos ao projeto e a Medida Provisória que tirava a obrigatoriedade das pequenas e médias empresas do escopo da Lei. Ora, 95% das empresas se enquadram como pequenas e médias. A MP tomaria a lei inócua. Além do que, as grandes redes não aceitariam serem apenas elas a cumprirem com a lei. Então, novamente, começou toda a movimentação, a Fenafar diariamente no Congresso Nacional, articulando para derubar a MP”, lembra Fábio.

A partir deste momento, houve grandes manifestações e intensa mobilização das entidades farmacêuticas para impedir que a MP 653 fosse aprovada. A estratégia utilizada foi a de trabalhar para que a Medida Provisória prescrevesse. “Nós conseguimos que a Medida Provisória caducasse, porque se em 120 dias ela não fosse votada ela perderia o valor e foi isso o que aconteceu. Ela não foi apreciada até o dia 8 de dezembro de 2014 e perdeu o valor. Essa foi outra conquista nossa e da categoria. E só foi possível graças a nossa unidade, reunindo entidades que inclusive se posicionam de forma diferente em torno de muitos temas, mas conseguimos nos unir em torno deste. As lutas não param nunca, os desafios são muito grandes. Mas a aprovação da lei 13.021 foi um marco que realmente colocou a farmácia como estabelecimento de saúde. Desde então, muitos avanços conseguidos pela categoria se devem à aprovação desta lei”, avalia Basílio.



SAÚDE + 10

Derrotada a proposta de regulamentação da EC 29 defendida pela Primavera da Saúde, a sociedade e as organizações que lutam em defesa da Saúde Pública se reorganizaram rapidamente em torno de uma nova bandeira para garantir mais recursos para o SUS. Sob a liderança da Fenafar, em março de 2012, é lançado o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública – Saúde + 10, que tinha o objetivo de coletar assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para destinar 10% das receitas correntes brutas da União para a Saúde. A iniciativa obteve êxito e, em 5 de agosto de 2013, mais de 2,2 milhões de assinaturas foram entregues ao Congresso Nacional.

Uma vez na Câmara, o projeto passou a tramitar como 321/13. Em contraposição à mobilização e à luta social por mais recursos para a Saúde, o Congresso Nacional incluiu, em um projeto que versava sobre implementação da execução orçamentária obrigatória das emendas parlamentares (a PEC do Orçamento Impositivo) um dispositivo tratando da aplicação dos recursos da Saúde. Por ele, se definiu uma aplicação

mínima para ações e serviços públicos de saúde calculados sobre a base das Receitas Correntes Líquidas da União, escalonados em 5 anos, sendo 13,2% no primeiro ano e 15% no quinto ano. Para se ter uma ideia da perda em relação à proposta do Movimento SAÚDE+10, 10% das Receitas Correntes Brutas representavam 18,7% das Receitas Correntes Líquidas, uma diferença superior a R\$ 20 bilhões/ano. Além disso, a PEC 358 revogava dispositivo



legal que estabelecia 25% dos recursos do Pré-Sal como aplicação adicional ao mínimo em ações e serviços públicos de saúde, bem como vinculou que metade das emendas parlamentares de execução orçamentária obrigatória (equivalente a 0,6% das Receitas Correntes Líquidas da União) devem ser destinadas para despesas com ações e serviços públicos de saúde (algo em torno de R\$ 3,0 bilhões a mais que a média verificada no período 2009-2013). A PEC 358 foi aprovada pelo Congresso Nacional em fevereiro de 2015. A Fenafar fez intensa mobilização contra a aprovação desta proposta que talvez tenha representado um dos ataques mais severos sofridos pelo SUS nos últimos tempos. A decisão dos parlamentares vai na direção contrária do pensamento da sociedade brasileira manifestado nas mais de 2,2 milhões de assinaturas colhidas pelo Movimento Saúde + 10.



Delegados votam propostas no 8º Congresso da Fenafar, Cuiabá, 2015



Lia Almeida, diretora da Fenafar e avaliadora dos trabalhos do 5º Simpósio Nacional de Assistência Farmacêutica, Cuiabá, 2015



Ronald Ferreira dos Santos fala aos delegados do 8º Congresso

8º CONGRESSO TRABALHO FARMACÊUTICO PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS

Realizado em Cuiabá entre os dias 06 a 08 de agosto de 2015, o Congresso reconduziu o farmacêutico Ronald Ferreira dos Santos para cumprir mais um mandato à frente da Fenafar.

A centralidade do trabalho permanece com força nas discussões da categoria e nos debates do Congresso, buscando relacionar a valorização da profissão farmacêutica, com a defesa do Sistema Único de Saúde e de direitos trabalhistas e sociais para o povo brasileiro.

A luta pela jornada de 30 horas recebe novo incremento. Durante o congresso, é anunciado em primeira mão a retomada do projeto que estava em discussão no Senado Federal. Isso porque o PLC 113/2002 tinha sido arquivado no início de 2015, pelo fim da legislatura. De imediato a Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) procurou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) que apresentou o PLS 513/2015, retomando esta luta da categoria pelo Senado Federal.

Fábio Basílio, eleito vice-presidente da Fenafar no Congresso em Cuiabá, resume em algumas palavras as principais lutas que a entidade aprovou e que, na verdade, são desdobramentos já de um posicionamento histórico da Federação diante da categoria, da saúde e do Brasil. "A Fenafar defende o Brasil, o trabalhador brasileiro, o SUS público e de qualidade. Defende o trabalho do farmacêuti-

co e enfrenta grandes batalhas na luta pela sua valorização do profissional, seja o farmacêutico trabalhador do SUS ou da iniciativa privada. Nós temos lutado pela redução da jornada de trabalho para 30 horas, porque o farmacêutico precisa se capacitar e com 44 horas semanais isso não é possível. Então, lutamos por uma carga horária máxima de 30 horas, sem redução de salário. A outra bandeira que levantamos é a de que onde esteja o medicamento, esteja um farmacêutico. Nas farmácias dos municípios, na estratégia da saúde da família, onde houver um trabalho de saúde é preciso ter o farmacêutico atuando e ajudando a população. Outra bandeira é o piso salarial nacional. A luta em defesa da mulher, pela igualdade de gênero, o respeito às opções e à liberdade de cada cidadão e cidadã deste país. Todas estas estão entre as principais lutas da Fenafar”.

Outra marca importante do 8º Congresso foi a luta em defesa da democracia e das conquistas obtidas nos últimos anos. “Por isso, neste Congresso trazemos como foco do nosso debate o tema: Trabalho Farmacêutico: para cuidar bem das pessoas! Não é possível construir uma sociedade mais justa, promover inclusão econômica, social e cidadã – o que implica dar melhores condições de vida para as pessoas, mas também, discutir com a sociedade os problemas da nação – sem ter o trabalho como motor central do desenvolvimento e as pessoas como o elemento dinâmico que precisam ser ao mesmo tempo beneficiárias e protagonistas das políticas. A



Diretoria eleita no 8º Congresso da Fenafar



ofensiva de setores que historicamente sempre estiveram de costas para o Brasil e seu povo, liderados por uma mídia partidizada, tem criado um ambiente de instabilidade política no país neste primeiro semestre de 2015, cuja principal ameaça é a própria democracia”, afirmava o presidente na apresentação do caderno que subsidiou as discussões do Congresso.

Por isso, após o 8º Congresso, a Fenafar se engajou na luta em defesa de democracia e contra o golpe que se anunciava no país e se preparava para escrever mais um capítulo da sua história em sintonia com o legado deixado por estes 40 anos: a defesa intransigente da soberania nacional, da integração da América Latina, do desenvolvimento nacional com distribuição de renda e redução das desigualdades, da Justiça, da Saúde pública e gratuita que se reflete na defesa do Sistema Único de Saúde e da democracia e participação social como instrumentos de transformação da sociedade.

APROFUNDAMENTO DA CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA

Manifestação da Frente Brasil Popular contra o impeachment, São Paulo, 2015



Após o 8º Congresso da Fenafar, a crise política se aprofundou rapidamente no país. Os setores conservadores elevaram o tom dos ataques ao governo da presidenta Dilma Rousseff.

Agendas de caráter anti-democráticos e de retirada de direitos começaram a avançar no Congresso Nacional: terceirizações, redução da maioria penal, proibição de aborto em caso de estupro, redução de recursos para as áreas de Educação e Saúde.

Diante deste cenário de aprofundamento da crise política, econômica e social, entidades do movimento social brasileiro se reuniram em 05

de setembro de 2015 para lançar a Frente Brasil Popular, na cidade de Belo Horizonte, com a presença de mais de 2,5 mil delegados. Estavam presentes entidades tradicionais, como a CUT, o MST e a UNE, ao lado de PT, PCdoB, PSB entre outras legendas. A Fenafar esteve presente e participou do lançamento da Frente.

No dia 02 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, e ampliou a crise política no país. A partir desta data, iniciou-se um processo de intensificação das mobilizações (a favor e contra



Fenafar nas mobilizações contra o impeachment, Brasília, 2016

o afastamento da presidenta), aprofundando a instabilidade.

Na área da saúde, o segundo semestre de 2015 foi marcado pelo surgimento da epidemia do Zika vírus, que teve como consequência o nascimento de crianças com microcefalia.

FENAFAR NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

A Fenafar neste período teve um protagonismo fundamental no debate em defesa de mais investimentos para o SUS e se colocou à frente dos movimentos que denunciavam as tentativas de redução dos recursos para a Saúde.

Essa atuação destacada da Fenafar fez com que, em dezembro de 2015, o presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Ronald Ferreira dos Santos, fosse eleito para presidir o Conselho Nacional de Saúde. Em seu discurso de posse, no dia 16 de dezembro, ele ressaltou a importância de manter o CNS um órgão "independente de corporações, de partidos políticos, de empresários e de governo, senão não joga papel.

Um conselho que tenha condições de trabalhar a unidade".

Naquele momento, ele ressaltou a luta para combater, no Congresso Nacional, as pautas que ameaçavam o direito universal à saúde e visavam a desconstrução do SUS. "Mas é preciso ter pautas que avancem em torno de temas estruturantes como financiamento, carreira para os trabalhadores da saúde, e a pauta da ciência e tecnologia que no atual momento é fundamental para o Brasil enfrentar uma de suas mais graves epidemias que é a microcefalia", afirmou Ronald no seu discurso de posse no CNS.

O ano de 2016 começou com intensas mobilizações de rua. A Frente Brasil Popular aprovou, em fevereiro, uma jornada de lutas. Do outro lado, os movimentos que defendiam o impeachment da presidenta Dilma Rousseff também ampliaram suas manifestações.

A mídia hegemônica ampliou seu protagonismo na luta contra o governo, inclusive convocando as manifestações da direita e fazendo cobertura ao vivo dos atos pelo impeachment.

Um golpe interrompe mais uma vez um ciclo de vitórias

No dia 17 de abril de 2016, um domingo, aconteceu a votação pela admissibilidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Transmitada ao vivo pela Rede Globo, a sessão expôs, em rede nacional, às víceras de um Congresso desqualificado e a serviço do capital privado. A farsa do impeachment ia ficando cada vez mais evidente, mas o processo seguiu e no dia 12 de maio de 2016, o Senado aprovou o afastamento de Dilma por 180 dias. No dia 31 de agosto o impeachment foi aprovado, e Michel Temer assumiu definitivamente a Presidência da República.

A partir daí, uma agenda de retrocessos tomou conta do país. Foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os investimentos do Estado em Saúde e Educação. A Fenafar teve protagonismo fundamental na luta contra essa proposta, que acabou aprovada em dezembro de 2016, como lembra Ronald. "Na luta de resistência ao Projeto de Emenda à Constituição do Teto dos gastos, que passamos a chamar de PEC da morte, nos articulamos com governadores, com entidades como a OAB, CNBB, centrais sindicais, movimentos comunitários e tantos outros. Realizamos duas grandes marchas em defesa do SUS, da Saúde, da Democracia e da Seguridade Social. Enfrentamos essa proposta no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público Federal e pautamos nossa resistência pela defesa da democracia e da Saúde como direito. Conseguimos fazer com que o Con-



Ronald Ferreira dos Santos é eleito presidente do Conselho Nacional de Saúde, 2015

trole Social da Saúde, representado no Conselho Nacional de Saúde, pudesse ser ouvido pela sociedade brasileira no Legislativo e no Judiciário. Mas a onda conservadora é muito brutal e não conseguimos impedir a aprovação desta proposta no Senado”, lembra.

Também foram aprovadas a Reforma Trabalhista, o fim da política de conteúdo nacional na cadeia de petróleo e gás, um pacote de privatizações colocou o país à venda e uma série de outras medidas, que destruíram conquistas obtidas nos últimos anos – ou até mesmo décadas, se considerarmos que nem a ditadura militar ousou acabar com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada em 1943 por Getúlio Vargas.

Programas essenciais de distribuição de renda, de geração de emprego e inclusão foram extintos ou reduzidos. Entre eles: o Minha Casa, Minha Vida, programa habitacional voltado para as famílias de baixa renda; o ProUni, programa de ingresso de estudantes de baixa renda no Ensino Su-

perior; Ciências Sem Fronteira, programa voltado para potencializar a produção científica dos jovens pós-graduandos brasileiros; o Bolsa Família, programa de complementação de renda para famílias carentes vinculado à educação; o Mais Médicos, programa que levava médicos para regiões carentes do país; o Aqui Tem Farmácia Popular, programa de distribuição gratuita de medicamentos essenciais, entre muitos outros.

Como alertado desde o início por Ronald Ferreira dos Santos, “com o golpe e com a ruptura do Estado Democrático de Direito, o principal alvo das forças conservadoras passou a ser a nossa Constituição de 1988, o contrato social que o povo brasileiro acordou e que, na visão dos conservadores, é um obstáculo para o desenvolvimento do Brasil. Por isso, as medidas apresentadas pelo governo instalado são, na sua maioria, propostas de emendas constitucionais para desfigurar o caráter cidadão e os direitos nela consagrados”.

O ministro da Saúde do go-

verno Temer, o deputado federal Ricardo Barros, foi um dos principais agentes da redução de direitos no campo da Saúde. Representante de interesses privados no setor, ele afirmou, logo após a sua posse, que o país não conseguiria mais sustentar os direitos que a Constituição garante, como o acesso universal à saúde e apresentou propostas de desmonte do maior programa de saúde pública do mundo, o Sistema Único de Saúde – SUS.

Entre as propostas de Barros, estava a criação de um plano popular de saúde privado, entregando para o mercado a responsabilidade da prestação de serviços de saúde para a população de baixa renda.

A lei 13.021/2014, uma conquista histórica da categoria farmacêutica e da sociedade, que elevou as farmácias à estabelecimentos de saúde, prevendo a prestação de Assistência Farmacêutica nestes estabelecimentos e garantindo a presença em tempo integral do farmacêutico, também tem sido alvo de ataques.

Este é o atual momento da luta do movimento social, e dos farmacêuticos em particular, defender o reestabelecimento da democracia, da soberania do voto popular e resistir aos ataques contra os direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e tantos outros.

A Fenafar e os movimentos sociais brasileiros estão nas ruas lutando contra o golpe e contra o retrocesso em direitos fundamentais conquistados pelo povo nos últimos anos, escrevendo novas páginas da sua história de lutas e conquistas.



FRENTE BRASIL POPULAR LISTA OBJETIVOS DA LUTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA

No manifesto de lançamento da Frente Brasil Popular, as entidades definiram os objetivos da coalização.

NOSSOS OBJETIVOS SÃO:

1. Defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público! Lutamos contra o atual ajuste fiscal e contra todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao tempo em que protegem a minoria rica. Defendemos uma política econômica voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda. Lutamos contra a especulação financeira nacional e internacional, que transfere para uma minoria, por vias legais ou ilegais, através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte importante da riqueza produzida pelo povo brasileiro! Lutamos por uma reforma tributária que — por meio de medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida — faça os ricos pagarem a conta da crise.

2. Ampliar a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país. Lutamos contra o golpismo — parlamentar, judiciário ou

midiático — que ameaça a vontade expressa pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e o caráter laico do Estado! Lutamos por uma reforma política soberana e popular, que fortaleça a participação direta do povo nas decisões políticas do País, garanta a devida representação dos trabalhadores, negros e mulheres, impeça o sequestro da democracia pelo dinheiro e proíba o financiamento empresarial das campanhas eleitorais! Lutamos contra a criminalização dos movimentos sociais e da política, contra a corrupção e a partidarização da justiça, contra a redução da maioria penal e o extermínio da juventude pobre e negra das periferias, contra o machismo e a homofobia, contra o racismo e a violência que mata indígenas e quilombolas!

3. Promover reformas estruturais, para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular: reforma do Estado, reforma política, reforma do poder judiciário, reforma na segurança pública com desmilitarização das Polícias Militares, democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, reforma agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde, reforma educacional e reforma tributária! Lutamos pela democratização dos meios de comunicação de massa

e pelo fortalecimento das mídias populares, para que o povo tenha acesso a uma informação plural, tal como está exposto na Lei da Mídia Democrática.

4. Defender a soberania nacional. O povo é o dono das riquezas naturais, que não podem ser entregues às transnacionais e seus sócios! Lutamos em defesa da soberania energética, a começar pelo Pré-Sal, a Lei da Partilha, a Petrobrás, o desenvolvimento de ciência e tecnologia, engenharia e de uma política de industrialização nacional! Lutamos pela soberania alimentar e em defesa do meio ambiente, sem o qual não haverá futuro. Lutamos contra as forças do capital internacional, que tentam impedir e reverter a integração latino-americana. Convidamos a todas e a todos que se identificam com esta plataforma a somar-se na construção da Frente Brasil Popular. O povo brasileiro sabe que é fácil sonhar todas as noites. Difícil é lutar por um sonho. Mas sabe, também, que sonho que se sonha junto pode se tornar realidade.







GALERIA DOS **EX-PRESIDENTES**

EDSON PEREIRA – 1988 – 1991**Qual a importância da Fenafar para a formação de uma política de medicamentos no Brasil?**

“A Fenafar foi fundamental para a elaboração de uma política de medicamentos no Brasil. A ciência farmacêutica está dentro da política de medicamentos, que só veio a ser adotada depois da Constituinte, por influência da Fenafar. E não existia uma política, muito menos a assistência farmacêutica. Então, porque nós consideramos que medicamento é uma coisa perigosa, tanto pode fazer o bem, como pode envenenar, nós éramos contrários ao modelo farmacêutico privado adotado aqui, onde em cada esquina tem um canto que vende remédio. Sempre vimos o medicamento como instrumento de saúde que precisa ser tratado com responsabilidade e não como banana que pode se adquirir em qualquer lugar”.

**GILDA ALMEIDA – 1991-2000****Como você avalia sua participação na Fenafar? Toda essa dedicação valeu a pena?**

O sentimento que tenho é que valeu a pena. Porque avançamos bastante. Como sou uma das mais antigas, sempre digo o seguinte: olho quando a gente começou e olho hoje, quase 30 anos depois, e digo – valeu a pena! Não tínhamos trabalho, e hoje estamos na farmácia! Foi uma luta. Não tínhamos uma política de assistência farmacêutica, hoje temos. Não tínhamos convenções coletivas e hoje temos na maioria dos sindicatos. Não tínhamos ideia do que viria. Nós lutamos pela soberania do nosso país, para eleger um governo mais democrático. Ao olhar para trás, vemos que avançamos bastante, apesar de as pessoas não terem essa dimensão. Só tem quem viveu aquela época e viveu hoje. Essa dimensão é extraordinária.

Tivemos sim derrotas, conjunturais. Mas do ponto de vista da linha, ela foi num crescer. A Fenafar cresceu. A quebra da unidade (com o racha) não significa derrota, mas retrocesso. Não impede que a categoria cresça, que a sociedade cresça, que a política seja vitoriosa. Penso que a Fenafar teve uma linha ascendente sempre. E hoje está num crescer. Cada vez mais compreendemos que a unidade é um fator determinante para a vitória.

Como a Fenafar mudou a Gilda?

(Emocionada) Eu não tinha dimensão do medicamento. Hoje eu sei a importância da minha categoria. O medicamento como instrumento de soberania! Isso mudou na minha cabeça. Quando eu saí da faculdade, eu não fiz movimento estudantil, eu achava mais importante estar no serviço público. Depois, em 1985, me sindicalizei e fiz um curso de saúde pública. Aí eu compreendi mais e vim compreendendo o que significa minha profissão para a sociedade e para o país. Porque um país que não tem autonomia no desenvolvimento de seus fármacos ele não é um país soberano. Isso foi muito importante pra mim. Só tenho a agradecer. Eu mais aprendi, a Fenafar me deu mais do que eu dei a ela.



NORBERTO RECH – 2000-2003

O que significou pra você ter podido participar desse processo?

Primeiro um grande privilégio de ter podido participar de um processo político de retomada da nossa soberania como país e da construção de políticas públicas inclusivas. Políticas que atenderam os interesses do conjunto da sociedade brasileira. E um privilégio de ter podido, ao longo de minha história profissional, sempre ter compartilhado de um processo coletivo da mais alta qualidade – sob o ponto de vista político, intelectual, do respeito democrático às diferenças de ideias e de concepções de entendimentos, mas com a fortaleza de saber o que a gente defende.

Eu olho pra trás e vejo a minha vida profissional indissociável da construção desse cenário, e indissociável da continuidade da construção ao longo do tempo, indissociável da Federação Nacional dos Farmacêuticos, por exemplo.

A palavra que resume é privilégio. Poucas pessoas podem ter tido uma história – coletiva, não individual. Claro que há ações individuais, mas essas ações, para a consolidação de políticas públicas, só são eficientes se a gente tem a base bastante sólida. E essa base sólida é o coletivo que nos dá. Aprendi muitíssimo e continuo aprendendo a fazer política, no melhor sentido da palavra, a partir do entendimento de que é o coletivo que constrói.



MARIA EUGÊNIA CURY 2003-2006

O que representou para você ter sido presidente da Fenafar?

Até me emocionei agora. Ter tido a oportunidade de conhecer a Fenafar, de em algum momento ter sido recrutada pela Fenafar, posso dizer que isso representa 80% daquilo que sou hoje como profissional, por ter tido essa oportunidade. Hoje tenho 50 anos, 20 e poucos de profissão e entendo e me vejo como alguém que tomou caminhos. Hoje me olho e penso – o que é que a militância me ensinou pra que eu, nesse momento, possa tomar uma decisão aqui – ou como gestora, ou técnica, o que eu aprendi? Se tenho dúvida, eu vou pelo caminho do que eu aprendi na minha militância. A minha militância nunca mais saiu de mim. Até pessoalmente, eu criei meus filhos nesse ambiente. A oportunidade que tive de discutir a vida com eles. Não tenho dúvidas que minha militância me forjou! Me forjei na militância na Fenafar. E, particularmente, ser presidente foi uma das melhores coisas que tive e fiz na minha vida. Até hoje, colegas dizem que ainda me veem como presidente da Fenafar.

Tenho tudo guardado, jornaizinhos. Ter sido presidente me dá hoje traquejo para algumas coisas, sou mais maleável no que é prático, no que está no campo da negociação, sou mais compreensiva, aprendi a negociar, ganho muito mais. Ao mesmo tempo, me permitiu perceber que a gente pode ser assim e continuar a ser radical (naquilo que é composição do que é ser radical). Ser presidente foi uma escola. Uma das melhores da minha vida.



CÉLIA CHAVES – 2006 – 2012**O que a Fenafar representa na sua trajetória?**

Foi fundamental, decisiva, importante para que eu como cidadã pudesse crescer mais, ter envolvimento maior em todas essas questões. Eu seria uma militante de outras entidades, mas sob o ponto de vista da profissão e da saúde eu não seria quem sou se não fosse a Fenafar. Eu participei de todas as entidades, comecei atuando na Associação dos Farmacêuticos, fui para os conselhos, e tardiamente para o sindicato. Sem dúvida a Federação deu outro direcionamento, inclusive para minha participação que voltou depois dos conselhos. Eu voltei para o Conselho regional em 1999, fui Conselheira Federal e já era da Federação, estive nos conselhos conjuntamente estando na Federação. Percebo que foi completamente diferente a minha participação. Claro que eu estava mais madura, tinha um entendimento melhor da profissão, mas foi diferente o papel que eu desempenhei nesse outro tipo de entidade por eu estar na Federação. Também como pessoa, como cidadã, como política, foi fundamental. Embora eu tenha uma militância política independente da Federação, ela ajudou a juntar essas coisas, a fazer os elos. Porque a Federação tem essa concepção de discutir não só seu umbigo, a categoria, mas sim coisas mais gerais, com aquele entendimento de que sem a concepção mais geral não se promove a mudança na estrutura, e não vai promover a mudança no nosso micro ambiente. A Federação ajudou que a gente construísse esse rumo que a gente tá tentando descobrir, não terminou ainda, está longe. Conquistar um Brasil mais justo, mais soberano, com mais igualdade, pra todos em todas as áreas. Uma concepção de mundo mais equânime.

**ENTREVISTA COM RONALD FERREIRA DOS SANTOS 2012-2018****O que representam os Congressos para a história da Fenafar?**

Os congressos foram vitais, foi onde a gente conseguiu acumular forças, energizar, formular as resoluções que conseguiram atualizar os movimentos táticos que a gente precisava operar para dar maturidade aos princípios que, a meu ver, ficaram bem claros no 1º Congresso. Ali a gente conseguiu definir um guia para ação política do sindicalismo farmacêutico. Eu acho que foram momentos fundamentais para ajustar a intervenção da categoria farmacêutica diante da mudança dos quadros. Destaco de cada congresso a sintonia com o momento do Brasil e da categoria; pegar o quadro da realidade, elencar os principais problemas, a agenda central, acho que muito poucas categorias conseguiram fazer isso com tanta precisão e com tanto senso de oportunidade”.



O que mudou na ação política da Fenafar com a posse do presidente Lula?

Não vejo uma mudança na atuação política da Fenafar, apenas deu mais possibilidades, mais condições da Fenafar materializar suas propostas para cada situação política. Nós ajustamos a ação política para uma realidade em que grandes possibilidades se abriram. É importante frisar que propostas que nós já tínhamos formulado ao longo dos últimos anos e não tinham bastante força para dar materialidade, foram alcançadas.

O que representa para você o desafio de ser presidente da Fenafar?

Toda vez que participei da direção da Fenafar, nunca tive muito, pelo menos do meu desempenho, da minha atuação, nunca tive essa coisa da posição que ocupava, entendeu? Sinto que eu me dedicava à Fenafar como Diretor de Comunicação, com outras diretorias. O fato de me tornar presidente não trouxe mudança na minha atitude. Porque, o que acontece, nesse período todo sempre, o tempo todo, sempre tive a atividade sindical e a atividade enquanto farmacêutico, não tive uma única atividade. Não sou “só o presidente da Fenafar”. A atividade sindical e a minha vida como trabalhador, as coisas acabam se misturando. Sempre foi assim.

O que representa para você a militância sindical?

A minha crença na ação sindical, nos aspectos econômicos da ação sindical, é agregar o valor ao trabalho. É buscar que, com o trabalho que você desenvolve, se consiga ter uma grande capacidade de produzir benefício e riqueza para a sociedade. A opção que eu escolhi, é ter uma ação sindical para construir esse reconhecimento, essa valorização, e isto está relacionado com a capacidade que esse trabalho tem de interagir com as questões da Saúde.

Por um motivo que, pra mim, parece óbvio. O objeto de trabalho dos farmacêuticos, a riqueza que movimenta os meios de produção dos farmacêuticos, representa nos Estados Unidos quase 20% do PIB, e no Brasil mais de 10% do PIB. Ou seja, há muita riqueza envolvida nesta atividade econômica e a possibilidade de você agregar valor a ela é participando ativamente das definições, das decisões, que seja autoridade nesse espaço.

Além disso tem a questão concreta dos direitos das pessoas viverem mais e melhor, que é algo que me acompanha desde sempre, que me motiva a militar inclusive. Acho que isso tem que ser um objetivo de qualquer atividade.

Quais os desafios da categoria para próximos anos?

Ampliar a sua autoridade e dividir um pouco, ser participante da “reforma agrária do latifúndio da atividade médica”. Porque, hoje, boa parte do direcionamento exclusivamente pra reproduzir o capital que tem a atividade econômica de saúde é muito em função de que a principal atividade que opera, que mais poder tem, é a autoridade médica. Que determina a forma de organizar, o modelo de organizar a saúde. E nós, farmacêuticos, temos condições de nos colocarmos a partir do nosso conhecimento, com a nossa arte, com a nossa autoridade, nesse poder. Temos que dividir o latifúndio da corporação médica, para fazer com que a saúde, essa atividade econômica, atenda outros interesses que não apenas a reprodução do capital.

O que você ressaltaria na história de 40 anos da Fenafar?

Quero ressaltar que são homens e mulheres que querem fazer da riqueza dos produtos do seu trabalho algo que possa servir para um país melhor. Essa tem sido a cara da Fenafar nesses 40 anos, essa tem sido a cara da ação sindical da Federação Nacional dos Farmacêuticos e que merece ser ressaltada. Fazer com que de fato o processo, a atividade que a gente desenvolve, a ciência que a gente domina, não sirva apenas para alguns enriquecerem, alguns acumularem riqueza, mas sirva também para distribuir a riqueza produzida e fazer com que as pessoas vivam mais e melhor, isso que a Fenafar tem tentado fazer ao longo desses últimos 40 anos.

FONTES

Jornais e revistas da Fenafar

Site da Fenafar - www.fenafar.org.br

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/145545-PARLAMENTARES-DESTACAM-ESPIRITO-CONCILIADOR-DE-TANCREDO-NEVES.html>

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Tancredo_Neves

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602669-no-periodo-1985-2015-pais-optou-pelo-social-em-detrimento-da-economia.shtml>

<http://www.infoescola.com/historia/governo-de-jose-sarney/>

<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,tancredo-neves,538,0.htm>

<http://www.biologiaprofissional.com.br/2013/11/a-biomedicina-e-o-inconformismo.html>

http://www.fasi.edu.br/files/biblioteca/A_Trajectoria.pdf

http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/percurso_historico_atencao_farmaceutica.pdf

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAxmEAE/a-trajectoria-profissao-ensino-farmacia-no-brasil>

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-04/conquistas-sociais-e-economicas-da-constituicao-cidada>

http://crbm1.gov.br/caderno_especial/caderno6.asp

<https://enefar.files.wordpress.com/2012/03/projeto-do-resgate-histc3b2rico1.pdf>

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/27745-27755-1-PB.pdf>

<http://www.viomundo.com.br/denuncias/rafael-patto-para-que-a-mentira-nao-se-torne-verdade.html>

<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1159>

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1170>

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/113271/decreto-793-93>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20850>

<http://jornalggn.com.br/blog/diogo-costa/apontamentos-sobre-a-inflacao-no-brasil-entre-1994-e-2014-por-diogo-costa>

<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>

http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/ouvidoria!/ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hnd0cPE3MfAwN_Dz8DA09_c19vrvwAXAwNDE_2CbEdFADPcr4A!/?1dmy&urile=wcm%3Apath%3A/anvisa+portal/anvisa/ouvidoria/publicacao+ouvidoria/historico+da+i+convisa

<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/7187.pdf>

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2006/12/1222248-ao-final-do-primeiro-mandato-lula-e-aprovado-por-52-dos-brasileiros.shtml>



A SAÚDE DO BRASIL TEM REMÉDIO?

1º CONGRESSO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS

19 de maio a 01 de julho - Pôrto Alegre - RS

FENAFAR

2º CONGRESSO DA FENAFAR

7 A 10 DE AGOSTO DE 1997

Prata Mar Hotel - Fortaleza - Ceará

Federação Nacional dos Farmacêuticos

SEDE DE VIDA

Defenda-se: com o neoliberalismo não existe qualidade de vida.

Realização: Conselho Federal de Farmacêuticos - CFFAR

3º CONGRESSO DA FENAFAR

1999

Saúde tem dignidade

FENAFAR, CFFAR e MCFAR

Trabalhando pela Saúde do Brasil

4º CONGRESSO DA FENAFAR

De 2 a 4 de agosto de 2003 - Brasília

Ajudando a construir um novo Brasil

REALIZAÇÃO: Conselho Federal de Farmacêuticos - CFFAR

MS

5º CONGRESSO DA FENAFAR

DESENVOLVIMENTO COM VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E SOBERANIA PARA O BRASIL AVANÇAR COM JUSTIÇA SOCIAL!

A bandeira do farmacêutico é a saúde do Brasil

Salvador - BA, 13 a 15 de agosto de 2009

6º CONGRESSO DA FENAFAR

FENAFAR

VALORIZAR O TRABALHO DO FARMACÊUTICO CONTRIBUI PARA A SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

9, 10 e 11 de agosto de 2012

Hotel Sane Center - SC

7º CONGRESSO DA FENAFAR

Federação Nacional dos Farmacêuticos

8º CONGRESSO DA FENAFAR

TRABALHO FARMACÊUTICO: PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS!

06 a 08 de AGO de 2015

Distrito - MT

Federação Nacional dos Farmacêuticos

FENAFAR
 4 décadas em defesa do farmacêutico, da saúde e do Brasil

HISTÓRIA da FENAFAR



Fenafar
CTB CNTU FSM

Federação
Nacional dos
Farmacêuticos

fenafar.org.br